



Plano Nacional de Formação de
Professores da Educação Básica



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

REFLEXÕES, PRÁTICAS INOVADORAS E RELATOS DE EXPERIÊNCIA PARFOR (UVA) (Vol.1)

**JOÃO PAULO EUFRAZIO DE LIMA
CARLOS AUGUSTO P. DOS SANTOS
EDVANIR MAIA DA SILVEIRA
FRANCISCO DÊNIS MELO
(ORG.)**

JOÃO PAULO EUFRAZIO DE LIMA
CARLOS AUGUSTO P. DOS SANTOS
EDVANIR MAIA DA SILVEIRA
FRANCISCO DÊNIS MELO
ORGANIZADORES

REFLEXÕES, PRÁTICAS INOVADORAS E RELATOS DE EXPERIÊNCIA
PARFOR (UVA)

VOLUME 1

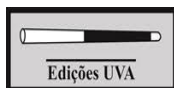
SOBRAL – CE

2021



REFLEXÕES, PRÁTICAS INOVADORAS E RELATOS DE EXPERIÊNCIA
PARFOR (UVA) (Vol. 1)

©2021 Copyright by João Paulo Eufrazio de Lima, Carlos Augusto P. dos Santos, Edvanir Maia da Silveira, Francisco Dênis Melo (orgs.)



Av. da Universidade, 850 *Campus* da Betânia – Sobral – CE
CEP 62040 – 370 Telefone: (88) 3611 – 1613
Filiada à



Reitor Fabianno Cavalcante de Carvalho
Vice-Reitora Izabelle Mont' Alverne Napoleão Albuquerque **Diretora das Edições**
UVA Maria Socorro de Araújo Dias

Conselho Editorial

Maria Socorro de Araújo Dias (Presidente), Alexandra Maria de Castro e Santos Araújo, Ana Iris Tomás Vasconcelos, Carlos Augusto Pereira dos Santos, Claudia Goulart de Abreu, Eneas Rei Leite, Eliany Nazaré Oliveira, Francisco Helder Almeida Rodrigues, Israel Rocha Brandão, Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque, José Reginaldo Feijão Parente, Maria Adelane Monteiro da Silva, Maria Amélia Carneiro Bezerra, Maria José Araújo Souza, Maria Somália Sales Viana, Maristela Inês Osawa Vasconcelos, Raquel Oliveira dos Santos Fontenelle, Renata Albuquerque Lima, Simone Ferreira Diniz, Tito Barros Leal de Ponte Medeiros, Virginia Célia Cavalcanti de Holanda

Equipe de revisores

Alessandra Harumi Ribeiro Naka, Antônia Vanesca Ferro Lima de Sousa, Carlos Sidney Avelar Araújo, Daiane Maria Fernandes Silva, Franciclé Fortaleza Bento, Francisco Paulo Alves, Luiz Edilson Frota Filho, Marcelo de Sousa Martins, Maria das Doris Moreira de Araújo, Maria Janete Farrapo Barbosa, Valdemar Ferreira de Carvalho Neto Terceiro, Verônica Andrade Braga Sousa

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação
Universidade Estadual Vale do Acaraú
Sistema de Bibliotecas
Bibliotecária Leolgh Lima da Silva – CRB3/967

R332 Reflexões, práticas inovadoras e relatos de experiência PARFOR (UVA)
João Paulo Eufrazio de Lima, Carlos Augusto P. dos Santos, Edvanir
Maia da Silveira, Francisco Dênis Melo (Organizadores). – Sobral. CE:
Edições UVA, 2021.

150p.

ISBN:978-87115-11-5- papel
v. 1

1. Educação. 2. Ensino. 3. Docência. I. Lima, João Paulo Eufrazio de. II. Santos, Carlos Augusto P. dos. III. Silveira, Edvanir Maia. IV. Melo, Francisco Dênis. V. Título.

CDD 371.12

APRESENTAÇÃO DO REITOR

Há dez anos, em 26 de agosto de 2011, a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) realizava a solenidade de Outorga de Grau da Primeira Turma de formandos do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR Presencial). Os cem formandos dos cursos de Segunda Licenciatura em Ciências Sociais, Educação Física, Geografia, História e Matemática eram provenientes de 21 municípios da região Norte do Ceará e de Fortaleza e foram os primeiros a serem diplomados, no Brasil, pelo PARFOR.

O evento, de singular importância, foi realizado no *campus* da Betânia, e teve a presença da Coordenadora Geral da CAPES/MEC para Programas de Apoio à Formação e Capacitação Docente da Educação Básica, Izabel Lima Pessoa. Os concludentes daquela primeira turma eram professores dos municípios de Acaraú, Alcântaras, Bela Cruz, Canindé, Forquilha, Fortaleza, Graça, Granja, Itapajé, Marco, Martinópolis, Massapê, Meruoca, Mucambo, Pacujá, Santa Quitéria, Santana do Acaraú, Sobral, Tianguá, Uruoca e Viçosa do Ceará.

Uma década depois, a formatura desses professores representa um marco na trajetória do PARFOR, instituído pelo MEC, em 2009, e abraçado pela UVA no mesmo ano. São personagens reais da história individual e coletiva da Educação Superior em Sobral, no Ceará e no Brasil. São, também, mais um exemplo do pioneirismo e protagonismo, que têm sido a marca da UVA em seus 53 anos de existência.

O PARFOR foi criado com a meta de, no período de 2009 a 2011, formar 330 mil professores que exerciam a profissão sem licenciatura. O plano é gerido pela CAPES, em parceria com as secretarias de educação dos estados e dos municípios e as instituições públicas de ensino superior, como a UVA.

A contribuição do PARFOR para o desenvolvimento do país é inegável, ao criar oportunidades para a melhoria da qualidade da formação dos professores e, dessa forma, melhorar a qualidade da Educação Básica do nosso País, fundamental para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Foram os primeiros dez anos e ainda temos muita coisa por fazer, pelo compromisso de todos pela Educação. O papel da UVA no desenvolvimento do PARFOR tem sido desempenhado muito bem, até aqui, com a formação de professores em áreas e disciplinas tão importantes para a sociedade do Ceará e para todo o Brasil.

Os relatos de experiências de docentes e discentes dos cursos de História, Letras, Matemática e Pedagogia do PARFOR/UVA, no período de 2019 a 2021, apresentados nestes três volumes, representam mais um registro dessa trajetória importante do PARFOR em nossa Universidade. Mais ainda, registra a evolução e o caminhar de cada um dos que aqui relatam o desenvolvimento da função primordial do professor, que exige tantos requisitos para ser exercida, ocasionando a aprendizagem.

Tais experiências contribuem para a vivência, o conhecimento e uso de diversos meios e recursos didático-pedagógicos. O conhecimento adquirido nesse processo deverá ser compartilhado pelo professor, que deverá saber traduzir e comunicá-lo adequadamente. Essa tem sido a grande experiência e legado do PARFOR/UVA nesses dez anos.

Boa leitura e aprendizado a todos.

Prof. Dr. Fabianno Cavalcante de Carvalho
Reitor
Universidade Estadual Vale do Acaraú

APRESENTAÇÃO DA PRÓ-REITORA

A educação modifica os dois lados, quem educa e quem é educado e, viver nesse mundo de eterna modificação, traz desafios diários.

A educação básica, com suas características únicas, encanta desde muito tempo, a jovens que se encontram em construção, o que muito alegra a nós que fazemos a Universidade Estadual Vale do Acaraú. Tendo em vista que nossa vocação é a formação de professores. Participar do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), custeado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) proporciona levar conhecimento para os docentes que estão no exercício da atividade do magistério, sem, contudo, ter curso de licenciatura. Realidade em nosso país, especialmente nas pequenas cidades do interior.

A UVA participa dessa iniciativa a mais de dez anos, o que permite observar a alteração na qualidade dos docentes oriundos deste programa e inseridos, principalmente, na rede pública estadual. Nessa década a Universidade formou, por meio do PARFOR, 1.311 licenciados, assim, são 1.311 salas de aula que contam com professores licenciados, cujo aprendizado foi completamente direcionado para melhor levar o conhecimento ao discente.

Observar os depoimentos dos docentes e discentes quanto a sua experiência enquanto participantes do PARFOR, encantam por sua riqueza de aprendizado, pelo crescimento profissional.

Artigos produzidos a partir das experiências vividas durante o curso são ricos em emoções, em descobertas, na falta de palavra mais adequada, incríveis! Como afirmado por Rubem Alves, educar não é ensinar as respostas, educar é ensinar a pensar. E esse pensar leva conhecer mundos novos.

Os textos contidos nesses livros evidenciam experiências únicas vividas por todos os envolvidos, que irão ficar impressas em suas essências. Sugerindo que, não lembro o autor, educar é uma arte, especialmente no momento atual, onde todos precisam exercitar sua criatividade para enfrentar esse período de incertezas se o caminho escolhido foi a melhor opção.

Será que seria possível ter feito melhor? Sim, sempre é possível melhorar, aprender, ensinar, amadurecer.... Graças ao efeito do conhecimento no ser humano.

O processo de aprendizagem é inerente dos seres vivos, em especial, dos seres humanos, sendo contínuo durante toda a vida, incluindo todo o período de educação formal, sendo esta parte importante desse processo, mas não deve limitá-lo.

É através da educação que o mundo poderá ser alterado, tendo em vista que o indivíduo se torna mais crítico, tenha mais oportunidade de emprego e melhoria na qualidade de vida. Mais do que isso, ela torna possível o desenvolvimento social, econômico e cultural.

O jovem hoje tem acesso a um grande volume de informações, ao mesmo tempo, pouco ele ler. Falo frequentemente para meus alunos para que leiam, de tudo, jornal, revista, contos, poesia...pois quanto maior é a leitura, maior a capacidade crítica e poder de concluir por si mesmo.

Desconheço liberdade maior!

Sucesso a todos em seus caminhos profissionais!

Prof. Dra. Ana Sancha Malveira Batista
Pró-Reitora de Ensino de Graduação
Universidade Estadual Vale do Acaraú

APRESENTAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Formar professor é reconhecer que o saber se constrói cotidianamente na relação com o outro, que quem ensina precisa estar aberto, atento a aprender na mesma proporção. Esta obra é uma mostra desse exercício de reflexão das turmas de História no município de Camocim, que concluiu o curso em 2020 e de Pacujá, ainda no quarto período (semestre) da formação.

O livro está dividido em duas partes. Na primeira, damos lugar às histórias de Camocim, município do litoral norte cearense. Os artigos, sistematizados pelos professores a partir de um tema comum, são resultantes dos Trabalhos de Conclusão de Curso, produzidos pelos estudantes da referida turma. Construídos ao longo da formação acadêmica dos professores-alunos, essa escrita foi sendo esboçada na relação entre a vida de estudante de História e a de professor da Educação Básica no município.

Na segunda parte, Pacujá, situada no sopé da Serra da Ibiapaba é o cenário de reflexão de estudantes, que se aventuram na escrita acadêmica produzindo seus primeiros ensaios e de professores, que discutem os desafios e contentamentos da formação docente. Os textos são resultados de produções dos estudantes, em parceria com professores, e também de reflexões dos professores sobre suas experiências ministrando disciplina na referida turma.

As aulas, eventos, exposições, visitas técnicas, entre outras atividades experimentadas ao longo do curso despertaram nesses sujeitos o desejo de descortinarem o seu lugar de vivência, no campo e na cidade. As sociabilidades, o trabalho, as práticas educativas na Universidade e na Escola, bem como a religiosidade, estão entre os principais temas aqui abordados.

As sociabilidades foram exploradas nos festivais de música, eventos que emocionaram uma geração, bem como no futebol de várzea e nas festas religiosas, que nunca saíram de cena, ainda estão muito presentes na vida cidadina e campesina.

O trabalho, aparece nas histórias dos professores, dos pescadores e dos agricultores(as), essas duas últimas, profissões que reclamam falência, descontinuidade, em prol de novas formas de sobrevivência. Mas as memórias das suas práticas cotidianas não são apenas de sofrimento e lamúrias. As cantigas, os encontros com os iguais e com a natureza, o saber fazer e as associações classistas são lembranças que fortalecem a vivência comunitária dessas populações.

As práticas educativas, se evidenciam nas reflexões que os estudantes fazem do exercício profissional no ensino de História, à luz das teorias apreendidas na formação. A experiência da própria formação é refletida pelos professores do Programa, por meio das disciplinas ministradas, discutindo como os conceitos são apreendidos pelos estudantes na investigação da história dos seus lugares. Essa formação acadêmica também leva ao reconhecimento de outras práticas educativas, para além das disciplinas.

A religiosidade toma lugar nas histórias de devoção e das festas dos santos padroeiros, quando sagrado e profano se imbricam, materializando um misto de fé, devoção e lazer, que compõem significativamente a cultura dos municípios brasileiros.

Por fim, desejamos que essas experiências iluminem outros estudantes e professores à refletirem sobre suas práticas, e principalmente sobre as histórias dos seus lugares, que reclamam cotidianamente por sistematização e publicização do conhecimento.

Edvanir Maia da Silveira
Profa. Adjunta e Coordenadora do curso de História

Sumário

CAMOCIM RESPIRAVA ESSE AR DE MÚSICA”: HISTÓRIA E MEMÓRIA DOS FESTIVAIS DE MÚSICA EM CAMOCIM– CE. (1986– 2003).....	06
PESSOA, Francisco da Paz; SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos	
FUTEBOL DE VÁRZEA COMO ESPAÇO DE SOCIABILIDADE EM CAMOCIM-CE.	20
SILVA, Charles dos Santos; RAICK, Regina Celi Fonseca	
MODOS DE VIDA E TRABALHO NO CAMPO: OS AGRICULTORES DE CAFUNDÓ E OLHO D’ÁGUA - CAMOCIM-CE. (1980 – 2000)	31
SANTOS, Maria de Fátima Fontenele dos; LIMA, Luzenira Pereira; SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos	
SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR, CASAS DE FARINHA E ASSOCIAÇÃO EM COMUNIDADES RURAIS EM CAMOCIM, CEARÁ	45
BRITO, Antonia Irla Mendes de; BARBOSA, Antonieta Ferreira; BARBOSA, Francisca Germanda Ferreira; SALES, Telma Bessa	
ABENÇOAÍ TODOS NÓS: FESTAS, FESTEJOS E SANTOS DE DEVOÇÃO EM CAMOCIM E GRANJA-CE.....	56
SANTOS, Darciane Costa dos; LIMA, Francisca Karla Pinto; SANTOS, Juliana Alves dos; MELO, Francisco Dênis	
AS REZADEIRAS E PARTEIRAS COMO GUARDIÃS DA MEMÓRIA DAS COMUNIDADES DE CAMOCIM-CE (2017-2018)	63
SOUZA, Gerlane Viana de; CHAGAS, Maria de Fátima; SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de	
OS PESCADORES DE CAMOCIM: NARRATIVAS E IMAGENS	76
LIMA, Girlane Carvalho; SALES, Telma Bessa	
UM OLHAR SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DAS PESQUISAS DOS ALUNOS DO CURSO DE HISTÓRIA DO PARFOR EM CAMOCIM – CE.....	89
SANTOS, Paulo Henrique dos; SILVA, Maria Geissiane da Conceição; GOMES, Glaucimar da Silva ; BEZERRA, Viviane Prado	
A HORA E A VEZ DE APRENDER: UMA HISTÓRIA DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO MUNICÍPIO DE CAMOCIM	104
SANTOS, Joselina Fontenele dos; RIBEIRO, Rozângela Oliveira; VIANA, José Italo Bezerra	
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA LOCAL EM PACUJÁ-CE NA PERSPECTIVA DO PARFOR-UVA.....	118
MELO, Francisco Dênis	
ROÇADO AGROECOLÓGICO: PLANTIO COM SUSTENTABILIDADE EM SOLO PACUJAENSE NO CEARÁ	128
LOPES, Cristiano Borges; MELO, Francisco Dênis	

**APONTAMENTOS SOBRE A DISCIPLINA “INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS
HISTÓRICOS” NO PARFOR PACUJÁ (2018) 135**

SALES, Telma Bessa

**MINHA NOSSA SENHORA APARECIDA”: FÉ E DEVOÇÃO À NOSSA SENHORA
APARECIDA NO MUNICÍPIO DE PACUJÁ-CE 143**

MORAIS, Maria Luíza Marques de; SANTOS, Edilberto Florêncio dos

**“CAMOCIM RESPIRAVA ESSE AR DE MÚSICA”: HISTÓRIA E MEMÓRIA
DOS FESTIVAIS DE MÚSICA EM CAMOCIM– CE. (1986– 2003).**

PESSOA, Francisco da Paz¹
SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos²

RESUMO: Os Festivais de Música no Brasil marcaram historicamente a vida cultural do país entre as décadas de 1960 a 1980, não apenas como movimento musical, mas também como formas de contestação à ditadura civil-militar, nas letras das canções e nas performances dos artistas. O artigo procura compreender como estes ecos de resistência cultural chegaram ao estado do Ceará através de seus festivais de música, revelando talentos para a música popular brasileira. Feito este percurso, chegamos aos Festivais de Música de Camocim, que se realizaram entre os anos de 1986 a 2003, procurando recuperar como este evento foi se constituindo historicamente como movimento musical regional.

Palavras-Chave: Festival de Música. Camocim. Memórias.

¹ Professor da Rede Municipal de Ensino de Camocim-CE. Licenciado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR. Turma de Camocim-CE.

² Professor do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Email: augustus474@hotmail.com

Os Festivais de Música no Brasil marcaram historicamente a vida cultural do país. Para além da cena musical que proporcionaram, funcionaram como formas de contestação ao regime, nas letras das canções e nas performances dos artistas, diante do ambiente de ditadura civil-militar que se viveu entre as décadas de 1960 a 1980 no país. Neste formato, um dos primeiros festivais no Brasil aconteceu durante a Festa da Penha, no Rio de Janeiro, no início do século XX. Com a chegada da televisão, os festivais se potencializaram a ponto de as próprias emissoras realizarem seus festivais, como a Excelsior, Record e Globo, principalmente após o sucesso de programas musicais veiculados nestas emissoras voltadas para a música popular brasileira³. Ficaram famosos e fizeram história o Festival Internacional da Canção (FIC); Festival da Música Popular Brasileira (FMPB); Festival Abertura (FA), MPB Shell; dentre outros. Por outro lado, é comum associar estes festivais com momentos de protesto e emoção refletidos em vaias e aplausos homéricos, além das “canções de festival” como assinala Marcos Napolitano “é parte constituinte do sentido adquirido [...] e da forma pela qual elas se tornaram parte do imaginário de uma época”⁴. Canções como “A Banda”, “Disparada”, “Beto Bom de Bola”, “Ponteio”, “Alegria, Alegria”, “Domingo no Parque”, além da eterna “Para não dizer que não falei das flores”, dentre outras, fazem parte deste imaginário musical.

Por outro lado, procurou-se minimamente compreender como estes ecos de resistência cultural chegaram ao estado do Ceará através de seus festivais de música, revelando talentos para a música popular brasileira, como os componentes do movimento chamado Pessoal do Ceará. No Ceará, os festivais também tiveram seu ponto de partida em meados dos anos 1960. Em Fortaleza chamaram a atenção os três festivais chamados de amostragem, produzidos pelo Departamento de Cultura do Conservatório de Música Alberto Nepomuceno, patrocinados pela Secretaria da Educação do Município e realizados na Concha Acústica da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Na sequência, ocorreu em 1968 o IV Festival, ocorrido em fins de novembro e início de dezembro. Nesta edição, algumas mudanças chamam atenção a respeito deste festival. A primeira trata-se da modificação do nome: passa a chamar-se IV Festival da Música Popular do Ceará; a segunda refere-se à característica do festival que, a partir desta edição, passou a ser competitivo, com premiações em dinheiro (o primeiro classificado ganharia NCr\$ 500,00, além de outros brindes e cobertura pela imprensa)⁵. Por outro lado, os festivais passaram a mirar o mercado midiático, além de estabelecer uma novidade:

³ “Após o sucesso dos primeiros programas de TV voltados para a música, em especial Brasil 60, exibido na TV Excelsior e produzido por Manoel Carlos, Solano Ribeiro achou que era o momento de criar um festival brasileiro de música semelhante ao Festival de Sanremo”. Para maiores informações sobre este início dos festivais, ver: <https://culturaalternativa.com.br/historia-dos-festivais-de-musica-no-brasil/>. Acesso em 08/01/2020.

⁴ NAPOLITANO, Marcos. O fonograma como fonte para a pesquisa histórica sobre música popular – problemas e perspectivas. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2012/historia_artigos/2napolitano_fonograma.pdf. Acessado em 12/12/2019.

⁵ Além do dinheiro aos três primeiros lugares, foram ofertados ainda uma assinatura do jornal *O Povo*, um fogão à gás butano e uma máquina de costura. Cf: Jornal *O Povo*, 2 de dezembro de 1968.

[...] unir cantores e compositores do rádio, como Heitor Catunda, o violonista Aleardo Freitas e Luiz Assunção; e jovens secundaristas, como Raimundo Fagner, Marcus Francisco, Pretextato Melo e Marcus Vale; e universitários, como Antônio Carlos Belchior, Jorge Melo, Gustavo Silva, dentre outros⁶.

Como dissemos acima, o IV Festival da Música Popular do Ceará teve ampla cobertura da imprensa. A competição musical realizou-se em duas etapas, nos dias 24 de novembro e 1º de dezembro de 1968, no Teatro José de Alencar. O IV Festival da Música Popular do Ceará, além das questões acima descritas, revelaria nomes de cantores e compositores como Raimundo Fagner e Belchior, que posteriormente se tornariam grandes ícones da música popular brasileira. Neste festival realizado em 1968, o grande vencedor foi Raimundo Fagner, com a música *Nada Sou*, de sua autoria.

Feito este percurso, chegamos aos Festivais de Música de Camocim, que se realizaram entre os anos de 1986 a 2003. Deste modo, procuramos compreender como este evento foi se constituindo como um local importante do movimento musical regional, proporcionando diversão para a população, trazendo, no fechamento destes eventos, nomes consagrados da Música Popular Brasileira, além de dar oportunidade para mostrar o talento dos artistas locais.

O Festival de Música em Camocim

O Festival de Música em Camocim foi uma iniciativa no campo da cultura local, que ocorreu há mais de trinta anos. Em junho de 1986, ano da primeira edição, a cidade entrou em ebulição, culturalmente falando, colocando-se na mídia cearense e recebendo intensos elogios. Logo, o festival tomou outras proporções e, no final dos anos 1980, saindo do formato inicial, realizado na Quadra de Esportes do SESI e se profissionalizando, digamos assim, quando todo o processo de produção ficou a cargo de empresas especializadas neste tipo de evento, localizadas em Fortaleza. A partir de então, o festival ganha dimensão nacional, fechando o último dia com uma atração da MPB a nível nacional⁷. O festival era um momento muito aguardado em Camocim por poetas, letristas e músicos, porque era um momento em que estes artistas procuravam mostrar seus talentos de forma a convencer seus expectadores. No período de 1986 a 2003, este

⁶ CASTRO, Wagner. Os Festivais de Música no Ceará. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/2.804/os-festivais-de-musica-no-ceara-1.673108>. Acessado em 05/11/2019.

⁷ “Alguns artistas e bandas renomados da música brasileira e da música cearense passaram pela cidade de Camocim, levando a população a apreciar suas canções e ter um contato mais próximo com seus trabalhos artísticos, tais como: Belchior, Teti, Rodger Rogério, Luís Caldas, Chico Pessoa, Asa de Águia, Banda Eva, É o Tchan, Cidade Negra dentre outros”. In: CARVALHO, Francisco Wendel de Paula. *O surgimento do Festival de Música de Camocim/CE: resgatando a memória e a história cultural deste município*. Monografia. Curso de Música – Licenciatura. Universidade Federal do Ceará (UFC). Campus Sobral. 2018, p.29. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/45301/1/2018_tcc_fwpcarvalho.pdf. Acessado em 19/01/2020.

festival se tornou um dos grandes festivais de música do Ceará, abrindo portas para artistas da terra e região.

O Festival de Música em Camocim, portanto, foi um certame musical competitivo que aconteceu, como dissemos acima, entre os anos de 1986 a 2003 na cidade de Camocim-CE, localizada na região norte a 365 km de Fortaleza. O festival foi criado na administração da Prefeita Municipal Ana Maria Beviláqua Moreira Veras (1983-1988), na época filiada ao Partido Democrático Social (PDS). Com uma população de 46.004 habitantes⁸, a cidade praiana constituía-se num polo pesqueiro, com destaque na pesca do pargo e da lagosta, a exploração das salinas e a agricultura. O turismo na época ainda era incipiente, mas atualmente se abre como uma ótima perspectiva de desenvolvimento para a criação de uma nova fonte de renda.

Certamente, amante da arte e da cultura, e com um olhar empreendedor, Ana Maria (como é mais conhecida no município) foi prefeita de Camocim entre os anos 1983 a 1988, cujo *slogan* de sua administração foi - “Seis Anos com Amor”. À frente da Prefeitura Municipal, ela transformou sua gestão num marco que deixou um grande legado para a nossa cidade não apenas pelo fato de ter se tornado a primeira mulher a administrar o município⁹, acontecimento quase inédito para aquela época, num período de ditadura civil-militar no Brasil, onde as mulheres começavam a buscar maiores espaços na sociedade e na política, mas principalmente por impulsionar a história da música e da arte, com a criação do Festival de Música de Camocim e outros eventos na área, como o Festival de Violeiros, o Salão de Artes Plásticas, o Festival de Quadrilhas Junina¹⁰, estes dois últimos ainda hoje realizados.

Talvez poucas pessoas tenham pensado que aquele evento de férias iria ter uma trajetória de dezessete anos. Numa comparação com o que disse Zuza Homem de Melo quando se referiu ao primeiro festival de música no Brasil, de que ninguém imaginava que aquele evento mudaria a música brasileira, da mesma forma, aconteceu com aquele festival realizado na Quadra de Esportes do SESI entre os dias 11 e 14 de julho de 1986, que iria mudar o rumo da música local e regional. Jornais da capital deram destaque sobre este primeiro festival. Era um começo.

O Festival de Música em Camocim, apesar das muitas dificuldades para sua realização, já nasceu com uma proposta de evento grande, com a escolha das músicas nos moldes dos festivais do sul, como o Festival da Canção de 1968, sendo disputado com duas eliminatórias e uma finalíssima, sem, contudo, deixar de valorizar o potencial dos artistas locais, que não foram poucos, como podemos conferir numa matéria sobre o tema no blog *Camocim Pote de Historias*, de responsabilidade do historiador e também participante como compositor em algumas edições do Festival de Música em Camocim, Carlos Augusto Pereira dos Santos, que sempre, com seu olhar voltado para as belezas de Camocim, contribuiu um pouco para a história do certame musical.

⁸ Nas décadas seguintes, de 1990 e 2000, a população era 49.606 e 55.448 habitantes, respectivamente. Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popce.def>. Acessado em 19/01/2020.

⁹ Para ver a presença feminina na administração municipal, estadual e federal na cidade, que fez receber o epíteto de "A Cidade das Mulheres", ver: *Revista Manchete* Nº 1813, de 17/01/1987, p:64-8.

¹⁰ No ano de 2019, foi realizado o XXXI Salão de Artes Plásticas de Camocim, cuja tela vencedora foi "Contos Camocinenses", de autoria do pintor coreauense, radicado em Camocim, Chagas Albuquerque. Fonte: <http://camocimpotedehistorias.blogspot.com/2019/09/>. Acessado em 19/01/2020.

Lembro-me como se fosse hoje. O ano era 1986. Local: Quadra do SESI. Iniciava-se ali a primeira edição do Festival de Música em Camocim. [...]. Quando ainda tinha tempo de compor, andei arriscando umas letras com o saudoso músico camocinense Rildo Vilela ("Camocim", segundo lugar em 1992) e com Naldinho ("Tupicália" e Camocim-CE"). O festival era um momento aguardado em Camocim por poetas, letristas e músicos. Artistas da música e da poesia como Batista Sena, Marcílio Homem, Stanley, Evanmar, Naldinho, César Augusto, R.B.Sotero, dentre outros, procuravam mostrar seus talentos e comover os espectadores. Todo mundo ficava esperando as músicas dos artistas locais e as atrações de outros estados. O tempo foi passando, mas como tudo que é bom para esta cidade, os próprios políticos tratam de pôr um fim, o Festival de Música foi um deles. Enquanto esperamos seu resgate novamente, o *blog* recupera a primeira notícia veiculada pelo jornal *Tribuna do Ceará* sobre o evento¹¹.

Neste exercício de relembrar o I Festival de Música em Camocim, além do texto escrito acima, recorreremos ao que a imprensa da capital noticiou. O jornal *O Povo* estampou, em seu Caderno Regional, uma reportagem que diz que a festa começou na noite do dia 11 de julho, tendo como local de realização a quadra de esportes do SESI, que na ocasião encontrava-se superlotada pela população camocinense. Wendel Carvalho, baseado nesta fonte jornalística, relata:

O ginásio do SESI estava lotado e podia-se notar a presença das torcidas com suas batucadas e o seu canto livre que cuidavam de criar o clima indispensável nesse tipo de certame, onde as torcidas se confundem num só objetivo: torcer por sua música favorita. Jovens e adultos, homens e mulheres, todos se igualavam pelo calor da alegria e o desejo da participação¹².

O jornalista da reportagem acima referida arremata meio embevecido com o que estava presenciando ou com o que estava renascendo na cena musical, própria dos ambientes dos festivais, com seu caráter de contestação, ou seria apenas uma elaboração nostálgica? Vejamos:

Há muito tempo não se via um acontecimento de tamanho porte, um esquema perfeitamente organizado, nos mínimos detalhes, digno de uma grande cidade, fazendo reviver os velhos festivais que, em tempos obscuros que vivemos, há bem pouco tempo foram sufocados pelo medo de serem ouvidas as verdades contidas nas letras e nas músicas, através do pensamento de uma juventude que cobra o seu espaço e luta pela democratização de um povo. Falando, cantando, escrevendo as idéias dessa gente significam um risco para os costumes ditatoriais que hoje, começam a esvanecer¹³.

Para efeito de informação, a música vencedora do 1º Festival de Música em Camocim foi “Os Meninos”, dos irmãos Edmar Gonçalves e Mano Alencar. De que maneira a letra dessa música contempla o discurso traçado na citação acima? Em 1986, se a ditadura começava a “esvanecer”, no sentido que seus efeitos já não eram tão sentidos pela população, notadamente a local, pelo menos, de nossa parte, percebemos uma

¹¹ SANTOS, Carlos Augusto P. dos. Os festivais de música em Camocim. 12 de setembro de 2011. Blog Camocim Pote de Histórias. Endereço: www.camocimpotedehistórias.blogspot.com.br.

¹² Jornal *O Povo*, 15/07/ 1986. *Apud* CARVALHO, *Op. cit.*, p. 30.

¹³ Jornal *O Povo*, 15/07/1986, p. 10, *apud* CARVALHO, *Op. cit.*, p, 29-30.

mensagem recheada de metáforas. Transcrevemos abaixo para que o leitor tire suas próprias conclusões:

Os Meninos

Edmar Gonçalves e Mano Alencar

Olha os meninos
 Que correm e gritam
 Soltando as raiais
 São donos das ruas
 Amigos do sol, do vento e da lua
 Com seu encerol, buscam seu papel por um pedaço do céu.
 E em seus lanceios, desejos floram, pairam no ar.
 Bolas, baladeiras, bодоques, bolas de gude joga ali.
 Esperança é certeza
 E sonhos sempre nascem da linha.
 Olha os meninos...¹⁴.

Aqui cabe uma pequena explicação metodológica. Quando começamos a pensar a execução dessa pesquisa, pretendíamos realizar um mergulho na documentação do festival. Contudo, não encontramos quase nada na Secretaria de Cultura do Município. Por outro lado, os arquivos dos festivais (documentais, iconográficos e audiovisuais) ficavam com as empresas que os organizavam. Pelo menos é isso que dizem nos órgãos oficiais de Camocim. Por outro lado, na pesquisa sobre o tema, deparamo-nos com uma monografia já referenciada neste trabalho, do acadêmico do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Ceará (UFC), Francisco Wendel de Paula Carvalho, intitulado: “*O surgimento do Festival de Música de Camocim/CE: resgatando a memória e a história cultural deste município*”. Este trabalho recupera em muito a cronologia dos festivais, a relação das músicas, artistas e compositores, vencedores e alguns aspectos de cada edição. Com certeza, é um trabalho que o Festival de Música de Camocim estava precisando para o bem de sua história. Não sabemos se o autor se utilizou de outras fontes e arquivos para fazer essa descrição pormenorizada da maioria dos dezessete festivais, além dos jornais e de vários depoimentos de participantes recolhidos pelo Professor Paulo Clesson dos Santos num projeto desenvolvido por ele no Liceu de Camocim no ano de 2013.

Dez anos depois do fim dos festivais, a chama da música ainda estava presente na ação pedagógica do Prof. Paulo Clesson dos Santos, um dos idealizadores do evento que teve outras edições no âmbito escolar. A logomarca, em sua singeleza, traz símbolos que identificam nossa cultura: o violão, a vela das embarcações e as ondas mar.

¹⁴ Letra cedida pelo próprio autor para citação neste trabalho, em 11/12/2019.



Figura 1. Logomarca do evento: Fonte: <http://liceucamocim.blogspot.com.br>

Nesse sentido, ficamos pensando o que acrescentar neste trabalho para além do esforço feito por Francisco Wendel de Paula Carvalho. Referir-se à documentação por ele usada seria repeti-la à exaustão. Por outro lado, ele trabalha também com o conceito de memória, explorando muito bem os depoimentos de antigos participantes deste festival cedido pelo Professor Paulo Clesson dos Santos, como já foi dito. Nossa saída, portanto, pelos aspectos da memória, será lembrar nosso próprio envolvimento com essa cena musical (e de outros indivíduos igualmente que conseguimos entrevistar pessoalmente), não somente do festival, mas do que ele proporcionou enquanto troca de experiências e formação musical. Usaremos ainda alguns documentos referentes ao tema como letras de músicas não usadas no trabalho de Francisco Wendel de Paula Carvalho.

Dessa forma, ao usarmos a oralidade, apoiamo-nos no que Marieta Ferreira destaca sobre as possibilidades que a história oral pode trazer para a escrita da história, trazendo as experiências vividas pelos mais diversos atores sociais. Nessa perspectiva, os depoimentos ajudam a recuperar a trajetória “dos grupos excluídos, cujas fontes são especialmente precárias” (FERREIRA, 1994. p. 09). A história oral, portanto, é eficaz não somente para a coleta de informações sobre determinado tema, mas por proporcionar um contato direto entre pesquisador e depoentes. No nosso caso, ter este diálogo com outros participantes dos festivais, permitiu-nos também lembrar e relembrar momentos daquela realidade vivida, recuperando os bastidores daquele evento e detalhes minuciosos que estavam no esquecimento.

O Festival de Música em Camocim: a oralidade e os bastidores.

Eu, Francisco da Paz Pessoa, lembro que, ainda um adolescente de apenas 15 anos de idade, já era louco por música. No Boqueirão dos Dourados, minha localidade, sem energia elétrica e obviamente sem televisão, as informações do Festival como tantas outras chegavam até nós por meio das ondas da Rádio Pinto Martins, 1450 AM e Rádio União 820 AM, as únicas existentes na cidade. Lembrando que ambas disputavam há algum tempo a maior audiência no horário da manhã com os radialistas Cardoso Filho e Inácio Santos, respectivamente.

Mas era exatamente na Rádio União, no programa *Show da Cidade*, do grande radialista, escritor, poeta e compositor Inácio Santos, em atividade até hoje, que ouvíamos as entrevistas dos artistas: músicos, compositores e intérpretes participantes do Festival. Era lá também que conhecíamos as músicas concorrentes de cada noite, as classificadas, as finalistas e as análises dos organizadores. Para mim era algo muito fascinante e, ao pé

do rádio, acompanhava tudo aquilo sempre com muita atenção. Era como se algo me dissesse que um dia, anos mais tarde, eu viria a tornar-me também com muito orgulho um participante desse grandioso evento, podendo, assim, conhecer muitas pessoas boas que por ali passaram nos divertindo, com as quais tive a felicidade de aprender muito.

Lembro que, quase todos os dias, eu ia do Boqueirão dos Dourados pedalando minha bicicleta, por exatos 15Km, até o cais do porto, levando nas costas um desgastado violão trovador que havia então comprado para aperfeiçoar alguns acordes, que, quando garoto, aprendi com um velho amigo do meu pai. Foi quando tive o prazer de conhecer três grandes mestres do violão e das serestas, Benoni, Botafogo e Vinicius; a partir daí, passei a acompanhar assiduamente de perto os acontecimentos da cultura local de forma mais abrangente. Reconheço também, como fruto de todo aquele trabalho desenvolvido pelo município em prol da arte camocinense, a criação/surgimento de outros projetos, como, por exemplo: o *Show de Novos Talentos*, o espaço cultural do saudoso e amigo BS ou Batista Sena, o Salão de Artes, o próprio Festival de Violeiros, realizado sempre no Primeiro de Maio numa alusão ao Dia dos Trabalhadores, e os Guerreiros do Boqueirão e Banda da Lua, um grupo de folclore criado por mim e o artista plástico Antônio Jader Pereira, o Dim Brinquedim.

Na época, Dim ainda dava seus primeiros passos em busca do sonho da fama e do reconhecimento que ele tem atualmente, de forma merecida¹⁵. Sempre seguindo o regulamento do certame, cada um poderia inscrever duas músicas gravadas em Fita K7, sendo que apenas uma seria classificada. Feita a inscrição, todas elas eram levadas para Fortaleza, sede da produção. Lembro que a espera do resultado era tensa e aguardada com muita ansiedade pelos candidatos, até que o jornal publicasse e fosse divulgada a lista nas rádios da cidade. Nesse tempo, circulavam ainda por aqui os jornais Tribuna do Ceará, *O Povo*, e por último o jornal *Diário do Nordeste*. Para os mais apressados, era só se dirigir até a banca do Marcos Jornaleiro e conferir o resultado.

E foi assim que eu vivi também minha primeira experiência na história do festival e talvez a maior de todas. O ano foi 1993, VIII Edição, depois de passar pela mesma tensão, ansiedade e angústia de esperar, pude experimentar também a euforia da classificação para o maior evento da minha cidade, O Festival de Música, mesmo sem experiência ou preparação para tal feito.

Ainda hoje guardo o recorte do jornal *Diário do Nordeste*:

¹⁵Antonio Jáder Pereira dos Santos, Dim Brinquedim é um artista camocinense nacional e internacionalmente conhecido. “[...] nasceu em 1967, em Camocim, Ceará. Dim teve uma infância rica em experiências e não só desfrutava da companhia de sua família, muitos deles artesãos, como aproveitava da vida em comunidade que a cidade pequena pode proporcionar e circulava livremente pelos ateliers e oficinas dos vizinhos do Cruzeiro, seu bairro”. Disponível em: <http://cacholamagica.blogspot.com/2013/02/dimbrinquedim.html>. Acessado em 20/01/10.



Figura 2. Relação das músicas classificadas para O VIII Festival de Música de Camocim. 1993. Fonte: Jornal *Diário do Nordeste* 1993. Arquivo do autor.

Além deste que vos escreve (Fuga do leão – Francisco Sílvio da Paz), os artistas da terra figuraram na lista, Batista Sena (Promessa a São Pedro e Amor navegante)¹⁶; Francisco Barbosa do Nascimento (Chico Sabiá) (Já joguei a chave fora); César Augusto/Roberval Souza/Carlos Augusto¹⁷ (Em busca das cores); Carlos Evanmar Moreira (Camocim minha Cidade) e Carlos Augusto P. dos Santos e Naldinho (Camocim Ceará)¹⁸. “Camocim-Ceará” em ritmo *country* foi classificada na primeira eliminatória com ótima aceitação do público, mas não logrou êxito na etapa seguinte. Uma particularidade da letra da música é que todas as palavras iniciam com a letra “C” de Camocim¹⁹.

Se é fantástico assistir a um festival de música da arquibancada, no meio do público e juntos dançar, cantar, se divertir, imaginem a sensação de estar do outro lado, e de se sentir por alguns minutos um verdadeiro artista, podendo juntamente com a banda levar sua mensagem em forma de canção e animar esse mesmo público, que te aplaude, te curte e que te faz de alguma forma viver momentos que se eternizarão para a vida toda. É uma sensação semelhante ao que disse Zuzi Homem de Melo certa vez, numa de suas entrevistas em relação aos festivais de música: “São muitos momentos de pico, eu tenho na memória muitos momentos incríveis e algumas apresentações maravilhosas”²⁰.

Mas, como foi idealizar e executar um festival numa cidade como Camocim, que acabou virando uma tradição e sacudiu a cena musical do Estado do Ceará? Com a palavra a ex-prefeita Ana Maria Veras, que discorreu sobre o início do festival:

¹⁶ *Promessa a São Pedro* é um poema de R. B. Sotero, poeta camocinense, musicado por Batista Sena.

¹⁷ Esse Carlos Augusto não é o mesmo da música “Camocim Ceará”, constante da lista.

¹⁸ Naldinho, Raimundo Arnaldo de Carvalho fez a música. O jornal só trouxe o nome do letrista, Carlos Augusto P. dos Santos.

¹⁹ Camocim, claro céu cristal/Coqueiros cacheados, cajueiros copados./ Camocim, cor carmim,/Caranguejos cobiçados, camarões corados./Clima cálido, Carnaval cativa calor,/Charme, chama, cantiga,/Cintilante cor. (Refrão)/ Camocinenses,/Cidadãos corretos,/Cidade coração,/Consagrado chão. (BIS)/ Camocim, curumim crescido, /Camocim ,caboclo, cafuzo./Camocim, corós carnudos./ Camocim Ceará, Camocim Ceará, Camocim Ceará (BIS). Letra cedida pelo autor Carlos Augusto P. dos Santos

²⁰ Fonte: Agência Brasil. *Jazz*. Música popular. 24/01/2019.

O primeiro festival a gente fez sem ter credibilidade, você fazia um festival naquela época você não tinha uma história, Camocim não tinha uma história. Então, não houve grandes aportes, pessoas que nos dessem esses recursos para fazer. Então, por incrível que pareça numa época em que Camocim não tinha quase nada, não tinha reforma tributária, o FPM de Camocim era quase nada, os recursos de ICMS muito pouco também. A gente bancou esse festival de Camocim sozinhos. Como era novo e a gente não sabia. A gente não tinha produtores aqui e não tinha ninguém nessa área. Nós trouxemos um produtor que na época se chamava Califórnia Produções que nos ajudou a fazer isso, a produzir este festival. Mas com recursos integralmente de Camocim. A divulgação foi na base de amigos. A gente conhecia o José Augusto que editava o Caderno Gente do *Diário do Nordeste* e aí se encarregava de divulgar porque via a garra que todo mundo tinha e a vontade de acontecer. Então ele ia lá à base da amizade e a gente acabava conseguindo a divulgação²¹.

Dialogamos com várias pessoas que puderam viver intensamente momentos como esse nos vários festivais. Músicas como “Boi Magia”, vencedora do Festival de Música de Camocim de 1992, foi escrita praticamente às margens do Lago do Boqueirão, por Edmar Gonçalves, em suas idas e vindas à casa do seu amigo Dim, a quem ele tinha grande amizade. Batista Sena, por sua vez, teve outras músicas premiadas, já que ele, a exemplo de Naldinho, estava sempre presente nos festivais, e um de seus parceiros de música, além do poeta R. B. Sotero, era Stanley Moreira, com quem fez uma de suas mais belas composições premiadas, Amor navegante, a qual não foi encontrada durante esta pesquisa. Dessa forma, dá pra ver que todas estas canções, às quais aqui nos referimos, em algum momento representaram muito bem o contexto de nossa cidade de modo geral e, por isso, são lembradas até hoje.

Na fala do cantor Raimundo Arnaldo de Carvalho, o Naldinho, como é conhecido no meio musical, ele evidencia elementos do surgimento do festival de música e do trabalho feito pela ex-gestora em prol da cultura, com o olhar voltado para os artistas locais:

Entrei nos Festivais de Música de Camocim, em 1988, com a música *Humanidade*. Na época eu era bem novinho, e foi o Edmar Gonsalves, que fez o meu primeiro arranjo, entrei como letrista e ele, defendeu a música. Neste período Camocim já respirava esse ar de música, Camocim tinha aqui duas grandes personalidades Seu Benoni e Botafogo, eram os nomes referenciais pra mim, e aí, com o surgimento dos festivais surge uma nova leva de músicos, aparece músico daqui músico dali, os primeiros artistas a cantar e com os festivais se lançaram para o mundo artístico. E Camocim como uma terra muito fértil para essa atividade recebeu muito bem os festivais. Foi a Ana Maria que começou todo esse movimento pelo CSU e antes da criação do festival, já havia feito os shows de calouros mais ou menos em 83, que era realizado no antigo Balneário e foi daí que nasceu o Festival de Música de Camocim. Então, a cidade se preparava, a cidade tinha até fã clube era como quadrilha hoje, o cantor da terra ia se apresentar e tinha as torcidas, inclusive tinha a torcida né (risos) a própria Ana Maria era a prefeita e ela mesma mandava fazer uma faixa pra mim, com o nome da música, tinha fã clube era muito legal²².

Para o radialista, compositor, escritor e presidente da Academia Camocinense de Ciências, Artes e Letras (ACCAL) no biênio 2018-2019, Inácio Santos, o Festival de Música de Camocim foi:

²¹ Depoimento de Ana Maria Veras, gravado em maio de 2013 *apud* Carvalho, *Op. cit.*, p. 58.

²² Raimundo Arnaldo de Carvalho (Naldinho). Professor, cantor e compositor. Entrevista realizada pelo autor em 14/01/2020. . Camocim-CE.

[...] uma experiência contagiante, primeiro porque foi uma coisa inédita, eu lembro que quando surgiu o edital em 1986, a gente pensava que era um festival, coisa do tipo regional, quando na realidade o festival era de uma amplitude bem maior. Eu lembro que na oportunidade eu me escrevi e participei com a música *Veleiros* e pra minha surpresa, tinha gente de Fortaleza, gente de outros lugares que estavam também competindo com este projeto. Este festival aconteceu sua primeira edição na extinta, que hoje não existe mais, o que é uma pena, Quadra do SESI e veio toda uma estrutura musical de primeiro mundo. [...] Foi uma festa, O SESI lotou e eu lembro que na época o Edmar Gonçalves morava em Camocim, ele que é um grande cantor, um grande compositor já gravou até na Globo Nordeste e tem vários trabalhos e entrou com a música *Os Meninos*. Tinha também o compositor Ricardo com a música *Prá esse Pote*. Vieram também participar cantores como: Zé Stélio, Calé Alencar, grande compositor que ainda hoje faz um sucesso, até hoje e Kátia Freitas que também passou por várias bandas de forró, se eu não me engano cantou na Mastruz com Leite e outras e outras. Vieram Chico Pio, vieram muitas outras pessoas e eu fiquei o tanto quanto até meio assustado quando eu vi esta galera todinha de Fortaleza, um pessoal que já militava na música que vivia da música, que eram grandes cantores, grandes compositores e realmente o festival foi um diferencial. A cidade ficou completa, nesse tempo eu tinha um programa na Rádio União de Camocim que dominava, isso feito pesquisa pelo IBOPE, vários anos²³.

Na entrevista, ele ainda comentou a predominância do rádio naquele tempo, principalmente na zona rural, pois muita gente tinha o radinho à pilha. Banco de pote e o rádio eram duas coisas que não podiam faltar na casa do homem do interior. Questionado sobre os pontos culturais de Camocim, Inácio nos disse:

Naquela época dois locais aqui na cidade ficaram sendo *point* dos compositores, um por causa da mídia do rádio além de eu dar apoio total, toda vida o meu programa apoiou todas as partes culturais, seja teatro, seja música, toda vida eu gostei da arte, pois quando eu era adolescente nos anos 70, a gente criou aqui o Grupo de Teatro Amador Pinto Martins. No caso participava eu, Totó e uma turma de 40 adolescente, passamos várias peças aqui como a tradicional Paixão de Cristo, Auto da Compadecida de Ariano Suassuna, muito antes da Globo levar ao ar, ninguém ainda nem ouvia falar. O outro lugar onde todo mundo se reunia até pra falar de festival, pra tomar uma cervejinha, ou os músicos ficavam hospedado nesse lugar, era o Espaço Cultural, que era do compositor Batista Sena de saudosa memória. Batista Sena era um artista completo, polivalente, um artista plástico fantástico, um dos que melhor se aproximava da anatomia humana. O que era o Espaço Cultural? Era uma casa toda decorada com obras de arte, tinha quadro dele, do Mauro Viana, também já falecido, do Edmar Carvalho. Ficava nas proximidades da casa lotérica em frente à caixa d'água, hoje não existe mais. O próprio Totô, na época um garoto lá da Boa Esperança, um dos maiores artistas camocinenses, o Dim Brinquedim começou lá fazendo seus primeiros bonecos de barro incentivado pelo Batista Sena²⁴.

Outro nome importante, também apaixonado pela arte de cantar, vindo da Vila do Maceió, interior do município, é o Francisco Barbosa do Nascimento, mais conhecido como Chico Sabiá, que também contribuiu com esta pesquisa falando o seguinte:

²³ Inácio Santos. Radialista e escritor. Entrevista realizada pelo autor em 28/05/2019. Camocim-CE.

²⁴ Inácio Santos. Entrevista já citada.

Naquela época eu acredito que a gente já tocava em forró por aí afora, pé de serra. Quando surgiu o Festival de Camocim eu fui chamado para que eu me inscrevesse, como eu morava longe, era meio difícil as coisas né?! Então, realmente a gente vinha de bicicleta, de carro, de carona, de todo jeito. Eu já trazia esta música lá do Pará, muito linda, muito bonita! E eu escrevi duas músicas *Cigana Feiticeira* e *Vida de Garimpeiro*, sendo que com esta fizemos muito sucesso, tanto aqui em Camocim como fora de Camocim. [...] a gente sentia muito prazer e muita alegria. A gente ficava hospedado no Hotel Municipal, tinha muito contato com os cantores de fora, conheci Calé Alencar, Edmar Gonçalves, vários deles cantores famosos por aí também e a gente meteu-se no meio desses homens... Fui passando para a final, fui passando para a final, até que cheguei ao final de todos, né? Com isso eu passei a conhecer cantores como Cláudio Galeno, Mardônio, Marcelinho, Eliane, o radialista Cardoso Filho e muitos outros. Eu me achei muito feliz em chegar à final, porque eu me achava muito pequeno, mas quando a gente tem de vencer a gente vence. Eu quase não dormia quando chegava dos ensaios, [...] ²⁵.

Chico Sabiá está entre os compositores populares com pouca formação acadêmica, mas muito respeitado por sua criatividade e talento musical. Podemos sentir sua humildade no contexto de suas palavras ao logo desta entrevista quando ele relata as dificuldades que encontrou no começo da sua carreira, mas sua persistência em lutar pela música o transformou num dos grandes personagens da história dos nossos festivais ao lado de tantos outros.

Continuando com nosso diálogo com os mais diversos atores dessa trama, outra história também muito interessante é do jovem músico, professor e arranjador Caetano Prado. No seu depoimento, ele nos diz:

Naquela época, nos anos 90 eu estava iniciando na música, acompanhando meu pai e fazendo aula na Casa de Cultura, onde se promoviam aulas de teclado, violão, violino vários tipos de instrumentos. **E aí a Prefeitura trouxe também o Marcilio Homem que era quem fazia todo o aparato do festival**, que deu uma ênfase bem legal, porque no caso o prefeito era o Antônio Manoel e a Dona Ana é uma pessoa que gosta muito de cultura e ela investia e dava muito apoio ao pessoal da terra. Como eu estava começando então eu tocava percussão, ensaiava, era aquela animação na Estação, a gente vivia aquele momento de música muito forte, aí tinha desenho, tinha pintura era arte mesmo pura que hoje não acontece mais, né?! [...] era muito fluente esta questão da música do festival, tinha os ensaios, o pessoal de fora vinha, o Marcilio Homem organizava tudo, tinha a banda Nível do Mar que também surgiu nesta época, onde tinha o total apoio da Prefeitura e a Casa de Cultura. Então, hoje, a gente sente muita falta, falta aquele apoio maior, falta de mostrar os talentos mesmo do pessoal que compõe [...], uma visão, um olhar para os artistas, porque a gente tem um festival aqui vizinho que é uma semana inteira de cursos, e esse festival continua lá em Viçosa, e aqui em Camocim era pra ter um festival desse, era pra ter continuado, era pra ter um olhar, o pessoal do setor público era para olhar mais para os artistas, tá faltando isso ²⁶. (Grifo nosso).

O músico Caetano Prado tem uma opinião simples e muito esclarecedora sobre o que foi o Festival de Música de Camocim, mesmo tendo vivido os momentos iniciais do

²⁵ Francisco Barbosa do Nascimento (Chico Sabiá). Cantor e compositor. Entrevista realizada pelo autor em 26/05/2019. Praia do Maceió. Camocim-CE.

²⁶ Caetano Prado. Professor, músico arranjador. Entrevista realizada pelo autor em 14/01/2020, Camocim-CE.

festival, como ele diz, presenciou o momento de maior ênfase, como também viu o fim, pois já era um músico profissional. O certo é que sua posição é semelhante à de outros entrevistados: o festival deveria ter continuado.

Como vimos no grifo do depoimento de Caetano Prado, ele destaca a participação do maestro Marcílio Homem “que fazia todo o aparato do Festival”. Aqui cabe uma explicação: depois dos primeiros festivais, a Prefeitura Municipal contratou este maestro para dirigir a Banda Nível do Mar para dar suporte ao festival, além de ser uma escola permanente de música. Muitos músicos locais se profissionalizaram nesta banda sob a batuta do Maestro Marcílio Homem (ele mesmo foi um assíduo participante do festival desde 1987, assinando músicas com parceiros e fazendo arranjos). Num dos seus discursos de apresentação de festival, saudou a população desta forma:

Hoje aqui de frente para esse manancial de beleza, essa paisagem linda que a natureza nos deu na terra de Pinto Martins começa o XIII FESTIVAL DE MÚSICA DE CAMOCIM. Durante mais de uma década estivemos aqui reunindo. Artistas de diversas regiões e culturas diferentes manifestando a musicalidade brasileira, o talento, a emoção, a arte de fazer ao vivo o improviso, interpretação e sobretudo, o motivo maior da expressão artística que é a criação. Estarão juntos nesse palco celebrando o espetáculo da vida durante 03 dias. Camocim de braços abertos recebe a todos com muito carinho e alegria tendo certeza de que durante esses 03 dias de festa da música, tomará de conta dos nossos corações e da nossa cidade. Bem-vindos a Camocim!²⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se nesta narrativa um pouco da história local e cultural do município de Camocim. Nesse processo, podemos afirmar que este trabalho sobre as memórias dos festivais de música de Camocim não é um simples convite para uma volta ao passado recente, mas que jamais vai deixar de existir nas nossas lembranças, de uma trajetória inspiradora, de talentos e de fatos reais que infelizmente, parecem ter se perdido no tempo, mas que voltam, como neste trabalho.

Para nós foi um trabalho gratificante poder apresentar em forma de escrita, fragmentos da história local. Por meio de consultas a arquivos, blogs, jornais e principalmente fontes orais, encontramos elementos que contribuíram muito para a realização desta narrativa, que futuramente poderá contribuir de forma pedagógica com outras que poderão surgir.

Contudo, nada disso é muito estranho para Camocim e sua população mais vivida, uma cidade que no passado já teve de quase tudo. O Festival de Música foi apenas mais um que sofreu o mesmo descaso. Mas, como diria Ariano Suassuna, “Acredito que toda arte é local, antes de ser regional, mas, se prestar, será contemporânea e universal”. Seguindo o pensamento do autor, acreditamos também e esperamos que a arte e a cultura

²⁷ Discurso de Marcílio Homem. XIII Festival de Música de Camocim em 12/07/2002. Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal da Cultura.

camocinense, apesar de tímida atualmente, mas, pelo potencial que tem, um dia possa ressurgir e voltar ao mesmo destaque que teve um dia.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Francisco Wendel de Paula. **O surgimento do Festival de Música de Camocim/CE:** resgatando a memória e a história cultural deste município. Monografia. Curso de Música – Licenciatura. Universidade Federal do Ceará (UFC). Campus Sobral. 2018, p.29. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/45301/1/2018_tcc_fwpcarvalho.pdf. Acessado em 19/01/2020.

CASTRO, Wagner. **Os Festivais de Música no Ceará.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/2.804/os-festivais-de-musica-no-ceara-1.673108>. Acessado em 05/11/2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.) **Entrevistas:** abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994.

NAPOLITANO, Marcos. **O fonograma como fonte para a pesquisa histórica sobre música popular – problemas e perspectivas.** Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2012/historia_artigos/2napolitano_fonograma.pdf. Acessado em 12/12/2019.

SITES:

<https://culturaalternativa.com.br/historia-dos-festivais-de-musica-no-brasil/>. Acesso em 08/01/2020.

<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popce.def>. Acesso em 19/01/2020.

<http://camocimpotedehistorias.blogspot.com/2019/09/>. Acessado em 19/01/2020.

FUTEBOL DE VÁRZEA COMO ESPAÇO DE SOCIABILIDADE EM CAMOCIM-CE.

SILVA, Charles dos Santos²⁸
RAICK, Regina Celi Fonseca²⁹

RESUMO: O futebol de várzea tem se constituído como um elemento de integração da sociedade camocinense ao longo de muitas décadas. Entender os fatores que motivam a continuidade dessa prática é fundamental para compreendermos essa prática de lazer no município. Como a população constrói a sua experiência da prática amadora desportiva no meio social? Por que o futebol no campo de várzea tem sido o mais popular? Como essas práticas têm se transformado em espaços de sociabilidade? O objetivo deste artigo é refletir sobre o futebol de Várzea como espaço de sociabilidade em Camocim-CE. Para tanto, foram fundamentais a leitura de Carlos Augusto P. dos Santos (2014); Soraya Darido (2007), Daniel Hirata (2005), Simone Guedes(1998) e Jorge Ferreira, entre outros, bem como dos depoimentos de organizadores e participantes dessas práticas e fotografias.

Palavras-Chave: História. Futebol de Várzea. Sociabilidade. Camocim.

²⁸Licenciado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR. Turma de Camocim-CE.

²⁹ Professora do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: regina_raick@uvanet.com.br

Introdução a esta leitura

Pensar no futebol é pensar em elementos que temos como estruturantes da cultura do lazer no Brasil; a antropologia cultural tem se debruçado sobre essa questão e sobre os seus mais variados aspectos de sociabilidade e formas de existir. A História de Camocim perpassa um espectro importante desses traços culturais, ainda mais que ali, durante o final do século XIX e a primeira metade do século XX, temos um palco importante de passagem e introdução de novos hábitos e mentalidades não só devido à intensa atividade do Porto de Camocim, mas por ser um ponto de partida para o interior da estrada de ferro. Além de receber bens de consumo e escoar a matéria-prima produzida no interior do estado, a circulação das populações trazia hábitos e ideias à cidade, como bem nos revela Carlos Augusto Santos.

Uma pergunta possível frente a um trabalho que investigará as *raízes* locais do futebol de várzea é: qual a sua importância? Que tipo de contributo este trabalho aparentemente pontual terá dentro de uma perspectiva mais alargada da História e da contribuição à sociologia do cotidiano?

A reflexão que parte da vivência pessoal desnaturaliza o jogo e passa a construir os meandros da historiografia local e aponta para a organização social dos grupos desportivos e das associações que se organizam a partir e com estes times. O material aqui apresentado também revela as articulações de poder e a ação política com e destes grupos e seus dirigentes, os possíveis elementos de barganha e as moedas de troca que os envolvem na mesma medida em que estes grupos passam a representar elementos de hegemonia dentro das suas regiões e prestígio dentro de uma perspectiva mais alargada que a sua circunscrição geográfica.

O poder de um texto e uma pesquisa como esta não está no resultado imediato que nos foi apresentado, mas na perspectiva alargada de pesquisa e análise que nos oferece sobre um grupo, uma temporalidade, um lugar e, por fim, uma cultura. Se a ação se faz no espaço de Camocim, a reflexão vale para todos os lugares com semelhanças estruturais e aí está o grande mérito da recolha dentro da perspectiva da história local, uma vez que se irá traduzir, na especificidade, elementos históricos que a ultrapassam e tangenciam-se na construção dos elementos essenciais da identidade e da resistência.

O futebol na história

Quando nos debruçamos sobre a história dos jogos em campos abertos, percebemos que estes confluem a organização dos exercícios de treinamento de caçadores, guerreiros ou mesmo como atividades coletivas de lazer e muitas vezes faziam parte da preparação dos jovens dos rituais de passagem para o mundo adulto; no nosso objeto, sendo o jogo do futebol, temos que recordar que este existe com uma série de variações, mesmo que suas regras e formato oficial tenham pouco mais de 130 anos (1856), consagrado pela prática entre as Escolas Masculinas Inglesas. A literatura sobre a história do futebol no Brasil aponta a data de 1895 como o marco da introdução da modalidade, além disso é importante lembrar que neste período o Brasil recebe um

contingente significativo de engenheiros e técnicos não só ligados à mineração, mas também à construção dos caminhos de ferro, além de muitos filhos das classes mais abastadas serem enviados para a Inglaterra e a Alemanha para estudarem nos cursos de engenharia ou serem preparados para montarem pequenas e médias indústrias. O que é importa lembrar é que a democratização do desporto, ou seja, a sua prática, não é algo dado, mas instrumento de uma significativa e importante luta de classes na medida em que também no desporto temos a demarcação de “territórios” e fronteiras de ordem econômica, cultural, religiosa e de estamento. Portanto, a prática desportiva e a sua sociologia importam na medida em que passamos a olhar para as formas de lazer e as lutas sociais que se estabelecem, manifestam e se resolvem, com e através das disputas.

Pensar no Futebol no Brasil do século XXI é para o incauto quase sempre pensar numa prática que leva à profissionalização, ao enriquecimento e às glórias, mas esse mesmo objeto de pesquisa traz em si reflexões sobre territorialidades, influências de ordem política e social e seus estratagemas. Além disso, há também políticas públicas e suas aplicações e discursos, assim como, em um nível de micro-história, a reconstrução da memória e das práticas de associativismo que se tecem desde a mais tenra idade e que, há menos de 50 anos, se restringia ao mundo da masculinidade e hoje transcende a dicotomia de gênero, apesar de este ainda ser um campo claro de disputa pelo reconhecimento e o respeito do feminino em campo.

As formas de apresentação do futebol se adequam às condições de espaço físico, geografia, classes socioeconômicas e culturais, daí diferenciarmos muito rapidamente três formas distintas do jogo: a) em campo de várzea; b) em campo de estádio; c) de salão.

O presente trabalho é na verdade uma primeira recolha de dados a respeito do surgimento e implantação dos times de futebol na cidade de Camocim, atendo-se à recolha de dados através principalmente da memória coletiva e de entrevistas (com referência específica ao método da história oral) de pessoas que têm as suas histórias de vida associadas à História do Futebol em Camocim: Cazumbim e Zé Bastião “Perna Grossa”.

A percepção da importância das práticas desportivas e a sua associação aos programas de ensino e mais tarde em termos de políticas públicas em programas de inclusão social em várias instâncias das organizações sociais civil e corporativas é de fácil observação, especialmente a partir da aplicação de políticas públicas que visam atender às novas demandas de bem-estar social, compreendendo-se a saúde como foco principal. No município de Camocim, no Estado do Ceará, temos verificado que a prática do futebol de várzea está muito presente em nosso meio. A denominação Várzea dá-se pela referência ao tipo de campo em que as partidas são disputadas, geralmente campos de terra batida. A iniciação esportiva aplicada em campos de Várzea, clubes privados ou público na cidade de Camocim, cujo objetivo foi o de promover a iniciação da prática de esportes na localidade como diversão e a diversificação de outras modalidades, tendo o foco nos jogos desportivos e coletivos, tiveram início entre os trabalhadores da antiga linha de ferro (estivadores) e moradores de Camocim a partir da década de 1950. A preservação dessas práticas teve como figuras de destaque Cazumbim e Zé Bastião “perna grossa”, sendo estes os pioneiros da prática desportiva amadora praticada em campos não formais de ensino e prática desportiva em lugares privados e abertos, como, por exemplo,

antigo SESI, Estádio Fernando Trévia, Campo do Tapete Verde, Campo do Roberto, Campo da Estação (antiga RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima) no bairro dos coqueiros.

Como a população constrói a sua experiência da prática amadora desportiva no meio social? Como tem sido as práticas esportivas em relação ao futebol no campo de várzea? Como essas práticas têm se transformado em espaços de sociabilidade? Quais os benefícios que o futebol traz para o desenvolvimento do aluno no contexto escolar?

O Futebol no Brasil

Hoje o futebol é uma prática esportiva que atrai muitas pessoas, pois é um esporte que pode ser praticado em espaços diferentes e que receberá denominações distintas e ligeiras variações nas suas regras e modos de arbitragem. De todas as modalidades praticadas no Brasil, a mais popular é o futebol de campo; como acontece cada vez mais em todo o mundo, independente da diversidade cultural e/ou religiosa. A relevância do futebol dentro das políticas nacionais, enquanto unificador de suas representações, (seleções nacionais), o mercado e as atividades econômicas associadas direta ou indiretamente e o seu poder mobilizador das sociedades, é por si só justificativa para tentarmos pensar do ponto de vista da história a de sua importância.

A popularidade do futebol se deve à simplicidade de sua estrutura: basicamente um campo demarcado, uma bola, e dois conjuntos de traves (o gol). Tendo uma bola, as pessoas se juntam e formam equipes de jogadores, fazem improvisações de traves, e, assim, crianças, jovens e adultos se divertem e constroem um lazer coletivo dentro de uma ótica contemporânea inclusiva.

De acordo com os historiadores Ferreira e Neves (2003), as práticas do Futebol no Brasil têm recebido interpretações muito diversas na historiografia:

São inúmeras as interpretações acerca do papel do futebol para a sociedade brasileira: instrumento de dominação, de manipulação e de alienação para alguns, elemento de integração nacional para outros. Importante, porém, na minha perspectiva é salientar o movimento dos populares a fim de garantir o acesso a sua prática e o significado assumido pela mesma. De esporte considerado próprio da elite, que pelo exercício aproximar-se-ia do modelo “civilizado” europeu, passa, na década de 1930, a ser valorizado pela influência negra, que teria dado ao futebol brasileiro um estilo nacional e uma maestria que, de longe, o fizeram superar aquele próprio dos seus locais de origem (FERREIRA; NEVES, 2003, p. 290).

Ainda segundo Ferreira e Neves: “O jogo logo atraiu brasileiros da elite, que acreditavam compartilhar, através de sua prática, a civilização e a modernidade dos ingleses”³⁰. No início do futebol brasileiro, percebe-se que apenas a elite, no primeiro momento, pode compartilhar de suas práticas como uma forma de civilização no contexto da modernidade.

³⁰. Idem.

Muitos desses elementos também aparecem na história do futebol em Camocim, no Ceará. O historiador Carlos Augusto P. dos Santos assim descreve a chegada dessa prática na cidade:

[...] nota-se que o futebol chega a Camocim como de resto apontou no Brasil, talvez mostrando por algum *team* de marinheiros estrangeiros a iniciar nativos, visto que, como já se assinalou, o costume de se recepcionar a tripulação dos navios com partidas de futebol. A formação de equipes, representantes das categorias profissionais existentes na cidade, demonstra o desenvolvimento do futebol, atingindo as “parcelas mais amplas do operário”, antes restrito aos rapazes da elite nos colégios e clubes elegantes das grandes cidades do país ou trabalhadores especializados, longe, portanto, de “servir como elemento de identidade operária” (PEREIRA apud SANTOS, 2014, p. 198.

No blog *Camocim Pote de Histórias*, Carlos Augusto Pereira dos Santos descreve que a história do futebol em Camocim é mais antiga do que imaginamos. O *Palmeira Foot Ball Club* foi fundado em 17 de dezembro de 1918 e treinava em um terreno da Rua Humaitá. Mas ele afirma que provavelmente o clube pioneiro da cidade foi o *Camocim Foot Ball Club*, na foto abaixo, publicada em 1913, portanto, cinco anos antes do surgimento do Palmeira³¹.

Foto 1. Camocim Foot Ball Club



Em Camocim: «Camocim Foot-Ball Club», o segundo *team*, antes de fazer um bello goal
 Fonte: Revista *O Malho*, Ano XII, 26 de abril de 1913, edição 554, p.23. Apud: Blog Camocim Pote de Histórias.

A história do futebol em Camocim também contou com a participação e grande contribuição do Mestre Cazumbim, que, com sua garra e irreverência, conseguiu fortalecer o esporte. De acordo com Aradi Silva, Antônio Pereira da Silva, o Mestre Cazumbim, além de músico, teve uma trajetória ligada ao esporte. Até quando foi vivo, já aposentado, ainda tinha fôlego para toda semana treinar jovens em campos de terra da

³¹ SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. CAMOCIM FOOT BALL CLUB. *Blog Camocim Pote de Histórias*. 2016. Disponível em: <https://camocimpotedehistorias.blogspot.com/search?q=Camocim+Foot+ball+club>. Acessado em 15/12/2019.

periferia. Contemporâneo de Sebastião Marques, ele fez parte de uma geração em que se destacaram outros trabalhadores-jogadores, como Quebrado, Passaqui, Canoé, Expedito leitão, Zé Olhim, Linha Fina, Zé Maria, Pepeta, dentre outros. Na saudação de um cronista local, treinado em seus tempos de adolescente pelo Mestre Cazumbim, constatamos a importância de seu trabalho junto à juventude camocinense, afirma Aradi Silva³².

Contudo, a prática do futebol no contexto social do indivíduo tem trazido novas reflexões que envolvem o espírito corporativo acerca das diferentes estratégias que têm surgido no campo esportivo. Mas, sobre as responsabilidades das ações no âmbito dos jogos, ressalta Carlos Santos,

Era o futebol ainda sem o espírito corporativo, ligado a uma categoria ou a um sindicato, ou mesmo de jogadores sem alguma outra intenção de favorecimento pela prática, como os rapazes que tentavam entrar para a estiva jogando pelo time da categoria. Seu Euclides relembra o futebol como mera diversão, opção de lazer dos trabalhadores mais simples, que encontravam no esporte um momento de pura e simples brincadeira após a jornada de trabalho (SANTOS, 2014, p. 199).

Sobre essa discussão, vale salientar a importância do futebol como uma ferramenta de diversão e lazer, mas orientada como uma proposta que ajuda na descontração dos trabalhadores. De fato, o esporte tem servido como um instrumento que ajuda nas políticas de fortalecimento com relação ao lazer e às descontrações.

Polyanna Martins, que realizou estudo sobre esporte, no artigo *Sociologia do esporte*, traz o seguinte pensamento:

É possível observar que a prática do esporte visa compreender alguns pressupostos históricos fazendo análise sobre ações humanas de acordo com seus costumes para a construção de uma sociologia do esporte. A partir de um estudo da Antropologia Social, a história da prática do esporte é um instrumento de lazer e aprendizado que ligam cultura e atividade esportiva (MARTINS, 2016, p. 15).

Percebe-se que essa ideia se aplica ao município de Camocim. Uma simples prática desportiva ou de lazer em bairros distantes estará sujeita a ter essa mesma experiência.

Em meio às discussões acerca da importância dos campos de várzea, faz-se necessário compreender os elementos quanto às ações que envolvem melhoria desses espaços para o fortalecimento do futebol. Além disso, é preciso priorizar as discussões com relação ao esporte que são realizados nesses espaços.

A prática do esporte compõe um fato social, econômico e político, que busca e dá sentido ao desenvolvimento do ser humano como fator crucial ao desenvolvimento cultural. Assim, é direito de todo cidadão ter oportunidade de participação em atividades esportivas, com o objetivo de melhorar as condições de saúde e de promover a participação comunitária.

O entendimento e a compreensão esportiva como ciência requer entender a contextualização histórica do meio, é compreender a si e aos outros, de acordo como os

³² SILVA, Aradi. “O Velho Cazumba”. *O Literário*. Camocim-CE, Ano III, Edição 18, julho de 2001, p.4.

pressupostos da formação para o exercício da cidadania. Portanto, a partir do conhecimento integral do seu meio, é possível agir em defesa dos argumentos de sua própria identidade como fator cultural em meio à sociedade local.

Os jogos no campo de várzea

Sobre a discussão voltada para o campo de futebol ou campo de várzea, vale ressaltar as contribuições dos jogos como elemento de integração direcionada aos campos de futebol. Diante dessa realidade, é preciso entender como vêm sendo disseminadas as atribuições do campo de várzea como um futebol amador, organizado por um grupo de pessoas com foco no desenvolvimento dos indivíduos que praticam o esporte.

O futebol amador tem sido uma prática amplamente fortalecida em todo o país. Sobre essa realidade, faz-se necessário entender a forma como vêm sendo desenvolvidas as ações no contexto do futebol, especialmente sobre a prática dos jogos no espaço social.

A prática de futebol de várzea também é apresentada no contexto das zonas urbana, essa proposta do futebol voltado para o ambiente de campo de várzea permite uma reflexão quanto às experiências que estão disseminando no âmbito dos jogos:

Prática urbana, o futebol de várzea tem um sentido que vai além das circunstâncias da sociabilidade local, até porque suas formas de organização e o modo como mobiliza jogadores e torcedores passa por uma trama urbana que ultrapassa as circunstâncias da vida local, de um bairro ou das chamadas comunidades de referência [...] o futebol de várzea constitui uma versão popular de um cosmopolitismo urbano (HIRATA, 2005).

O futebol de várzea, como uma prática urbana, tem seu processo de desenvolvimento voltado para as questões da sociabilidade e organização, que fortalece a mobilização direcionada para os jogadores e também para os torcedores. Contudo, o futebol no campo de várzea tem permitido uma análise voltada para as ações populares.

Nesse processo, observam-se os elementos que vêm sendo dinamizados com as contribuições da aprendizagem que são fortalecidas com as reações do futebol disseminado no campo de várzea, mas sobre estrutura organizacional que tem suas evidências no processo da comunidade. Desse modo, os amistosos e campeonatos ajudam na reunião dos indivíduos nas regiões.

Os jogos de pelada influenciam no crescimento e na organização do campo de várzea, pois, diante dessa proposta, vale salientar a importância do crescimento dos campos de várzea voltados para o fortalecimento do futebol de campo nos ambientes sociais.

Logo, não é casual que jogar pelada seja sinônimo de brincar. Não é também casual que os nomes escolhidos para tais times tenham, quase sempre, um grande toque de auto-ironia [...] transformar-se num peladeiro significa abdicar das possibilidades de profissionalização através do futebol, ou seja, abrir mão do seu lado sério, e investir na dimensão lúdica da atividade (GUEDES, 1998, p.85).

A pelada, mesmo não sendo um jogo amador, não pode ser considerada como uma brincadeira, mas deve traduzir reflexões quanto ao processo de transformação que têm suas evidências no âmbito da proposta de profissionalização contextualizada com as atividades do futebol. Logo, as peladas devem ser levadas a sério, pois, sem um caráter sério, as peladas podem ser consideradas uma dimensão lúdica no contexto social. Sobre essa potencialidade, faz-se necessário reconhecer as contribuições da pelada para o futebol amador.

Segundo Johan Huizinga: “A pelada tem como objetivo oferecer um momento de relaxamento, uma diversão para os praticantes, a vivência lúdica não dispensa a competição, ao contrário, jogos interessantes exigem oponentes competitivos”(HUIZINGA apud PIMENTA, 2009, p. 7). Com o propósito de relaxamento, essa atividade tem sido vista como práticas de vivências lúdicas firmadas no contexto da competição. Mesmo tendo um caráter de relaxamento e lúdico, a pelada é caracterizada como jogos e tem, em seu contexto, os sinais da competição, pois, de fato, os elementos voltados para os jogos culminam nas questões e no desenvolvimento do indivíduo no espaço dos jogos, afirma o autor.

Principais nomes do futebol na cidade

Para conhecer as práticas de futebol de várzea em Camocim, foi fundamental ouvir alguns dos principais organizadores dessa prática, uma vez que fontes orais são importantes estratégias para o fortalecimento de novas atividades com procedimento e métodos no contexto das fontes documentais e registros narrativos.

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é, portanto, um comportamento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida (DELGADO, 2006, p. 15).

Os métodos e procedimentos orais têm o compromisso de analisar documentos e registros que ajudem na compreensão de fatos que aconteceram ao longo da história.

Cazumbim e Gugu estão entre os principais nomes do futebol em Camocim. Antônio Pereira da Silva (Cazumbim) residia na Rua Duque de Caixas S/N, Bairro Brasília, em Camocim, e faleceu aos 83 anos. Ele era músico e desportista. Em entrevista dada ao blog *Camocim Online*, falou que as drogas têm tirado a atenção de muitos jovens desportistas atualmente. Com isso, jogadores que eram considerados bons estão um pouco afastados do futebol por influência das drogas. Ele ressaltou a importância do futebol acerca dos times Praiano e Cruzeiro e comentou que esse futebol, ao longo dos anos, tem perdido sua essência: “O time dos Praianos e Cruzeiros eram na época dois times de referências, tiveram muitas partidas vitoriosas”³³.

³³ Cazumbim. Entrevista. *Blog Camocim Online*. 2009.

Na fotografia, temos o registo da passagem de Cazumbim na presidência da Liga Desportiva Camocinense, período este que foi um marco para o futebol local devido a sua experiência e à influência que Cazumbim tinha entre os jogadores.



Figura 2 - Homenagem a Cazumbim na Liga Desportista de Camocinense. 2009.

Cazumbim assumiu como missão fortalecer o futebol da cidade e focou na sua trajetória desportista para a ampliação das atividades voltadas para o esporte, tendo como meta o crescimento dessa atividade no contexto social.

Em 1999, houve uma reunião da sede da Liga Desportiva Camocinense para homenagear Cazumbim pelos serviços prestados ao futebol da cidade. Nessa pequena homenagem, foi retratada parte da história de Cazumbim e sua trajetória frente ao esporte de Camocim.

Outro nome importante na organização do futebol no município é o Sr. Ederson Abel Lourenço, conhecido como (Gugu), ele era considerado o braço direito de Cazumbim. Estava sempre ao lado de Cazumbim lhe dando apoio para a continuação do futebol de Campo. Ao longo da entrevista, Gugu lamenta a morte de Cazumbim e comenta a respeito do futebol no município. Em seu relato, reclamou da falta de incentivo do Poder Público com relação ao futebol:

O poder público bem como Prefeitura não tem valorizado o futebol, para você ter uma ideia o campeonato que era pra acontecer em 2019, está acontecendo agora em 2020, daí dar para você ter a noção da decadência e o tamanho da valorização do esporte em Camocim-CE³⁴.

Gugu ainda comentou a respeito dos campos de várzea, principalmente o Cruzeiro, Praia e também o Tapete Verde. Atualmente não existem mais esses campos, apenas um pouco da memória. Em memória de Cazumbim, Gugu diz levar à frente, com

³⁴ Ederson Abel Lourenço (Gugu). Funcionário público. Entrevista realizada por Charles dos Santos Silva, em 08/01/2020. Camocim-CE.

muitas dificuldades, o time dele, o Maguari. Ainda sobre o descaso com o futebol e sobre a memória de Cazumbim, Gugu lamenta que nenhuma das areninhas que foram construídas recentemente em Camocim tenha levado o nome do antigo companheiro. Para ele, seria uma homenagem merecida em virtude da dedicação de Cazumbim ao esporte:

Cheguei a falar com o Deputado Sérgio Aguiar a respeito de uma homenagem a Cazumbim com o nome dado a uma das areninhas e perguntei: - Deputado, pela história de Cazumbim no esporte de Camocim, você acha que ele não merecia o nome dele numa areninha dessa não?³⁵

De acordo com o entrevistado, o Deputado respondeu que, no percurso da construção, jamais pensou no nome de Cazumbim. Essa afirmação contribui para refletirmos sobre a importância de se fazer a história local salientando pessoas e fatos que são constitutivos da memória e da identidade. Além disso, podemos ainda estabelecer uma relação estreita com os elementos da cultura popular, de modo a reconstruir relações de afeto e pertencimento, a fim de estimular o reconhecimento do patrimônio imaterial, que é também constitutivo de um modo de ser. O Mestre Cazumbim não só formou jogadores, mas também forjou um modelo a ser seguido para a liga de futebol de várzea no município.

Nos jogos, principalmente, em que é fundamental que se trabalhe em equipe, a solidariedade pode ser exercida e valorizada. Em relação à postura diante do adversário, pode-se desenvolver atitudes de solidariedade e dignidade nos momentos em que, por exemplo, quem ganha é capaz de não provocar e não humilhar, e quem perde pode reconhecer a vitória dos outros sem se sentir humilhado (DARIDO, 2007, p. 41 e 167).

Os campos de várzea, com relação aos jogos, buscam fortalecer as ações quanto às estratégias que estão firmadas no contexto do aprendizado, pensando na importância do futebol para melhoria corporal e educacional do educando em vista ao aprendizado.

Neste caso, observa-se que as regras são utilizadas para organizar a vida em sociedade, pois, mediante esta trajetória, é possível estabelecer uma relação entre a prática e teoria. Portanto, é fundamental que se introduza o conhecimento mediante as regras em vista aos jogos inseridos no espaço da sala de aula, pois as atividades esportivas canalizam saberes e fortalecem a dinâmica do aprender.

Diante da fala de Ederson Abel Lourenço: Cazumbim marcava campeonatos de futebol nos campos de várzea com a intenção de não deixar os jovens se envolver nas drogas. Na época muitos jovens foram livres dos vícios. Atualmente, existem as areninhas, importantes aparelhos de treinamento para práticas de futebol com oficinas para os alunos em que se envolve a prática do futebol.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que desenvolvemos aponta para a necessidade de se prosseguir uma investigação mais aprofundada sobre as práticas desportivas na cidade e as relações sociais que se estabeleceram e se estabelecem a partir deste interesse inicial.

³⁵ Ederson Abel Lourenço (Gugu). Entrevista já citada.

Pessoas, como Cazumbim, são personagens de uma história muito maior e mais complexa do que sua própria biografia, mesmo que muito do colorido dessas narrativas nos levem a desvios. O futebol amador possibilitou um olhar mais apurado sobre o processo motivacional e a contribuição deste para o desenvolvimento das competências e habilidades no contexto dos jogos.

Acreditamos que este artigo sirva como um início para a investigação e o desenvolvimento de uma história da prática do futebol e os seus diversos desdobramentos culturais que possam implicar, seja na compreensão da organização social e do associativismo dali derivado; seja nos desdobramentos da História política e do município de Camocim.

REFERÊNCIAS

- DARIDO, Soraya Cristina; SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira. **Para ensinar educação física: possibilidades de intervenção na escola**. Campinas, SP. Papirus, 2007.
- FERREIRA, J; NEVES, L. D.(Orgs). **Brasil Republicano**. O tempo do nacional estatismo do início de década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2003. v.2.
- GUEDES, Simone Lahud. **O Brasil no campo de futebol**: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro. Niterói: EDUFF, 1998.
- HELAL, Ronaldo. **O que é sociologia do esporte**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- HIRATA, Daniel Veloso. **Futebol de Várzea**: práticas urbanas e disputa pelo espaço na cidade de São Paulo. 2005. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade São Paulo, 2005.
- HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- MARTINS, Pollyanna. **Sociologia do esporte**. 1º edição -2016.
- MATTA, Roberto da. **O que faz do Brasil Brasil ?**, Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- PIMENTA, Rosângela. **Futebol amador na cidade e no sertão**: o jogo das regras e a dinâmica figuracional elisiana. **Anais do XII Simpósio Internacional do Processo Civilizador. Civilização e Contemporaneidade**. 10 a 13 de novembro de 2009. Recife-PE.
- SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. **Entre o porto e a estação**: cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE (920-1970) – Fortaleza: INESP. 2014.
- SANTOS; Carlos Augusto Pereira. **Blog**. Camocim Pote de História. SESI CAMOCIM. UM ESPAÇO DE LAZER E SOCIABILIDADE. (IX SC 2019.08) Disponível em: <http://camocimpotedehistorias.blogspot.com/> Acesso em: 27/11/2019.

**MODOS DE VIDA E TRABALHO NO CAMPO: OS AGRICULTORES DE
CAFUNDÓ E OLHO D'ÁGUA - CAMOCIM-CE. (1980 – 2000)**

SANTOS, Maria de Fátima Fontenele dos.³⁶

LIMA, Luzenira Pereira.³⁷

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos.³⁸

Resumo: O presente artigo trata sobre aspectos históricos, econômicos e culturais das localidades de Olho D'Água e Cafundó, do município de Camocim-CE, enfatizando o olhar do historiador para o espaço da zona rural, pouco explorado nos estudos de História. Deste modo, os autores recuperam, a partir das narrativas de moradores mais antigos destas localidades, como elas se inseriram na história do município.

Palavras-chave: Localidades rurais. Memórias. Camocim.

³⁶ Licenciada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR. Turma de Camocim-CE.

³⁷ Licenciada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR. Turma de Camocim-CE.

³⁸ Professor do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: augustus474@hotmail.com.

Introdução

Este artigo é fruto das pesquisas sobre os modos de vida e o trabalho no campo em Olho D'Água e Cafundó, duas localidades da zona rural de Camocim-CE, apresentadas como trabalhos de conclusão do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA. Primeira Licenciatura PARFOR/UVA/CAMOCIM. Devido aos limites de espaço desta publicação, apresentaremos uma versão resumida destes trabalhos, privilegiando os aspectos das experiências e vivências, no universo rural, dessas comunidades, pretendendo compreender a vida do agricultor e sua importância para a economia brasileira. Procurou-se observar, ainda, o cotidiano do trabalho no campo, a inserção dos agricultores no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camocim e sua ação no campo, as políticas governamentais para a agricultura, os raros momentos de lazer, assim como a adoção de hábitos e costumes urbanos no campo.

Deste modo, passaremos pelas origens destas comunidades, que, desde os primeiros moradores, tiveram na agricultura a base de sua sobrevivência e desenvolvimento, passando um legado através das gerações, sendo modificado e melhorado com os avanços tecnológicos. Realizando este percurso, acreditamos trazer de volta um pouco da história dessas localidades, há tanto tempo perdida e enterrada junto aos seus moradores mais antigos, além de pouco explorada pela incipiente historiografia local.

De modo geral, a realidade do campo e a vida do agricultor são muito sofridas pela falta de recursos financeiros e pouca valorização por parte das políticas governamentais para a agricultura familiar praticada nessas localidades e, de resto, em boa parte do território brasileiro. O cotidiano dos agricultores das comunidades de Olho d'Água³⁹ e Cafundó⁴⁰ não é diferente. Os trabalhadores têm que acordar cedo e ir para o roçado, trabalhar o dia inteiro para conseguir dar conta de suas tarefas, que não são poucas e que precisam ser concluídas no tempo certo, para não terem maiores problemas.

Por outro lado, nem sempre a vida do agricultor é só sofrimento e muito trabalho, uma vez que há também os momentos de lazer, pois em tempo de colheita, reúnem-se para uma bela cantoria, com o objetivo de comemorar o sucesso de mais uma etapa vencida. Ressalte-se que a agricultura brasileira se destaca entre as maiores do mundo e representa uma fonte de alimentos e de matéria-prima para muitos países. Nela estão presentes diversos modos de fazer agricultura, entre os quais a produção agrícola familiar, encontrada em extensas e importantes regiões do país (DELGADO, BERGAMASCO, 2017, p.9).

Decerto, o debate contemporâneo sobre o universo agrário tem suscitado uma questão importante no que diz respeito às identidades de sujeitos/atores sociais envolvidos com a atividade agrícola, no bojo de processos socioculturais que implicam transformações de pensamento e hábito de indivíduos e instituições. É bem verdade que

³⁹ Localidade da zona rural de Camocim – Ceará, A cidade está localizada na zona noroeste do estado, onde existem moradores que se dedicam a lavoura.

⁴⁰ Localidade próxima à cidade de Camocim, distante cerca de 8km da zona urbana, cuja população se dedica à agricultura de sobrevivência.

no contexto rural, surgem estratégias coletivas de agricultores familiares buscando superar o modelo convencional e criar alternativas de produção e renda. Uma das estratégias manifestadas em muitos territórios é a formação de organizações formais ou informais para a prática da agricultura, troca de conhecimentos, ajuda mútua e comercialização de produtos agroecológicos.⁴¹

Diante do exposto, apresentaremos um perfil do município de Camocim e, a seguir, os aspectos observados e analisados durante a pesquisa nas duas localidades referidas. Para tanto, utilizamos da fonte bibliográfica para fazermos uma revisão historiográfica do tema investigado de autores, como Beni (2015); Chaves e Foschiera (2014); Delgado e Bergamasco (2017). Recorremos, por outro lado, principalmente, da fonte oral, realizando entrevistas diretas, previamente, agendadas com agricultores dessas comunidades e do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camocim e da coordenadora de base no interior do referido sindicato. Além das fontes orais, também utilizamos documentos como o Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e outros documentos escritos sobre as primeiras tentativas de associativismo rural em Camocim, com a finalidade de entender como se iniciou essa ação, documentos de filiação sindical, dentre outros.

O município de Camocim-CE e sua agricultura

Camocim é um município do estado do Ceará, no Brasil. Localiza-se na microrregião do Litoral de Camocim e Acaraú, mesorregião do Noroeste Camocinense. Segundo a estimativa do IBGE para 2019, o município conta com 63.661 habitantes e tem uma área de 1.158 km². Quanto a sua situação geográfica, Camocim tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude (S) 2° 54' 08" e Longitude (WGr) 40° 50' 28", sendo localizado ao Noroeste do Estado (CEARÁ, 2013)⁴². É a terra do aviador Euclides Pinto Martins. O topônimo Camocim vem do tupi-guarani e, segundo Silveira Bueno significa: *Cambucy*, *Camucym* ou *camotim*, “buraco para enterrar defunto” ou “pote” (vaso em geral). Há quem considere *camotim* como uma urna funerária usada pelos indígenas para sepultar seus mortos, também chamada de *igaçaba*; Gonçalves Dias traduz *igaçaba* como *louça*⁴³.

Culturalmente, os moradores de Camocim são chamados de “coró” (peixe abundante na região), assim como os moradores da vizinha cidade de Granja são conhecidos como “cangati” (outro peixe abundante no Rio Coreaú), revelando uma antiga rivalidade entre as duas cidades. A denominação original, quando distrito de

⁴¹ BENI, Tiago José. A ação das organizações de agricultores familiares agroecológicos no desenvolvimento da agroecologia no território do Alto Vale do Itajaí SC. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico. (Programa de Pós-Graduação em Administração) Florianópolis, SC, 2015. 233 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/158815/337272.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 22 de mai. 2019.

⁴² No último censo de 2010, Camocim contava com 60.158 pessoas. Atualmente, na classificação geral, no Brasil ocupa a 496ª posição. No Ceará, entre os 184 municípios é o 23º e, na microrregião do Litoral de Camocim e Acaraú é o 1º colocado. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/camocim/panorama> Acessado em: 3 de dez. 2019.

⁴³ Disponível em: <https://camocim.ce.gov.br/conheca-camocim>. Acessado em 03 de dez. 2019.

Granja, era Barra do Camocim e, após sua emancipação em 1879, Camocim. É relevante mencionar que as bases da economia do município são extração de sal marinho, a carnaúba e a pesca, complementadas pela cultura de caju, arroz sequeiro, mandioca e feijão. Já na pecuária o bovino, suíno e avícola. Na indústria, a cidade conta com uma empresa de calçados, cinco extrativas minerais, uma de perfumaria, sabão e velas, uma editorial e gráfica, oito de produtos alimentares, uma de vestuário, calçados e artigos de couro e peles⁴⁴.

Cabe aqui expor que o agricultor da região do Olho D'Água e Cafundó, no recorte temporal da pesquisa, praticamente não contava com nenhum recurso do governo que pudesse lhe beneficiar na sua produção agrícola, pois tudo era muito difícil e todo seu trabalho tinha que ser totalmente por conta própria. Estas especificidades foram vivenciadas pelas autoras Maria de Fátima Fontenele dos Santos e Luzenira Pereira Lima, oriundas de famílias de agricultores e moradoras nas respectivas localidades. A primeira conviveu com as dificuldades da agricultura, em experiências ainda na infância, filha do Senhor Aluizio José dos Santos⁴⁵, que enfrentava limitações na sua lida, em decorrência das fases do ano, com invernos, muitas vezes, chuvosos; outras vezes, enfrentava a seca. O certo é que toda a sua vida foi dedicada a agricultura, no plantio de milho, feijão e mandioca. A segunda é moradora da localidade de Cafundó, que vivencia uma realidade muito semelhante à de Olho d'Água, cujas características serão apresentadas mais adiante. Assim, com esta investigação, verifica-se que o fator humano está ligado diretamente com a força de trabalho empregada no plantio, nos cuidados e nas colheitas oriundas da agricultura.

Figura 01: Localização da cidade de Camocim, no estado do Ceará.



Fonte: <https://www.google.com.br/> Acesso em 11 de jan. de 2020.

⁴⁴ Disponível em: <http://pesquisecamocim.blogspot.com/p/historia-camocimense.html>. Acessado em: 4 de dez.2019.

⁴⁵ Sr. Aluizio José dos Santos, agricultor, morador na localidade de Olho d'Água, criou seus filhos buscando o sustento na agricultura local.

Localidade de Olho d'Água - Atividades Econômicas

Além da agricultura de sobrevivência baseada no plantio de culturas como o milho, feijão e mandioca, outra atividade desenvolvida na comunidade de Olho d'Água é o extrativismo vegetal. Um exemplo dessa atividade é a exploração de carnaubais que contribui para a economia local. “A carnaubeira, (*Copernícia prunífera*), é uma palmeira que habita às margens de rios da região nordeste e produz uma cera de alto valor econômico e social”⁴⁶.

O processo de produção consiste em cortar a palha da carnaubeira, espalhar para secar, juntar e fazer vários montes de palha amarrados pelo meio. Depois, os homens colocam, individualmente, cada feixe de palha numa máquina para cortar, enquanto outros trabalhadores ensacam o pó que se desprende das folhas. O que resta, chama-se de “bagana”, muito utilizada para adubação natural dos terrenos a serem cultivados. A jornada de trabalho começa às cinco da manhã, e, somente, às dezessete horas, o almoço é servido, geralmente, no meio do mato mesmo, composto de feijão com rapadura e água da cabaça.

Em Olho d'Água, alguns donos de terra quando recebiam o dinheiro do arrendamento do carnaubal, chamavam os trabalhadores para comemorarem o fim dos trabalhos. Matavam um boi e distribuíam entre eles para que pudessem comer junto com seus amigos e familiares. Sempre havia aquele momento feliz entre todos que, por algum tempo, tiveram que se dedicar muito para fazer seu trabalho da melhor maneira possível, para que os patrões pudessem ficar contentes.

Outra atividade de trabalho coletivo na comunidade é a farinhada. Na época da colheita da mandioca, os agricultores se organizam para que todos possam fazer sua “farinha d'água”, farinha branca ou extração da goma. “A mandioca pertence à família das euforbiáceas; apesar de ser uma planta perene, sua lavoura é classificada como temporária nos diferentes censos e pesquisas realizados no país por ser replantada anualmente”⁴⁷. A grande dificuldade para realização dessa atividade na comunidade é o pequeno número de casas de farinha, pois somente alguns donos de terra possuem esse equipamento, como, por exemplo, o Sr. José Alberto e o Sr. Xavier Zeca. Isso acarreta um esforço concentrado, na época das farinhadas, para que todos possam fazer sua farinha e, com isso, garantir seu consumo e um pouco para vender, como forma de auxiliar em suas despesas.

É interessante ressaltar que, o processo de beneficiamento da mandioca, desde a sua extração, transporte em lombos de jumentos e burros para a casa de farinha até a chegada final de seu processo, acarretam muitas despesas para o agricultor fazer uma farinhada em tempo hábil, tendo que contratar um número considerável de mulheres para trabalharem na raspagem da mandioca. Às vezes, as farinhadas duram de dois a três

⁴⁶ CEARÁ. Câmara Setorial da Carnaúba. *A carnaúba: preservação e sustentabilidade*/Câmara Setorial da Carnaúba. - Fortaleza: Câmara Setorial da Carnaúba, 2009, p. 03.

⁴⁷ SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Mandioca: Farinha e Fécula*. Série Estudos Mercadológicos, 2012, p. 22. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/5936f2d444ba1079c3aca02800150259/\\$File/4247.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/5936f2d444ba1079c3aca02800150259/$File/4247.pdf)> Acesso em: 29 de mai. 2019.

meses, e, essas mulheres precisam ficar hospedadas na casa do dono da farinha. Este esforço de contratação é feito para que haja tempo de outros trabalhadores fazerem suas farinhadas no tempo certo.

Como mostra a figura abaixo, o processo de raspagem de mandioca dá-se quando “as raspadeiras” com uma faca começam retirar a crosta da mandioca que é denominada de casca. A semelhança no descascar da mandioca consiste na utilização da técnica do capote, que é utilizada nessa região. Assim, ao ser raspada, a raiz é levada ao fogo para secagem ou ralada fresca, em prancha de madeira incrustada por inúmeras pedras pontiagudas, cortantes e macerantes que a reduz a farinha muito branca, úmida, em um recipiente comprido, de palha trançada (tipiti), para escorrer e secar a massa⁴⁸. Diversos fatores vêm contribuindo para o estímulo da produção de mandioca no Ceará. Dentre eles, destaca-se o crescente desenvolvimento de mercado para este produto.

Figura 02. Raspadeiras de Mandioca. Olho d'Água. Camocim-CE.



Fonte: Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camocim-CE. Foto de 2017.

Na mesma perspectiva da falta de terra, mas acrescentando o problema da moradia no campo, o Sr. Aluizio José dos Santos nos diz:

Nessa época, muitas pessoas que não tinham terra para morar, ficavam arranchados em suas terras, muitas vezes pagavam para morar ali com o seu trabalho, ajudavam seu patrão tanto no preparo da terra quanto no plantio das sementes⁴⁹.

A Coordenadora de Base do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camocim reporta-se sobre as dificuldades no exercício da agricultura:

⁴⁸MARQUES, Tereza Maria Pacheco. *A gastronomia do Ceará como atrativo turístico*. Universidade Estadual do Ceará – UECE. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PROPGPQ. Centro de Ciências e Tecnologia – CCT. Fortaleza - CE 2014, p. 23.

⁴⁹ Aluizio José dos Santos, 75 anos, agricultor aposentado. Entrevista realizada em 08/12/2019 por Maria de Fátima Fontenele dos Santos. Olho d'Água. Camocim-CE.

No tempo dos nossos avós, a agricultura era muito mais difícil, principalmente, para se concluir os trabalhos do roçado, pois a roça era longe, não tinha transporte. Hoje, tem a facilidade que tem e você leva uma água gelada e uma merenda. Os nossos avós levavam água numa cabaça e com uma rolha de sabugo de milho e a distância da roça era muito grande e tomava era água quente e as vezes levava só feijão e rapadura. A alimentação era muito difícil, e muita gente ia trabalhar a léguas e léguas de distância e a pé, porque não tinha cavalo, jumento ou burro para poder ir trabalhar. Era muito diferente de hoje em dia, que as pessoas vão trabalhar até de moto ou de carro e a gente acha que o governo deixa a desejar, não é mesmo?⁵⁰.

O que se percebe diante das respostas dos entrevistados é que, no período de 1980 a 2000, a vida dos agricultores tinha muitos fatores que dificultavam a lavoura. Nessas condições, os três entrevistados têm a mesma visão da agricultura no período recortado da pesquisa, quando o assunto é dificuldade. Ainda, no ponto de vista da dificuldade e sua superação, o associativismo surge como uma possibilidade de benefícios para os trabalhadores do campo. Neste sentido, a fala do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camocim-CE, apresenta as condições para que os agricultores se filiem ao referido sindicato:

É necessário comprovar que tenha um vínculo de pelo menos 80% de trabalho da agricultura, ou seja, da agropecuária, mesmo que façam outras atividades como campear, pescar ou outras, sempre terá que trabalhar na agricultura para conseguir tirar a sua subsistência, e o agricultor tem que se afiliar até os 45 anos de idade. O sindicato dos trabalhadores rurais tem alguns programas que beneficiam os trabalhos dos agricultores como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que foi criado nos anos 95 e 96, que tem a finalidade de assegurar aos agricultores familiares, e, o DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) e a comprovação de enquadramento do agricultor como pequeno produtor é indispensável para acesso a políticas públicas, tem o seguro da agricultura familiar que tem o objetivo de cobrir as perdas dos agricultores, seja por falta de chuva ou excesso de chuva⁵¹.

Dessa forma, Novaes coloca que “a organização dos sindicatos representa parte da luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista, que se manifesta no espaço rural com a modernização da agricultura, principalmente, a partir da Revolução Verde” (NOVAES, 1991, p.16). Por outro lado, o sindicalismo dos trabalhadores rurais constitui a maior rede de sindicatos do Brasil e é um dos únicos ramos que tem registrado aumento de filiações. São mais de quatro mil sindicatos, cerca de cinquenta federações estaduais e três confederações nacionais⁵².

Outra questão, além das dificuldades de se produzir no campo é a valorização do trabalho e dos produtos gerados no campo. Quando perguntados acerca destas questões, os depoentes disseram:

⁵⁰ Alzerina Pereira de Oliveira dos Reis, 52 anos, Coordenadora do Sindicato de Base no Interior. Entrevista realizada em 13/12/2019 por Maria de Fátima Fontenele dos Santos. Camocim-CE.

⁵¹ Ronaldo Lira de Oliveira, 43 anos. Presidente dos Trabalhadores Rurais de Camocim-CE. Entrevista realizada em 05/12/2019 por Maria de Fátima Fontenele dos Santos. Camocim-CE.

⁵² PICOLOTTO, Everton Lazzaletti. Pluralidade sindical no campo? Agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas. Lua Nova, São Paulo, 2018, p.2. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0102-201238/104>> Acesso em: 11 de jan. 2020.

Hoje, um agricultor que quer trabalhar tem um pedaço de terra e quer fazer alguma coisa, tem condição de ter um carro novo igual ao que o pessoal da cidade tem. No meu tempo isso era apenas um sonho. Hoje, um agricultor tem condição de se vestir igual a uma pessoa da cidade. Mas, quando se trata de vender o produto que colheu na roça, o povo quer comprar muito barato⁵³.

O que nos deixa mais triste é a desvalorização dos nossos produtos, que são produzidos com muito sacrifício e quando chega no mercado é vendido a preço de casca de alho, tudo que é produzido no campo é desvalorizado, todo o sofrimento que o agricultor passa para produzir é desvalorizado pelo homem da cidade⁵⁴.

Assim, percebe-se nas falas dos entrevistados que ainda há desvalorização de mercado, quando se trata de produto agropecuário. Uma prova disso é que a Federação da Agricultura e Pecuária com seus Sindicatos Rurais e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil-CNA, tiveram que enfrentar a desregulamentação do pagamento da contribuição sindical (União Rural - Informativo FAEC/SENAR, 2018). Entretanto, sabe-se que só a terra nas mãos dos trabalhadores, sem condições de investimento financeiro e técnico não se torna produtiva, principalmente, quando se têm governantes que não dão atenção necessária aos trabalhadores rurais.

Cafundó: primeiras impressões.

A localidade de Cafundó, situada no interior do município de Camocim, tem uma população composta por pessoas humildes, modestas e acolhedoras. A renda familiar na comunidade é baixa, utilizando-se da agricultura, pecuária e uma minoria, da caça para sua subsistência. A população em si é pequena, existem poucos comércios, poucas escolas que acolhem as necessidades educativas da comunidade e de outras com a qual faz fronteira, como as comunidades de Jacarandá, Pereiros e Mororó, com a mesma taxa de crescimento econômico, social e educacional. Estes dados geográficos e históricos remontam ao ano de 2000, instante em que o Cafundó começou a se destacar mais um pouco chegando à recente conjuntura de 2019.

Figura 3. Localização da comunidade de Cafundó. Camocim-CE.



Fonte: Google Maps.

⁵³ Aluizio José dos Santos. Entrevista já citada.

⁵⁴ Alzerina Pereira Oliveira. Entrevista já citada.

Contudo, algumas melhorias se verificaram neste intervalo de tempo. A energia elétrica surgiu através de projetos governamentais, dando início a mais um passo para o progresso da comunidade criando um *mix* de novas oportunidades para a vida de toda a população. Outro benefício na comunidade foram os meios de transportes; antes as pessoas tinham grandes dificuldades de locomoção para a cidade, à escola e até mesmo para as comunidades vizinhas, tendo que fazer esses trajetos a pé e de bicicleta para resolverem negócios, ou fretar carros, para aqueles que tinham maiores condições financeiras. No entanto, hoje, essas condições mudaram, pois, quase todos os moradores possuem transportes próprios que facilitam suas vidas.

Atualmente, tornou-se muito fácil para qualquer pessoa encontrar novidades na comunidade, pois houve uma evolução, de tal forma, que se pode encontrar nela àquilo que antes só se encontrava na cidade. Sendo assim, a população agora não precisa se deslocar para encontrar serviços como internet, instalada em várias casas e pequenos comércios. Estabelecimentos comerciais maiores vendem desde produtos alimentícios, móveis e eletroeletrônicos. Tem-se sorveteria e, nas comunidades vizinhas existem restaurantes, lanchonetes, até mesmo uma padaria, tornando assim a vida de todos mais fácil. Não podemos esquecer também da evolução das moradias da população, que hoje, raramente, encontra-se uma casa de taipa (argila, barro), sendo em sua maioria de alvenaria (tijolos).

Sobre o aspecto social e educacional, podemos observar alguns benefícios. Na educação, passou-se de uma situação de semianalfabetismo para uma comunidade que tem várias pessoas formadas em nível superior, em áreas diversas, como: Pedagogia, História, Educação Física, Letras, Técnico em Enfermagem, dentre outras, que estão morando em outros locais para estudar, inclusive, há pessoas pós-graduadas, servindo de incentivo às próximas gerações.

Deste modo, os primeiros moradores deram início ao processo de povoamento e início da agricultura familiar, fazendo com que a comunidade crescesse tanto em população, que era atraída pelas terras e serviços oferecidos, quanto em economia, com a movimentação de mais dinheiro na região, gerando pequena renda para os agricultores.

A história da localidade do Cafundó na visão dos moradores

Documentalmente, pouco se sabe sobre a história da localidade do Cafundó. Mesmo assim, com muito esforço, foi possível unir pequenos fragmentos, pedaços perdidos nas memórias dos moradores, para contar essa pequena história.

O Sr. José Rosa e Dona Maroca são considerados os primeiros moradores da localidade. Proprietários de muitas terras, trabalhavam como agricultores e plantavam muito, pagando outros moradores para trabalharem em suas plantações. Eram considerados ricos na comunidade. O casal não tinha filhos biológicos, então educaram três crianças, duas meninas e um menino, que foram criados para ajudarem no trabalho. Não foi possível identificar de onde vieram essas crianças.

Por ter uma grande influência no local, o Sr. José Rosa detinha a chave do cemitério da localidade, ficando conhecido como o “delegado do cemitério”. No entanto, para que ele o abrisse para enterrar os mortos, era preciso ir até Camocim pedir uma autorização. Devido a este detalhe, muitas famílias que não conseguiam ir até à cidade pegar esta autorização, acabavam por enterrar seus entes em covas fora do cemitério. Considerado rico, uma pessoa muito rígida e avarenta por quem ainda lembra dele, conta-se que deixou muito dinheiro enterrado por perto de onde ficava sua casa. O filho que ele criou casou-se, mas não teve filhos, pois morreu de acidente de carro quando voltava da cidade de Camocim. Conta-se que o mesmo trafegava bêbado quando foi colhido. Posteriormente, sua esposa morreu. Uma das filhas foi embora para a cidade e a outra foi para a localidade de Boqueirão, de onde originava a Família Rosa. O próprio Sr. Rosa, já bem idoso, voltou também para o Boqueirão, onde morreu queimado após uma lamparina cair em sua rede e, já prostrado, não pôde se defender. Permanece viva apenas sua nora, viúva e sem filhos que herdou a parte das terras de seu marido.

Outra família que ajudou a fundar a localidade foi a Família do Sr. José Vieira e sua esposa Maria Vieira, que, juntos, tiveram 10 filhos. Tinham grandes extensões de terras e por terem muitos filhos nunca precisaram de trabalhadores, desenvolvendo um cultivo totalmente de agricultura familiar. Com o passar dos anos, a família acabou por dividir as terras por herança dos filhos, que foram vendendo e indo embora para outros locais; poucos ainda permanecem na região, quase nenhum trabalha na terra como agricultor. Os que ainda ficaram, na sua maioria netos, já não lembram e nem sabem contar mais sobre a vida de seus antecessores.

Os Possidônios também são lembrados, na região, por terem construído o primeiro campo de futebol da localidade. Uma família muito grande, gerada pela Sra. Isabel, mais conhecida por Dona Bela, muito famosa no Cafundó, como nas localidades vizinhas e até às mais distantes, por sua atividade de mãe de santo, popularmente, chamada de “macumbeira”, da região de Camocim. Nos dias em que tinha “trabalho” no seu terreiro, sua casa era cercada de carros por pessoas das mais diversas localidades, que a procuravam para resolver de tudo em suas vidas. Além do mais, Dona Bela era a única parteira da região, trouxe tantas crianças ao mundo que, talvez, nunca tenha nem contabilizado.

Dona Bela teve em torno de dezessete filhos, alguns morreram ainda pequenos devido às condições da época. Seu marido, Raimundo Possidônio, era trabalhador de navios, no Porto de Camocim. Ela e os filhos ficavam em casa e cuidavam de plantar e criar, sendo assim uma agricultora. Após tantos anos, o campo de futebol, atualmente, está totalmente desativado e abandonado, apenas um de seus filhos mora na região. A maioria deles mora na cidade de Sobral. Dona Bela ficou viúva e, mesmo assim, permaneceu por muitos anos no Cafundó sob o cuidado de um dos filhos, mas devido a problemas de saúde, foi levada para morar em Sobral, permanece viva até os dias atuais, com idade em torno de seus 98 anos.

A Família Pimenta, vinda da cidade de Granja, faz parte de uma história mais recente da localidade do Cafundó, embora não menos importante. Chegou e impulsionou a economia local por volta do ano de 1980. Eles compraram uma grande extensão de terra da Família Pedro, que era de outra localidade, mas que mantinha terras no Cafundó.

Destas terras, fizeram um grande sítio e trouxeram apenas alguns de seus filhos, que também ajudavam no trabalho agrícola. Com o aumento da demanda, foi preciso começar a oferecer trabalho para homens e mulheres disponíveis na região, assim novas famílias de Granja migraram para o Cafundó para trabalharem com eles. O Sr. Zeca Pimenta aproveitou a oportunidade e implantou a primeira bodega (pequeno comércio de venda de produtos alimentícios) na localidade, para fornecer mantimentos aos seus próprios empregados e outras famílias da região. Eles tinham grandes plantações de milho, feijão, arroz, mandioca, mas o diferencial deles é que não trabalhavam apenas com isso, tinham também plantações de bananeira, melancia, mangueira, cajueiro e pimenta-do-reino. Daí, chamarem-se de “Pimentas” e o sítio era conhecido como o “terreno das pimentas”, na verdade, nem se sabe seus verdadeiros sobrenomes.

Quando esta família chegou no Cafundó, o Seu Zeca Pimenta já não era tão novo e com o ritmo de trabalho, acabou falecendo alguns anos depois, de causa desconhecida. Sua esposa e dois filhos ainda deram continuidade ao trabalho por algum tempo, mas aos poucos foram diminuindo todas as plantações. Algum tempo depois, um dos seus filhos faleceu, conta-se que foi de um “bicho de pé” (quando uma pulga entra no pé de um ser vivo para se reproduzir). Com a morte do filho, a Sra. Pimenta voltou para Granja, para junto dos seus outros filhos, onde passou seus últimos anos de vida. O terreno, que um dia foi tão fértil, hoje já não produz quase nada, seus famosos pés de manga morreram quase todos, já os cajueiros e os seus famosos pés de pimenta ainda sobrevivem. O terreno vive abandonado, apesar de várias pessoas terem tentado comprar, os herdeiros nunca conseguiram chegar a um acordo.

A partir de então, com outras pequenas famílias que vieram em busca de trabalho e com as demais que residiam, com pouca ou quase nenhuma terra, a localidade continuou a se desenvolver e a escrever o seu futuro aos poucos, conquistando mais pessoas, alguns indo embora e, outros, chegando. Muitas são as histórias de seus moradores, mas tantas outras foram perdidas, levadas por aqueles que viveram por esta região. Este relato nos mostra o quanto esta terra, um dia, já foi farta na sua produção agrícola.

Os agricultores e o trabalho no campo, em Cafundó.

No passado, a produção agrícola da localidade era muito mais diversificada, até porque havia muito mais pessoas que sobreviviam apenas da agricultura. A criação de animais, também, já foi maior e mais variada. Antes, na região, havia grandes proprietários que plantavam grandes áreas, às vezes, colocando famílias inteiras para realizarem o trabalho, tendo uma carga horária de serviço elevada, que começava antes de o sol raiar e terminava apenas ao pôr do sol.

Como se mostra na própria bandeira de Camocim, o município já foi um grande produtor de algodão (*Gossypium hirsutum*), e, na localidade do Cafundó, não era diferente. De acordo com alguns relatos vagos, na região, plantava-se algodão, mas infelizmente, esta parte ficou perdida, pois as pessoas desta época já morreram e seus familiares contam apenas lapsos do que ainda lembram.

O arroz “da terra” era outra produção que se extinguiu. Com o advento do arroz, já vendido em pacotes, as pessoas foram perdendo o costume do plantio, pois dava muito trabalho e não podia se plantar em qualquer lugar. Outra semente que era muito plantada nos roçados era o gergelim (*Sesamum indicum*), utilizado como remédio para várias doenças, mas dentro de um roçado, a sua função era separar diferentes lotes da plantação e, até mesmo, servir de cerca para o espaço que seria plantado.

Portanto, além destas culturas citadas acima, a produção agrícola de Cafundó sempre girou em torno da plantação de milho, feijão e mandioca, para o consumo e venda dos excedentes, produzidos nos métodos tradicionais passados de geração em geração, incorporando-se algumas técnicas mais modernas, como o plantio sem queimadas.

Por outro lado, a falta de valorização da profissão de agricultor tem feito com que os mais jovens se desestimulem a seguir os passos dos mais velhos, levando-os a procurar outra alternativa de vida. Apesar dos empecilhos, como os problemas naturais de clima e pragas, o baixo preço dos produtos agrícolas e os custos para produzi-los, em algumas famílias têm-se mantida a profissão de agricultor. Esses jovens, no entanto, acabam por ir aprendendo e aprimorando cada processo, tornando-o mais simples e até mais sustentável, como a preparação da terra sem queimadas, enxertia de cajueiros, dentre outros.

No enfrentamento destes problemas na zona rural, vale destacar a ajuda dos projetos governamentais que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais direcionou para as comunidades, possibilitando a solução de algumas dessas dificuldades, como por exemplo, o abastecimento e armazenamento de água, com a construção de cisternas, além de cursos de direção de tratores, manutenção de motosserras e enxertia. Outro programa muito importante nas comunidades rurais, assim como no Cafundó, é o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), surgido como resultado das “reivindicações dos trabalhadores rurais organizados e de outros grupos sociais que ressaltavam a importância de se estabelecer políticas que oportunizassem os meios necessários ao fortalecimento da produção agrícola familiar no país”⁵⁵.

Outra política que beneficia os agricultores do Cafundó é o Projeto *Hora de Plantar*, que atua no atendimento de distribuição de sementes e mudas de excelente potencialidade genética, estruturado desde 1987, pelo Programa conhecido como *Arrancada da Produção*. O Projeto *Hora de Plantar* é coordenado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) e tem vários parceiros envolvidos no processo, destacando-se a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE, a Associação de Produtores de Sementes e Mudas do Ceará – APROSEMCE, onde são adquiridas mais de 90% das sementes, Secretarias de Agriculturas Municipais, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Ceará – FETRAECE, Sindicatos e Cooperativas de Trabalhadores Rurais.

Resumidamente, estas são nossas principais percepções sobre a comunidade de Cafundó, não muito distante da realidade da localidade de Olho d’Água, posto que o

⁵⁵ IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Competitividade do Agrobusiness Brasileiro. Relatório final. Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (Pensa), publicado em CD-ROM, 4º. Vol., julho de 2008, p. 116. Disponível em: Rev. Saberes UNIJIPA, Ji-Paraná, Vol. 13 nº 2 Fev./Jul. 2019 ISSN 2359-3938. Acessado em: 03/12/2019.

enfoque neste trabalho foi a vida dos agricultores que nelas moram. De modo geral, as dificuldades e alcance das políticas públicas destinadas ao homem do campo são as mesmas.

Considerações Finais

A bibliografia consultada permitiu perceber que não faltam trabalhos que tratam de agricultura entre historiadores, geógrafos, antropólogos, agrônomos, economistas e sociólogos. Mas, apesar da riqueza e do valor desses trabalhos, falta nesse terreno, ao que parece, um corpo de conhecimentos sintéticos que explique as origens, as transformações e o papel da agricultura no futuro do homem e da vida, em diferentes épocas e nas distintas partes do mundo; um corpo de conhecimentos que possa, ao mesmo tempo, integrar-se à cultura geral e constituir uma base conceitual, teórica e metodológica para todos àqueles que têm a ambição de intervir no desenvolvimento agrícola, econômico e social.

Buscando responder a pergunta-problema desta investigação, que trata dos incentivos fiscais que os agricultores das localidades do Olho D'Água e Cafundó recebem para desenvolver suas atividades na lavoura, percebeu-se, ainda, que os agricultores não os recebem de forma satisfatória dos governantes para o desenvolvimento em grande escala da agricultura local. Portanto, concluiu-se que falta uma política que permita conter o êxodo, o aumento do desemprego e da pobreza, e que possibilite restituir aos países pobres um poder aquisitivo abrangente único, capaz de impulsionar, de modo amplo, os investimentos produtivos e a economia local voltada à agricultura, que deve ser pensada de forma planejada e consciente.

Do ponto de vista da história destas localidades, concluímos que grande parte foi perdida com o passar dos anos, sendo necessário um grande esforço para conseguirmos unir pequenos relatos, depoimentos de pessoas que vivem há tanto tempo nestas localidades que apresentam dificuldades, devido a idade avançada, de lembrar de suas vidas, de suas memórias individuais e coletivas. Contudo, foram estes fragmentos que nos permitiram construir algo dessa história cheia de dificuldades, mas também, de ricas experiências de vida no campo. As entrevistas com moradores mais antigos fez-nos entender que por menor que seja o lugar, tudo tem sua história, pode não ser uma das mais gloriosas, mas que orgulham seus moradores e descendentes dos fundadores destas localidades, como pessoas corajosas que construíram estes pequenos lugares com o suor de seu trabalho.

REFERÊNCIAS

BENI, Tiago José. **A ação das organizações de agricultores familiares agroecológicos no desenvolvimento da agroecologia no território do Alto Vale do Itajaí SC.** (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico. (Programa de Pós-Graduação em Administração). - Florianópolis, SC, 2015. 233 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/158815/337272.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 22 de mai.2019.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Competitividade do Agrobusiness Brasileiro. Relatório final**. Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (Pensa), publicado em CD-ROM, 4º. Vol., julho de 2008, p. 116. Disponível em: Rev. Saberes UNIJIPA, Ji-Paraná, Vol 13 n° 2 Fev/Jul. 2019 ISSN 2359-3938. Acessado em: 03/12/2019.

NOVAES, R. R. “Contag e CUT: Continuidades e rupturas da organização sindical do campo”. In: BOITO, Armando et al (Orgs.). **O sindicalismo brasileiro nos anos oitenta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 16.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **Pluralidade sindical no campo?** Agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas. Lua Nova, São Paulo, 2018, p.2. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0102-201238/104>> Acesso em: 11 de jan. 2020.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Mandioca: Farinha e Fécula**. Série Estudos Mercadológicos, 2012, p. 22. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/5936f2d444ba1079c3aca02800150259/\\$File/4247.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/5936f2d444ba1079c3aca02800150259/$File/4247.pdf)> Acesso em: 29 de mai. 2019.

Sites:

<https://camocim.ce.gov.br/conheca-camocim>. Acessado em 03 de dez. 2019.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/camocim/panorama> Acessado em: 3 de dez. 2019.

<http://pesquisecamocim.blogspot.com/p/historia-camocimense.html>. Acessado em: 4 de dez.2019.

SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR, CASAS DE FARINHA E ASSOCIAÇÃO EM COMUNIDADES RURAIS EM CAMOCIM, CEARÁ.

BRITO, Antonia Irla Mendes de.⁵⁶

BARBOSA, Antonieta Ferreira.⁵⁷

BARBOSA, Francisca Germanda Ferreira.⁵⁸

SALES, Telma Bessa.⁵⁹

RESUMO: O artigo destaca reflexões a partir de pesquisas sobre experiências de agricultura familiar em Jacarandá, no município de Camocim, a organização em comunidades e a prática cultural coletiva da casa de farinha na comunidade de Pereiros, também em Camocim. Com o objetivo de conhecer e divulgar aspectos do modo de vida de agricultores camocinenses, apresenta relatos fruto de entrevistas com trabalhadores do campo que compõem o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Camocim. A metodologia utiliza narrativas orais, documentos dos sindicatos, leis, estatutos, fotografias. A partir dos relatos é possível constatar uma redução das práticas culturais da farinha e agricultura familiar na atualidade, e, que estas formas de trabalho se mantêm vivas nas memórias dos narradores como forma de sobrevivência e espaços de sociabilidade. Os trabalhadores se ajudavam entre si, sentiam-se muito felizes, agrupavam-se para vivenciar a produção da farinha, e, juntos, buscavam estratégias cotidianas para a sua manutenção alimentícia.

Palavras-chave: Farinhada. Agricultura familiar. História oral.

⁵⁶ Licenciada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR. Turma de Camocim-CE.

⁵⁷ Licenciada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR. Turma de Camocim-CE.

⁵⁸ Licenciada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR. Turma de Camocim-CE.

⁵⁹ Professora Doutora do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: telmabessa@hotmail.com.

Gostaria de iniciar uma reflexão a partir das aulas sobre Método e Pesquisa Histórica e alguns debates realizados em sala de aula, no Curso de História PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, em Camocim – Ce., sobre a escolha de um tema ou objeto de pesquisa para se realizar uma monografia ou um artigo, ou ainda, um trabalho de término de curso.

Sabemos que os professores não são enciclopédias nem tampouco transmissores ou reprodutores de conteúdo, mas mediadores, facilitadores de discussões, incentivadores de questões. O professor, no cotidiano, em sala de aula, busca desenvolver o senso crítico, o pensar, analisar, formular, duvidar e questionar. Estes são alguns dos posicionamentos do professor em sua atividade laboral que fortalece a prática do diálogo e incentiva para o aprofundamento de um estudo.

No diálogo específico durante o estudo de método da pesquisa histórica, refletimos sobre como escolher o assunto, de que forma analisar a viabilidade do processo de estudo, conhecer o debate teórico, compreender as fontes a serem trabalhadas para construir uma pesquisa, que a longo prazo constituir-se-á em um trabalho de final de curso. Vários elementos são considerados, quando se começa a empreitada de uma pesquisa, dentre os quais podemos destacar os aspectos subjetivos, a viabilidade da pesquisa, o objetivo da pesquisa, se há financiamentos e quais implicações são decorrentes disso.

Uma das questões é como pesquisar e utilizar as fontes históricas. Sabemos que elas (sejam orais, impressas, iconográficas, biográficas, audiovisuais, arqueológicas ou outras) “são os materiais em que os historiadores se apropriam por meio de abordagens específicas, métodos diferentes, técnicas variadas para tecerem seus discursos históricos” (PINSKY, 2005, p.7).

Atualmente, o conceito de fonte histórica ampliou-se e são como vestígios de diversas naturezas deixados por sociedades do passado. São marcas deixadas pelo homem ao longo de sua história. Por meio desses rastros e restos é que seria possível compreender a ação do homem em determinado tempo e espaço, e, as fontes a serem trabalhadas respondem a questionamentos colocados pelo projeto específico de pesquisa, cabendo ao historiador a partir de suas interpretações, dialogar, analisar, criticar e historicizar (PINSKY, 2005 p. 7).

Com o tempo, o conceito de fonte passou a ter novos significados. A partir de uma compreensão dos novos significados de uma fonte utilizada, passa-se à utilização de várias fontes numa mesma pesquisa, passa-se a aceitar novos personagens para a construção de um discurso interpretativo de um determinado fato do passado.

A consideração única e exclusiva de uma informação oficial não é mais viável nas elaborações de novas formas de pesquisas que emergem e demandam novas interpretações. Além da pluralidade de fontes, há que considerar os significados destas para o desenrolar do estudo. O historiador, como sujeito que entende a impossibilidade de saber toda verdade sobre o passado, passou a ter um papel ainda mais importante na compreensão e análise de um enredo para as histórias, por meio da utilização das fontes e os significados que elas apontam. O pesquisador, então, indaga, dialoga com os documentos, e vai, à medida que desenvolve seus estudos e argumentos com as fontes e

autores, constituindo sua interpretação daquele assunto estudado. Como assinala Tânia de Luca:

Quando o historiador trabalha com as fontes históricas, este, como se pode observar, tece determinadas interpretações, influenciado pelo seu presente. No entanto, o historiador, a partir de outros textos, de elementos diversos inscritos em uma historicidade específica, contextualizada, busca a compreensão do significado de tal fonte, busca qual representação de mundo está inserida o grupo que a forjou. As fontes são nesse sentido, artefatos culturalmente construídos e repletos de intencionalidade pelos grupos que a originaram (DE LUCA, 2005, p. 111).

Sabemos que no caminho da pesquisa, a amplitude das reflexões, a análise de estudos afins, o conhecimento dos argumentos já consagrados pela ciência e a utilização de fontes é que fazem a diferença da riqueza na elaboração dos estudos respectivos. Em outras palavras: a pesquisa pode incorporar várias fontes de estudos, havendo a necessidade dos cruzamentos de informações, de análises, imagens, narrativas para demonstrar um estudo com perspectiva plural. Sobre esse aspecto assinala Jackes Le Goff:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida, quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem [...] seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, especializado para esse uso... Que historiador das religiões se contentaria em consultar os tratados de teologia ou as recolhas de hinos? Ele sabe bem que sobre as crenças e as sensibilidades mortas, as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, a disposição e o mobiliário das tumbas, têm pelo menos tanto para lhe dizer quanto muitos escritos (LE GOFF, 1994, p. 540).

Vale considerar que devemos pensar sobre esses estudos, além dos documentos escritos, pois somos cientes que a comunicação entre os seres humanos extrapola o universo da linguagem escrita, sendo também realizada com gestos, danças, canções, imagens, filmes etc. Dentro desta perspectiva é que pensamentos e investigações dizem respeito ao próprio pesquisador, na medida que “Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar sobre ele” (BLOCH, 2001 p. 79).

Levando em consideração esta dimensão da pesquisa com fontes plurais, convidamos você a conhecer um fragmento de relatos de pesquisas sobre os agricultores que praticam a agricultura familiar e a prática cultural da farinha (casas de farinha), em Jacarandá, Camocim - Ceará, bem como as práticas associativas na comunidade rural de Pereiros, também em Camocim. Por meio dos trabalhos de Germana Ferreira, Antônia Irla e Antonieta Ferreira que fizeram pesquisa *in loco*, com visitas nas casas dos entrevistados e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Camocim, conheceremos a vida e trabalho destes protagonistas.

Inicialmente, vale pensar o que seria a agricultura familiar. Ela é entendida como aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm, entre si, laços de sangue ou de casamento e vivem na mesma terra, conforme aponta Ricardo ABRAMOVAY (1998, p. 73). Sim, é um tema instigante. Pensar nas experiências de agricultura familiar em Camocim, é lembrar que a década de 1970, foi uma época em que o aumento de cultivo da agricultura familiar tornou-se mais frequente entre os moradores da localidade de Jacarandá, pois neste período aconteciam intensas

chuvas(aqui chamadas de bom inverno), favorecendo uma boa colheita, ressaltando que estas famílias tinham condições econômicas precárias e muitos filhos para criar, então a demanda por cuidar e cultivar a terra era cada vez mais solicitada.

Na década de 1990, com o surgimento do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), a realidade desta comunidade teve significativas mudanças, quando os agricultores seriam beneficiados com créditos, caso a jornada chuvosa não fosse favorável. Neste mesmo período, a agricultura familiar foi ganhando maior importância. Essa década é considerada o marco das reivindicações para definir a Agricultura Familiar, fruto das lutas do movimento sindical dos trabalhadores rurais pelos direitos dos produtores agrícolas. O PRONAF financia créditos para os agricultores investirem no cultivo de vários produtos, principalmente, a farinha, nas suas propriedades agrícolas⁶⁰.

O surgimento deste Programa do governo federal representa o reconhecimento e a legitimação do Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que, até então, era designada por termos, como: pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência⁶¹.

Por que esse assunto nos chama atenção? Porque pudemos constatar que essa cultura tão praticada antigamente, entrou em declínio tanto na memória como na prática dos moradores de Jacarandá, pois estes não cultivam mais em áreas que se possa ter uma grande colheita, para que vendam e utilizem o arrecadado para renda e sobrevivência. O que ocorre, atualmente, é que alguns moradores realizam o plantio em quintais, isso uma minoria, enquanto outros nem o fazem, pois já são aposentados e optam por comprar feito, optam por que os filhos já estão casados e há ausência de mão de obra para fazerem o processo do plantio, ou mesmo por não terem mais interesse nesse tipo de trabalho.

Os moradores da localidade de Jacarandá estão deixando de lado essa tradição do manuseio da agricultura familiar, pois as oportunidades para fonte de renda, - como a construção de casas e trabalho no carnaubal -, estão se diversificando cada vez mais. Nos tempos pretéritos, o costume de cultivar e colher produtos eram mais comuns devido à falta de emprego existente naquela época, com isso a miséria ficava próxima, então o meio mais viável de sobrevivência e adquirir uma fonte de renda para a família era a agricultura familiar com o cultivo da mandioca, feijão, milho, arroz.

O manuseio desses produtos era passado de geração em geração, como é o caso do Sr. Manoel Barbosa e Raimundo Barbosa, pai e filho, respectivamente, em que ambos, até hoje, aderem à prática da agricultura familiar. O Sr. Manoel teve oito filhos, destes, sete participaram deste costume, juntamente com o patriarca. Segundo a Sra. Antonieta Ferreira:

⁶⁰ Tudo que você precisa saber sobre o Pronaf. Blog Cresol. Disponível em: <http://www.cresol.com.br/blog/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-pronaf/>. Acessado em 22/10/2018.

⁶¹ Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/060365.pdf>. . Acessado em 09/12/2019.

Nossos pais só pagavam gente para brocar e cercar, o restante éramos nós, a gente ciscava o asseiro, botava fogo, cavava os buracos, daí esperávamos chover pra poder plantar. Nós íamos pra roça juntos, mesmo não tendo o mesmo tamanho e a mesma idade, não ficava nenhum em casa, os maiores capinavam e os menores tiravam as moitas com um cavador. Eu fazia a letra inicial do nome no chão e plantava caroços de feijão pra quando nascesse ter o formato do meu nome. No momento de colher o feijão tirávamos todas as bajas (vagens), até aquelas que estavam muitos verdosas pra poder encher o uru mais rápido, só que quando nós chegávamos em casa a nossa mãe faltava bater na gente, depois foi que ela ensinou como apanhar o feijão, que era pra apanhar as bajas maduras e aquelas que estivessem meio verdes era só apertar perto do cambão, e se tivesse fofo prestava pra colher, e que era pra termos cuidado para não derrubar as flores do feijão, e quando chegávamos em casa separávamos as bajas secas das maduras e colocava pra secar no sol alguns dias as secas e as maduras a gente cozinhava e por último debulhava, catava e guardava para serem consumidos posteriormente⁶².

A partir daí, pode-se observar a labuta dessa família, tanto dos pais como dos filhos, todos juntos para proporcionar o sustento de cada dia. Essa jornada de trabalho mútuo era, na maioria das vezes, muito cansativa e também um momento de brincadeira, de cantarolar canções populares ou aquelas aprendidas dentro de casa, repassadas pela mãe, que havia aprendido com a avó.

De forma diferenciada da prática narrada acima, o que vem acontecendo, ultimamente, é que muitos desses trabalhadores mais jovens deslocam-se para outros estados, em busca de melhorias de vida, deixando de lado a riqueza que eles aprenderam com seus pais, quebrando uma descendência trazida de muitos e muitos anos, que pode ser considerado uma prática cultural proveitosa e, acima de tudo, característica de uma região abrangente, cercada de caminhos e desafios a serem decifrados e conhecidos.

Torna-se necessário que a expressão dessa cultura regional não seja esquecida, muito menos ignorada e que seja viável preservar essa riqueza, conservando as ferramentas e artefatos materiais e, também, por meio de narrativas orais. A agricultura familiar é vasta de conhecimento mútuo e cheia de prazeres que só quem vive ou já viveu, será capaz de sentir essa extraordinária experiência de saberes que podem existir entre gerações.

Outra prática cultural que também está em declínio é a atividade coletiva da farinha, das casas de farinha. Estas casas eram organizadas em um espaço onde cada família realizava seu trabalho com mais facilidade e conforto. O cultivo da mandioca e a produção da farinha, em boa medida, era motivo de sustento às pessoas que ali trabalhavam e moravam. Tudo isso porque a mandioca é uma planta que se desenvolve bem nas regiões férteis, principalmente, em terras adaptadas, e, o aumento das temperaturas faz com que o cultivo seja ainda mais produtivo para os agricultores. As características deste alimento ajudam a compreender sua permanência como fonte de renda no dia a dia das famílias, em Jacarandá.

Embora seja evidente a diminuição de trabalhadores nas casas de farinha, já que muitos filhos não querem seguir a profissão dos seus pais, atualmente, ainda há em

⁶² Antonieta Ferreira Barbosa. Entrevista cedida a Francisca Germanda. 45 anos, moradora da localidade de Jacarandá, Camocim-CE, dia 22/02/2019.

Jacarandá seis casas de farinha em funcionamento, preservando minimamente essa tradição.

Essa experiência é ainda viva na memória da Senhora Maria do Livramento. Eis o relato de tarefas desenvolvidas na roça e na casa de farinha, segundo ela:

A vida na roça, é muito pesada e difícil de lidar, minha filha... arrendava o pedaço de terra brocava, plantava, capinava, colhia, fazia a farinha, mexia, vendia, fazia beiju e tapioca. Você, na casa de farinha, na hora que a pessoa está mexendo fica espiando. E a gente com o rodo: vai pra lá, vai pra lá, vem pra cá, vem pra cá. E a gente levava tudo que precisava pra casa de farinha, tudo era muito pesado, mas era o que tinha para os pobres dos agricultores fazerem, não tinha outro trabalho⁶³.

Assim como a Senhora Maria do Livramento, os modos de tratar a mandioca para fazer a farinha também é relatado pela Sra. Ivoneide Neta da Silva, residente em Cafundó, Zona Rural que fica a 15 quilômetros do município de Camocim. Ela diz que trabalha desde os 12 anos, junto aos pais, e com o passar dos anos começou a trabalhar para fora. Ainda lembra na época das farinhadas, principalmente, da farinha branca, que era mais trabalhosa porque tinha que tirar a goma. A tarefa do trato com a mandioca é narrada por elas, assim como, por Antônia de Maria.

Eis as narrativas de Ivoneide Neta e Antônia de Maria, respectivamente:

Ivoneide Neta: Olha, depois das mandiocas raspadas colocam elas no banco feito de madeira, com uma bola rodeada de tralisco e puxado pelo motor a diesel, e esse banco é montado em cima de um tanque feito de tijolos, daí uma pessoa senta e com o motor funcionando vai empurrando as mandiocas, várias ao mesmo tempo. Depois de todas as mandiocas serradas, em outro tanque feito do mesmo jeito é colocada a massa e junto coloca muito água até virá cambica nem grossa de mais nem fina, depende da grossura que o dono ou dona da farinhada quiser. Em outro tanque feito também da mesma forma bem grande, e com dois panos de voltumundo, um metro e vinte centímetros de largura e meio metro de comprimento, coloca uma vara de pau de um metro e meio, um de cada lado e começa a espremer tirando toda a manipueira de massa, e essa massa espremida é colocada em outro tanque, esse é o trabalho das mandiocas raspadas. Também hoje tem o motor à energia que faz o mesmo trabalho, os a diesel já tão ficando para trás e é até difícil à gente ver.

Antônia de Maria: Depois de as mandiocas raspadas, são levadas e colocadas em um tanque bem grande de três metros de comprimentos e uns dois de largura, joga todas as mandiocas dentro e coloca muita água até cobrir todas as mandiocas lá, depois de dois a três dias é tirada e serrada, essa é para fazer a farinha d'água ou "puba" é menos trabalho para quem vai lutar com ela⁶⁴.

Há ainda mulheres como a Sra. Aldenir Viana, que construiu sua própria casa de farinha, pois analisou que seria melhor que trabalhar em outras casas de farinha. A casa de farinha da Sra. Aldenir Viana Viera é feita de alvenaria; as colunas, os tanques, o forno e, a prensa, é de madeira. É possível notar que a sua casa de farinha facilitou muito a sua

⁶³ Maria do Livramento Ferreira dos Santos, 79 anos. Profissão, Aposentada.

⁶⁴ Antônia Maria Ferreira dos Santos, 38 anos. Profissão, Dona de Casa. Ivoneide Neta da Silva, 39 anos. Profissão, Dona de Casa.

vida, pois não é necessário se deslocar para outro lugar mais distante, para poder fazer sua farinhada, tornando a vida da agricultora menos difícil.

Eis sua narrativa:

Olha, trabalhei muito de farinhada para outras pessoas e vi muitas dificuldades que enfrentava, principalmente aquelas pessoas que não tinha casa de farinha e que tinha de ir fazer suas farinhadas em outras casas de farinha e no decorrer do trabalho muitas vezes como era muito distante de sua casa, precisava dormir na casa de farinha, comigo mesma aconteceu muitas vezes eu ia era de muda, porque quando comecei a trabalhar em farinhada eu era nova e as farinhadas passavam semanas e semanas, cheguei a trabalhar meses e durante esse tempo eu passava era quase o tempo todo, às vezes eu ia só pra casa nos domingos, por que a farinhada era mais branca e tinha que cuidar da goma. Vendo tudo isso, resolvi há dois anos ter a minha própria casa de farinha, por que é muito bom, primeiro deixa muita fartura, tem as cabeças que são tiradas da mandioca, que serve para os porcos, a casca para o gado e animais, também a maniva serve somente para o gado, daí vêm outras coisas mais, a croeira que é retirada da mandioca é serrada e prensada, aí é peneirado e fica a crueira, que serve para dar aos porcos, e a casa de farinha também fica ao lado de minha casa, ou seja, tornado tudo ainda mais fácil, por isso que mandei fazer a minha casa de farinha.⁶⁵

Ao longo de várias gerações, o trabalho com a produção de farinha de mandioca e a agropecuária vêm sendo uma forma de sobrevivência para uma boa parte das famílias da região. Vale ressaltar que, a farinhada não é só trabalho pesado, há também diversão, como a contação de piadas, cantigas, histórias, viagens às escondidas e, também, o consumo de cachaça que a chamava de ‘pinga’. É possível afirmar que os trabalhadores se ajudavam, e sentiam-se muito felizes, o foco maior era se agruparem para poderem vivenciar a produção da farinha. Juntos buscavam estratégias cotidianas para a sua manutenção alimentícia. Além disso, os esforços eram grandes e também havia a colaboração de outras pessoas.

Neste contexto, inserem-se as práticas de ajuda mútua que possibilitavam aos camponeses realizar o cumprimento das atividades, ou seja, tarefas necessárias aos sustentos na roça, que exigiam muito esforço físico, como também as práticas que funcionavam de forma dinâmica entre as famílias. O trabalho coletivo, ao mesmo tempo, possibilita a diminuição do esforço físico de todos os agricultores e agricultoras ao realizarem ou agilizarem as tarefas, desse modo pode ser considerado como estratégias de sobrevivências; como o alimento, ou bebida que são oferecidos durante os trabalhos. Como não poderia deixar de ressaltar, tais ocasiões favorecem a interação de grupos que reforçam os laços de compadrios, como também os de parentescos e as relações de amizades, mesmo sendo trabalhos trocados, seguiam em frente com o trabalho da realização da produção da farinha, entre outros alimentos extraídos da mandioca.

Espaços de sociabilidades: associações em comunidades rurais

Considerando a importância da vida em sociedade para o fortalecimento das comunidades nas cidades e nos municípios pequenos ou comunidades rurais, vale

⁶⁵ Aldenir Viana Viera, 46 anos. Profissão, Dona de Casa.

conhecer uma das formas de enfrentar os problemas e fortalecer os vínculos sociais na busca pela qualidade de vida das pessoas que se organizam, para enfrentar as adversidades do cotidiano que são as associações.

Há uma diversidade de associações nas cidades e nos interiores do Brasil. A ideia de associação fortaleceu-se em meados dos anos 1970, dentro de um contexto de desenvolvimento da população e modificação da forma de fazer a agricultura. A partir dessa organização, o meio rural passou a ser mais estruturado. RAVIOLO (2003) aponta que houve no Brasil uma crescente criação de instituições privadas, sem fins lucrativos, ligadas à igreja católica e suas pastorais que tinham como área de atuação o apoio aos movimentos sociais e políticos, para o fortalecimento de sua capacidade de atuação autônoma e crítica.

No final da década de 1980 e início da década de 1990, diversas organizações de assessoria e educação popular passaram a desenvolver uma reflexão sobre o papel que desempenhavam na sociedade como nos apresenta o estudioso Daniel Raviolo⁶⁶. Seguindo essa tendência, o governo federal cria em 1985 alguns programas de apoio à fundação de associações comunitárias, como o PAPP (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural). Assim, destaca o documento de criação:

O programa visa estimular a organização associativa, com o objetivo de aumentar o nível de produção e renda dos pequenos produtores. O PAPP tem como objetivo promover a melhoria geral das condições de vida da população rural da Região Nordeste, através da elevação dos níveis de emprego e renda, e, da oferta de serviços sociais básicos à população.⁶⁷

Este Programa contribuiu para a inclusão da população mais carente em incentivos sociais. Já na década de 1990, o Ceará reformulou o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), desenvolveu o Plano de Desenvolvimento Sustentável, instituindo o Projeto São José (PSJ) que tem como objetivos:

a. Ampliar a renda das famílias rurais com a estruturação e/ou dinamização das suas unidades de produção, de transformação e agregação de valores de comercialização dos seus produtos;

b. Contribuir para a universalização do direito à água potável como bem essencial de consumo da população rural do Ceará e o esgotamento sanitário;

c. Viabilizar a participação qualificada e o controle social dos benefícios e suas organizações nas ações de gestão do desenvolvimento local, bem como estimular as relações de complementaridade entre os programas governamentais.⁶⁸

O projeto São José I foi desenvolvido em um modelo de gestão compartilhada envolvendo entidades, Secretarias coparticipantes, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDS) e Associações Comunitárias. Para o desenvolvimento desse projeto foi feito um acordo de empréstimo, firmado pelo Banco Mundial e o governo do estado. Um novo Contrato de Empréstimo foi firmado entre o governo do estado e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD,

⁶⁶ RAVIOLO, D. apud FIEGE, Hans-Jüngen. Ongo no Brasil – perfil de um mundo em mudança. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

⁶⁷ DECRETO Nº 91.179, de 1º de abril de 1985.

⁶⁸ CEARÁ, 1996.

em fevereiro de 2002, dando início ao que se passou a denominar Projeto São José II (PSJ II). Assim, surgiram os projetos São José I e II com apoio e financiamento do Banco Mundial e com o propósito de implantar ações de desenvolvimento sustentável no Ceará, com participação ativa das comunidades, com vistas a aumentar o acesso das populações rurais mais pobres às atividades de geração de emprego e renda, assim como a provisão de serviços sociais básicos e de infraestrutura como meios para a redução da pobreza rural⁶⁹.

A sua atuação concentrou-se, principalmente, em investimentos com subprojetos de mecanização agrícola, eletrificação rural e abastecimento de água⁷⁰. É neste período que a Associação São Vicente da comunidade dos Pereiros é fundada. Devido ao aumento da população local, exigiu-se uma crescente produção de alimentos e a agricultura familiar atrelada ao associativismo rural, além de contribuir às necessidades de trabalho e renda de uma parcela significativa da população humana com habilidade e cultura, com a luta no campo, surge como uma das alternativas para a solução do problema da produção de alimentos e fixação do homem no campo, evitando o êxodo rural.

A Associação Comunitária São Vicente, na comunidade rural dos Pereiros, em Camocim-Ce., possui atas de fundação, de reuniões e de eleições, estatuto próprio, registrado em cartório, em conformidade com o artigo 114, I da Lei nº. 6.015/1973 (BRASIL, 1973). Além disso, está inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e declara, anualmente, isenção de Imposto de Renda à Receita Federal. Não recebe verbas, financiamentos ou premiações, nem figura no polo ativo de ações judiciais de interesse público.

A Associação Comunitária Rural São Vicente caracteriza-se como sociedade civil, de direito privado e sem fins econômicos, que obriga somente àqueles que, expressamente, aderem a elas, assinando a devida filiação. É uma entidade voltada e direcionada para ações sociais e sua função é, exclusivamente, pleitear perante aos órgãos públicos, melhorias para a comunidade dos Pereiros, em Camocim – Ce., a qual representa⁷¹.

Sua fundação data de 5 de julho de 1997, em terreno doado por Cicero Felix de Araújo e Antônia Lúcia de Araújo, tendo neste período como presidente Francisco José de Araújo. É uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede no lugar denominado

⁶⁹ Este projeto objetivava combater a pobreza rural no Estado do Ceará, através de recursos não reembolsáveis e contrapartida dos beneficiários. Financiavam-se subprojetos selecionados e solicitados pelos produtores, através de suas associações comunitárias legalmente constituídas. Esta estratégia foi mantida respaldada por avaliações parciais indicativas de resultados positivos, porém com ajustes e correções ao longo de sua implementação, como forma de proporcionar a consolidação do referido projeto (CEARÁ, 1996). O projeto objetivava melhorar a qualidade de vida das famílias rurais, através de financiamentos não reembolsáveis, pequenos investimentos e empreendimentos de infraestrutura, produtivos e sociais, denominados Projetos Comunitários, selecionados e solicitados por grupo de famílias das comunidades carentes através de suas organizações comunitárias locais, denominadas Entidades Representativas – ERB's (associações, clubes de mães, de jovens etc.) atuantes no âmbito local. Incluem, também, em perspectiva como ação piloto, financiamentos reembolsáveis de Projetos Comunitários Produtivos com orientação para o mercado, com recursos da contrapartida estadual, dirigidos às comunidades rurais pobres, cumprindo as normas e procedimentos indicados no Manual do Projeto.

⁷⁰ Projeto São José. CEARÁ, 1996.

⁷¹ Não há obrigatoriedade no pagamento de taxas, mas a Associação de Moradores São Vicente de Pereiros, prevê em seu estatuto inicial um pagamento mensal, em acordo previsto pelos sócios fundadores.

Pereiro, município de Camocim, estado do Ceará, com duração indeterminada e tem por finalidade o desenvolvimento integral da comunidade. Tem, ainda, como principais objetivos, segundo seu Estatuto: a) Incentivar o ingresso e a participação ativa do maior número possível de habitantes da comunidade em seu quadro social; b) Estimular a conduta moral digna dos associados, sua vivência na amizade e ajuda mútua, tendo em vista que é necessário a união de todos os moradores da comunidade para alcançar sua promoção e defesa dos seus direitos; c) Estimular os sócios a se organizarem sob formas associativas a fim de melhorem seus níveis de produção e renda, inclusive unindo-se a outras associações; d) Zelar pela conservação dos bens da Associação e das instalações públicas existentes na comunidade⁷².

Neste contexto, ficou acertado que a associação não tem caráter partidário nem há discriminação com relação ao credo religioso, cor e sexo dos associados. Podem filiar-se à associação toda e qualquer pessoa residente na comunidade de Pereiros, proprietário ou não, que desenvolva alguma atividade produtiva e que tenha 16 anos de idade.

Para conhecer esta Associação, na comunidade rural, vale destacar a narrativa de seu Presidente, o Sr. Conrado Felix, sobre os objetivos da Associação:

A Associação serve como um instrumento de luta para que as pessoas conquistem seus direitos sociais, direitos à saúde, habitação e a segurança, que possa ser uma barreira que quebre os preconceitos das pessoas com outras pessoas e assegurar a educação ao cidadão para que essas pessoas fortalecidas em vivência comunitária, para que elas possam ter a visão do desenvolvimento a partir da realidade da comunidade, respeitando os valores sociais e individuais de cada pessoa⁷³.

O início das atividades da Associação levou em consideração a importância da vida em sociedade para o fortalecimento da comunidade, promovendo a qualidade de vida das pessoas que se organizam, assim, enaltecendo a vida em coletividade para enfrentar as adversidades do cotidiano. Nota-se que, através da associação, as pessoas (membros ou não) buscam seus direitos que, muitas vezes, são negados ou até mesmo são impossibilitados, devido ao sistema financeiro que vivemos, que é excludente e, por isso, a sociedade local passou a se unir para garantir o desenvolvimento em coletividade.

Entende-se que a prática do associativismo rural, na comunidade dos Pereiros, fortaleceu os laços de amizade e solidariedade, quebrou os tabus e realizou debates em diversos temas da comunidade e também da sociedade, importantes para conquistar políticas públicas, fortalecendo a luta dos trabalhadores e trabalhadoras sem contar com a grande contribuição para o desenvolvimento dos Pereiros. O presidente destaca a contribuição das associações rurais para o desenvolvimento do território. Sim, através dos projetos, muitas associações promoveram uma melhor qualidade de vida aos seus associados, a partir da luta do seu fortalecimento e de suas ideias serem concretizadas

⁷² Estatuto da Associação de Moradores São Vicente de Pereiros. 1997, p. 02.

⁷³ Conrado Félix de Araújo, entrevista em 11/12/2019. É Professor da rede municipal de ensino, atuando na Direção da Escola de Ensino Fundamental Joaquim Rocha Veras, na comunidade rural de Mororó (adjacente aos Pereiros). Licenciado em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Vale do Acaraú e Pós graduado em Gestão Escolar pela mesma instituição. Está na presidência da Associação de Moradores da Comunidade Rural de Pereiros, em Camocim – Ce. desde 2016.

através dos projetos, essas vivências e ideias foram postas em práticas pelos projetos financiados pelos órgãos públicos⁷⁴.

A união das pessoas passa a ser um forte instrumento de luta para conseguir benefícios que visem o bem comum, através de projetos que têm em vista proporcionarem melhores condições de vida ao homem do campo, em prol do desenvolvimento em coletividade das comunidades.

Além da narrativa do presidente, destacam-se as falas dos sócios da Associação. Foram realizadas questões em forma de perguntas abertas, deixando, assim, os participantes livres para descreverem acerca de sua importância para ela. Qual o pensar dos sócios e como eles falam da participação na Associação? Quando indagados sobre a presença na Associação, eis o que foi comentado:

A importância a minha participação na associação é que questiono sempre sobre alguns problemas enfrentados no dia a dia; colaboro com as decisões a serem tomadas para se conseguir melhorar nossa comunidade; participo sempre das reuniões e questiono por melhorias através de projetos e cursos de capacitação; já contribuí muito com a associação, sendo tesoureiro onde sempre procurei participar de toda as reuniões e sempre fiz cobranças para associação obter mais projetos. Eu sempre falo muito nas reuniões e pago sempre a mensalidade e faço cobranças⁷⁵.

Sobre a avaliação da situação da Associação, a maioria dos sócios entrevistados responderam que a situação está “boa” e poucos pensam que está “regular.” No que diz respeito ao relacionamento entre presidente e os associados, os sócios consideram “ótima”. Desta forma, é possível verificar o envolvimento das pessoas com o desafio de viver de maneira que a coletividade tenha um significado no cotidiano e no enfrentamento das dificuldades existentes.

Em linhas gerais, esse estudo constatou que o associativismo rural, por meio dos esforços em grupo dos agricultores familiares, tem viabilizado a execução de projetos institucionais, que resultam no fortalecimento e desenvolvimento dessas comunidades, bem como na manutenção das suas práticas cotidianas, apesar de todas as dificuldades que essas populações vivenciam nos nossos dias.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Artigo publicado na revista São Paulo em Perspectiva, Abr/Jun, vol 11, número 2: 73- 78. 1998.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- FIEGE, Hans-Jüngen. **Ongs no Brasil** – perfil de um mundo em mudança. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ José Brito, sócio da Associação Comunitária Rural São Vicente. Entrevista cedida a Irla Mendes, no dia 01/12/2019.

ABENÇOAÍ TODOS NÓS: FESTAS, FESTEJOS E SANTOS DE DEVOÇÃO EM CAMOCIM E GRANJA-CE.

SANTOS, Darciane Costa dos.⁷⁶

LIMA, Francisca Karla Pinto.⁷⁷

SANTOS, Juliana Alves dos.⁷⁸

MELO, Francisco Dênis.⁷⁹

RESUMO: A devoção e os atos religiosos, a partir das festas dos santos padroeiros ou santos mais populares na cidade de Camocim-CE e Granja, também no Ceará, têm oportunizado reflexões relacionadas às motivações desenvolvidas ao longo dos festejos a partir da participação do povo nas festas religiosas de ambas as cidades, criando um clima sagrado na medida em que os espaços da festa são sacralizados.

Palavras-chave: Festa. Devoção. Religiosidade. Cidade

⁷⁶Licenciada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR. Turma de Camocim-CE.

⁷⁷Licenciada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR. Turma de Camocim-CE.

⁷⁸Licenciada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR. Turma de Camocim-CE.

⁷⁹Professor do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: melofranciscodenismelo@yahoo.com.br.

Introdução

A historiografia há muito tempo tem se debruçado sobre o universo das festas, dos festejos e rituais de celebrações em suas multiplicidades, práticas e formas. Festejar, estabelecer uma nova relação a princípio com o tempo, constituindo assim novas espacialidades, sociabilidades, reinventando o mundo, recriando diferenças, seja no campo ou na cidade, é uma tarefa que hoje nos anima a pesquisar sobre o assunto. A festa é diversa, por isso nenhuma festa se repete. Lugar de devires, suas formas e conteúdos se renovam e se multiplicam a cada evento. Ninguém, no festejo de São Francisco, por exemplo, tendo participado da festa no ano anterior, venera o santo da mesma forma ou vive a festa do mesmo modo no ano seguinte. Isso porque o festejo se refaz em seu próprio conteúdo e forma. Muito mais do que a afirmação da Religiosidade Popular, subscrita na dimensão de (in)certa Cultura Popular, os festejos abrem espaço para se pensar a construção de relações que se pautam pela fé, mas que também agregam ao mesmo fenômeno, dimensões performáticas, simulações, invenções capazes de refazer o cotidiano a partir de pontos de vista diversos, sacralizando espaços e temporalidades. Toda festa, de maneira geral, especialmente os festejos religiosos, estão na ordem da incompletude da existência, da fé, das emoções, das brincadeiras e jogos, da saúde e da folia, do muito e do pouco relativo à própria vida. Todo festejo, portanto, é um espaço de construção de práticas culturais que muitas vezes extrapolam o âmbito da fé e ancoram em espaços cotidianos de afirmação da própria existência entendida em sua plenitude, sem estabelecer por exemplo uma separação nítida entre o que poderíamos chamar com muita cautela, de sagrado e de profano.

A devoção e os atos religiosos na cidade de Camocim-CE e Granja também no Ceará, têm oportunizado reflexões relacionadas às motivações desenvolvidas ao longo dos festejos a partir da participação do povo nas festas religiosas da cidade. Sobre essa realidade faz-se necessário compreender as motivações acerca do estímulo da fé.

Nas pequenas cidades o espaço religioso para culto aos santos é a capela. Muitas vezes as Ermidas – designação da primitiva capela no Brasil. A construção podia ser a iniciativa de um indivíduo particular ou pela vontade da própria comunidade local. Sua construção podia representar diferentes objetivos como expressar publicamente a fé católica, cultuar um santo de particular devoção, cumprir uma promessa ou até mesmo garantir a proteção divina na hora da morte (AZZI, 1977, p. 39)

As capelas nas cidades, de início, constituíram-se em importante espaço para o fortalecimento da fé do povo e também como ambiente onde se presta o culto a Deus e aos Santos de devoção. Em nossos dias, os santos de devoção popular, os santos padroeiros, ganharam templos geralmente grandiosos, transformados cotidianamente em espaços de fé e de práticas sagradas. Diante dessa realidade é preciso entender esse espaço como uma ferramenta de aprendizagem voltada à construção de saberes com foco na fé do povo católico.

Assim como no catolicismo popular tradicional, a vivência religiosa popular está muito ligada à vida cotidiana. Os santos são como companheiros dos seus devotos em todos os momentos da vida. Uma ocasião especial de ligação entre a religião e a vida – principalmente nas zonas rurais – é a festa do santo, que representa o culto coletivo no espaço público (ZALUAR, 1983, p. 34)

Diante das vivências populares, vale salientar as atribuições da religiosidade popular como uma proposta de devoção, mas direcionado com as diversas situações relativas às discussões e vivências que envolvem a religião. Para tanto, faz-se necessário compreender a forma como foi sendo articulado o processo de devoção do povo no contexto social e tradicional. Portanto, neste artigo trataremos de uma reflexão panorâmica sobre as festas de três importantes santos populares em Camocim-CE e Granja-CE, a saber, São Francisco das Chagas de Canindé, São Pedro e São José.

Em nome de São Francisco

Camocim-CE, município litorâneo, se apresenta, a princípio, como a antiga cidade do porto e da estação, portanto, dividida entre o mar e o sertão. Mas Camocim, como toda cidade, é muito maior do que sua espacialidade aparenta. Seu litoral tem 64 km de praias urbanas. Está localizada no Noroeste do Estado do Ceará. Tem uma área de 11.575km². Faz limite com Granja, Bela Cruz, Jijoca, Barroquinha e o Oceano Atlântico. O município tem quase 60 mil habitantes segundo dados do IBGE de 2018. A cidade ficou conhecida como terra do aviador Pinto Martins. Um lugar que durante parte significativa de sua existência teve sua economia marcada pela força do Porto e da Estação Ferroviária, características ainda hoje importantes na História e na memória local.

As festas religiosas do Município de Camocim-CE têm grande importância na cultura de parte significativa do povo católico. Com relação à festa em honra de São Francisco das Chagas de Camocim, que acontece tradicionalmente entre o final de setembro e começo de outubro, temos que no ano de 2000, Dom Javier, então Bispo da Diocese de Tianguá, a qual Camocim está subordinada, resolve convidar para vivenciar e formar lideranças nas comunidades locais, a Congregação da Imaculada Conceição de Nossa Senhora de Lourdes (Irmãs Lourdinas). As religiosas chegaram às terras de Camocim em 14 de fevereiro de 2000, para algumas vivências pastorais. Em seguida é fundada a casa dessa congregação na COHAB. – No Bairro Boa Esperança, periferia da cidade.

Dom Javier, em agosto, na Casa das Irmãs Lourdinas, relatou que a seu convite viria uma congregação de Frades para assumir a área Pastoral, a partir de janeiro de 2015, para fazer algumas experiências religiosas. Assim, no dia 01 de janeiro de 2015, as comunidades fazem a recepção ao primeiro Frade que passa a vivenciar sua experiência pastoral nas terras de Camocim – Frei Deusimar Sousa Silva. Em uma missa campal em frente à Igreja São Francisco, no dia 30 de maio de 2015, Dom Javier dá posse ao 2º Administrador, agora da então área Pastoral São Francisco, o Frei Deusimar de Souza Silva e ao Vigário Frei Domingos

Com a chegada dos frades Capuchinhos em Camocim, na então área pastoral de São Francisco, no ano de 2015, passou a acontecer uma intensa divulgação da festa religiosa de São Francisco. Dessa forma, sob gerência do administrador Frei Deusimar de Souza Silva, a área pastoral começa a dar seus primeiros passos para fortalecer a festa do santo. O Frei realizou a primeira festa em 2015 por ocasião de sua gerência na área pastoral. A festa atrai milhares de pessoas que vêm de vários cantos da cidade e também dos interiores vizinhos. Nesse intuito a festa tem sua singularidade e seus aspectos motivacionais pela fé das pessoas no Pai Seráfico, como é conhecido São Francisco. Com relação à festa, ela reúne uma multidão que com suas vestes apresenta suas oferendas e reza a Francisco, pedindo sua intercessão para solucionar algum problema de ordem física ou financeira, por exemplo.

São Francisco é um dos santos mais populares do Ceará, principalmente pela existência e atividade da Basílica Menor da Cidade de Canindé-CE que realiza a festa mais importante dedicada ao Santo, fora da Itália, seu lugar de nascimento. Na primeira biografia dedicada ao santo, escrita por Tomás de Celano, temos uma das mais singelas e importantes demonstrações de respeito de São Francisco à vida humana e sua relação com a natureza:

Aos frades que cortavam lenha (Francisco) proibia arrancar a árvore inteira, para que tivesse esperança de brotar outra vez. Mandou que o hortelão deixasse sem cavar o terreno ao redor da horta, para que a seu tempo o verde das ervas e a beleza das flores pudessem apregoar o formoso Pai de todas as coisas. Mandou reservar um canteiro na horta para as ervas aromáticas e para as flores, para lembrarem a suavidade eterna a os que as olhassem. Recolhia no caminho os vermezinhas, para que não fossem pisados, e mandava dar mel e o melhor vinho às abelhas, para não morrerem de fome no frio do inverno. Chamava de irmãos todos os animais, embora tivesse preferência pelos mais mansos. (CELANO, 1981, p. 404-405)

Em Nome de São Pedro

A devoção a São Pedro é algo muito forte em Camocim-CE, a sua procissão marítima é um dos maiores símbolos da fé cristã católica na cidade. Sobre a proteção de São Pedro os pescadores no dia 29 de julho realizam em alto mar uma importante procissão marítima para celebrar a memória do santo. A veneração através de sua festa tornou-se um símbolo cultural, pois através de sua procissão que acontece nas águas do Mar, observa-se o quanto o santo tem significado em meio à benção que é enviada aos pescadores.

A Festa de São Pedro tem sua contribuição às manifestações de parte do povo camocinense através da fé. Essa festa ganhou destaque no calendário cultural da cidade. Por isso, tem grande influência nas ações articuladas no âmbito religioso e cultural de Camocim. Uma das características da Festa de São Pedro é a procissão, um cortejo que atrai uma multidão para apreciar e venerar esse santo que tem um grande significado para a comunidade religiosa católica, e principalmente para os que professam sua fé. Esse festejo é tão importante que sua representação está presente num importante obra literária local, o romance *Terra e Mar*, de Carlos Cardeal, que conta um pouco dos elementos que constituem a procissão desse Santo de devoção:

Eu trouxe aqui o roteiro de toda a procissão. - Disse o padre exibindo-o. [...] Sairá o santo da igreja às três horas da tarde, seguindo pela rua Vinte Quatro de Maio até o início do bairro da Brasília, de lá, seguirá para a praia dos Coqueiros onde terá início a procissão marítima. Essa primeira parte da procissão será de carro, pois o percurso é muito grande. [...] Quanto ao itinerário da procissão marítima - continuava o padre - ficará por conta do piloto do Filgueiras III que formando caracóis, irá até próximo às margens da ilha, vindo a lançar âncoras próximo à pedra do melo, onde terá início a procissão a pé, seguiremos até a Colônia dos Pescadores, e lá, entraremos na rua do [...] - Terra e Mar. Depois entraremos novamente na rua Vinte e Quatro de Maio e seguiremos para a igreja, onde o nosso vigário dará a festa por encerrada (CARDEAL, 2019, p. 43)

As ações e motivações da festa tornaram-se importantes e entraram no calendário do Município como uma festa popular religiosa. No dia de São Pedro, o seu cortejo através da procissão marítima arrasta grande multidão. São Pedro tem uma relação profunda com a realidade dos pescadores, pois, segundo a tradição, era um fiel pescador na época de Cristo. Daí a grande motivação para a veneração e devoção dos pescadores a esse santo forte que abençoa e acalma os ventos no alto mar.

Com relação a devoção, Oliveira “ressalta que não há mediação na relação entre devoto e santo, o contato é direto, são relações entre dois amigos, estando um no céu e o outro na terra” (OLIVEIRA, 1988, p. 63)⁸⁰. Nessa perspectiva é preciso observar o processo de mediação entre o devoto e o santo, pois ambos buscam estar em sintonia, refletindo sobre os aspectos naturais e sobrenaturais, pois de fato, a fé no santo motiva a devoção e busca graça e inspiração para a vida do dia a dia.

São José e a Procissão dos Vaqueiros em Granja-CE

A cidade de Granja-CE está localizada na microrregião do Litoral de Camocim e Acaraú, mesorregião do Noroeste Cearense, faz divisa com as cidades de Bela Cruz, Barroquinha, Camocim, Chaval, Marco, Martinópole, Moraújo, Senador Sá, Tianguá, Uruoca e Viçosa do Ceará. São José é o padroeiro da cidade e durante o festejo que se inicia no dia 09 de março e se encerra no dia 19, sempre tem um dia dedicado à procissão dos vaqueiros que tradicionalmente é no dia 18 de março. O grande diferencial dessa tradição é que muitos costumes, com o passar dos anos, vão caindo no esquecimento, no entanto, essa tradição representada pela procissão dos cavaleiros no festejo de São José vem ganhando cada vez mais adeptos, pois, é algo esperado pelos vaqueiros de toda a região e cidades vizinhas.

Vaquejar, isto é, a arte do vaqueiro de cuidar e campear o gado, é um ofício que começou no Brasil desde o período da Colonização Portuguesa. Entretanto, no decorrer dos séculos, a figura do vaqueiro vem passando por algumas transformações que implicam em suas práticas e costumes. Ao adaptar-se às condições de trabalho, que oferece o meio no qual realiza suas tarefas cotidianas, bem como ao atualizar-se

⁸⁰OLIVEIRA, Pedro Ribeiro. Religiões Populares. In: Oscar Beozzo (Org). *Curso de Verão II*. São Paulo, paulinas, 1988, p. 63.

constantemente, em relação às modernizações do mundo atual, o vaqueiro tende a apresentar novas características e comportamentos. De acordo com Alécio Reis, “no tocante ao campo da historiografia, o vaqueiro é um sujeito silenciado, sobre ele predomina uma visão generalizante” (REIS, 2012, p. 73).

Os vaqueiros de outras cidades e do interior vão logo de manhã para um importante espaço, chamado Toca do Vaqueiro em Granja-CE, localizado à Rua Lívio Barreto, no bairro São Raimundo, e de início por lá permanecem por conta da distância, para que os cavalos não fiquem cansados. Ao chegar à cidade de Granja, se instalam e depois seguem cantando o hino de São José durante a procissão, andando por várias ruas mais conhecidas da cidade até chegar próximo da igreja. Lá, os vaqueiros recebem comidas e bebidas (doações de várias pessoas que de espontânea vontade vão deixar para alimentar a todos). Acontecem vários sorteios durante o dia e às quatro horas da tarde todos se reúnem para dar início a procissão. São José é transportado de carro, quando acontece a benção dos vaqueiros e o padre joga água benta sobre eles para abençoá-los, o senhor Joaquim Porteira, espécie de representante máximo dos vaqueiros, fica próximo ao pároco com o microfone, à medida em que os cavaleiros vão passando ele os saúda, falando seus nomes. Ainda que o tempo não seja suficiente para falar o nome de todos.

Segundo matéria do Jornal *Diário do Nordeste* da data 19 de março de 2018 a cidade de Granja-CE é onde acontece um dos maiores festejos a céu aberto da região: “Há mais de 100 anos, a festividade tem reunido participantes de 20 municípios vizinhos, representados por quase mil cavaleiros, num trajeto que incluiu passagens por locais históricos”.

Ao observar a procissão, é notório ver como os familiares dos participantes se fazem presentes para vê-los chegando à igreja. Na maioria das vezes vemos famílias inteiras participando ativamente da procissão. Observamos também muitos levando seus filhos pequenos, netos e o que causa mais admiração é o fato de vermos crianças pequenas, aparentando ter apenas uns quatro anos, conduzindo cavalos enormes com tamanha naturalidade. Na chegada vemos, como já frisamos, muitas pessoas esperando seus familiares chegarem com o cavalo para poder tirar uma foto e receber juntos a bênção dos vaqueiros.

A procissão dos vaqueiros no festejo de São José em Granja CE surgiu, segundo as fontes consultadas, da promessa do senhor Tobias Saldanha em 1958. Quando durante a seca teve que levar seu rebanho para outro local, ele disse que se seus animais retornassem com vida, todos os anos pagaria uma promessa, que consistia em ir para procissão com seus companheiros vaqueiros no dia dezoito de março e dar três voltas ao redor da igreja.

Essa promessa passou a fazer parte da cultura local, e todo ano, no penúltimo dia do festejo acontece a procissão ou cavalgada dos cavaleiros que cresce a cada ano. O aumento no número de participantes da festa a cada ano, deve-se ao fato do senhor Joaquim Cassimiro Fontenele Neto, popularmente conhecido como Joaquim Porteira, receber cavaleiros de todas as regiões circunvizinhas em sua casa da melhor forma possível, bem como fazer uma boa divulgação do evento.

Considerações finais

Entre festas e festejos, várias cidades do Ceará celebram e ritualizam seus santos mais populares, como Camocim e Granja. Esses festejos de certo modo ressignificam os espaços utilizados para as celebrações e rituais, para além do espaço interno das igrejas. Durante as celebrações, o mar, ruas paralelas às igrejas, praças, vielas, ganham novos sentidos e significados, e desse modo são vividos de forma intensa e nova por devotos, participantes dos festejos, homens, mulheres e crianças que buscam as igrejas, o parque de diversões, os bares, as barracas de comida, as brincadeiras e folias.

Entender, portanto, os festejos é estabelecer uma relação profunda entre a vida terrena e a necessidade de acreditar em outra existência, especialmente entre os devotos dos santos. Nesse sentido, a prática da devoção é uma prática cultural e identitária, em que a religião, entendida enquanto prática, muitas vezes se separa da religião oficial, e se transforma em religiosidade, entendida aqui enquanto prática de fé do povo. Assim, podemos entender religião como sendo

[...] o conjunto de atitudes, gestos e palavras, e o modo de um indivíduo ou uma coletividade se dirigir ao Ser Supremo para mostrar vassalagem, adoração, louvor, agradecimento e petições. Já “popular” é igual ao que pertence o povo; é a tradição, o folclore, mentalidade popular; popular como termo antitético no relacionamento rural e urbano, com enfoque político; popular e erudito na área cultural; sagrado e secular, na dimensão religiosa.(OLIVEIRA, 1976, p. 69)

REFERÊNCIAS

- AZZI, Brasil. In: Riolando. **Catolicismo Popular e Autoridade Eclesiástica na Evolução Histórica da Religião e Sociedade**. nº 1, Rio de Janeiro, ISER, 1977
- CARDEAL, Carlos. **O Terra e Mar**. Camocim: Sertão Cult, 2019
- CELANO, Tomás de. **Da obra de São Francisco de Assis**, escritos e biografias. Crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscano. Petrópolis: Vozes, 1981
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. et alii. **A Religião do Povo**. Curitiba: Cadernos Studium Theologicum - Universidade Católica do Paraná, 5ª. Edição, 1976
- OLIVEIRA, Pedro Ribeiro. Religiões Populares. In: Oscar Beozzo (Org). **Curso de Verão II**. São Paulo, paulinas, 1988
- REIS, Alécio Gama dos. **O que farpa o boi farpa o homem**: Campo das Memórias dos vaqueiros do sertão de Irecê (1943-1985). 2012. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Feira de Santana – BA, 2012
- ZALUAR, Alba. Promessas e Milagres dos Santos. In: **Os homens de Deus**. Um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983

AS REZADEIRAS E PARTEIRAS COMO GUARDIÃS DA MEMÓRIA DAS COMUNIDADES DE CAMOCIM-CE (2017-2018)

SOUZA, Gerlane Viana de.⁸¹

CHAGAS, Maria de Fátima.⁸²

SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de.⁸³

RESUMO: As parteiras, rezadeiras e rezadores, enquanto pessoas importantes da cultura popular nos servem de referência para o estudo da memória. Nesta perspectiva, o presente trabalho busca através das práticas transmitidas de geração em geração por esses grupos de pessoas, a partir do seu importante papel junto às camadas populares, entender sua participação na história e memória da cidade de Camocim-CE. Para tanto, trabalharemos com as reflexões de autores como: LARGURA (2005), SILVA (2009), PORTELLI (1997), bem como, entrevistas concedidas por pessoas envolvidas nessas práticas de assistência e cura.

Palavras-chave: História. Memória. Parteiras. Rezadores. Religiosidade.

⁸¹ Licenciada em História da Universidade Estadual Vale do Acaraú pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR.

⁸² Licenciada em História da Universidade Estadual Vale do Acaraú pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR.

⁸³ Professor efetivo do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual Vale do Acaraú

Introdução

As parteiras, rezadeiras e rezadores tiveram e têm um papel fundamental na formação das comunidades citadinas e rurais, pois em um período em que não existiam postos de saúde, hospitais ou mesmo o saber institucional, era o único meio pelo qual a população poderia nascer e sanar problemas que advinham do parto e de doenças no corpo.

Este artigo, portanto, tem por objetivo analisar o parto e a religiosidade popular, com destaque para as parteiras e as práticas de cura através de orações e do uso de ervas medicinais, que ainda são bem presentes no cotidiano do município de Camocim.

O desejo em desenvolver o tema sobre as “parteiras” e “rezadeiras” na cidade citada acima surgiu principalmente pela vontade de compreender como a cultura e a religiosidade popular permeiam práticas e fazeres, passados de geração a geração entre rezadores e parteiras. Outra questão era como estas rezas e fazeres foram passadas de geração em geração e de como elas continuavam presentes numa sociedade que tem como verdade o discurso médico.

O recorte temporal corresponde aos anos de 2017-2018, período que desenvolvemos nossa pesquisa e entrevistas com os depoentes. Nesta época, a cidade de Camocim havia implementado melhoria da saúde pública, com ampliação de postos de saúde, novos agentes de saúde, melhoria no funcionamento hospitalar, o que ampliava a segurança sanitária e proporcionava uma melhora na rede de saúde pública do município. Mesmo com esta ampliação as pessoas ainda procuravam e procuram rezadores, benzedores e parteiras para ajudar nas aflições do corpo e da alma, tendo, no caso das parteiras, perdido espaço para as maternidades, onde o parto agora é realizado com apoio médico-hospitalar.

Os sujeitos desta pesquisa, parteiras e rezadores, foram escolhidos entre moradores de Camocim e da comunidade de Jacarandá, sendo que alguns já estão com a idade bastante avançada. O contexto pesquisado foi identificar/analisar o parto, cuidados e orações. Em relação aos agentes de cura, compreender as particularidades que envolvem essas práticas, tais como representações simbólicas, mazelas, orações e suas especificidades, ressaltando ainda de que forma atendem às necessidades dos que buscam ajuda nessas práticas.

Para o embasamento teórico da pesquisa, temos o trabalho de autores como Marília Largura (2000) que trata da assistência ao parto na sociedade brasileira. Esta autora afirma que a medicalização desumaniza o parto, pois, esquece outros aspectos humanos. Nikelen Acosta Witter (2005), no artigo trata a forma preconceituosa com que a medicina popular é exposta em vários estudos realizados sobre o tema e que ajudou a relativizar a questão de que tais práticas são subterfúgios usados apenas no caso da falta de médicos tradicionais.

O desenvolvimento da pesquisa teve como subsídio, principalmente as fontes orais, tendo em vista que não encontramos documentação escrita sobre as práticas desenvolvidas pelos rezadores e parteiras. A oralidade é uma fonte histórica muito antiga,

mas só recentemente passou a ser utilizada como fonte nas pesquisas científicas, abrindo novas perspectivas de estudos na historiografia contemporânea (PORTELLI, 1997, p.25).

Trabalhar com a oralidade é desafiante pois, ainda há certa desconfiança de alguns pesquisadores de outras áreas em relação à sua eficiência como fonte histórica. Todavia, o uso da fonte oral facilitou a construção de uma história do cotidiano, contada por pessoas comuns. Como ressalta Thopsom:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo [...] traz a história para dentro da comunidade [...] propõe um desafio aos muitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição e oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história (THOMPSON, 1998, p. 44).

A partir dos horizontes da história oral, é possível construirmos novas abordagens históricas, ressaltando sujeitos até então desconhecidos e ocultos nos acontecimentos, mas que podem contribuir na construção de uma história que mostre outras versões, com a participação de pessoas que também fazem parte dos acontecimentos históricos.

As fontes orais possibilitam o registro histórico das comunidades que não dispõem de documentos escritos que possam ser consultados, sendo deslocados do eixo historiográfico, como se não fizessem parte da história da humanidade. Neste contexto, a história oral abre espaços para aqueles povos que nunca tiveram lugar na documentação escrita oficial (PORTELLI, 1997).

Acreditamos que esta pesquisa será importante para registrar a cultura e religiosidade popular da comunidade de Jacarandá e do município de Camocim. Além do mais, é uma forma de contribuir para o reconhecimento das cidades pequenas e dos lugares desconhecidos da maioria do público, mas com grande importância e histórias para contar.

Na primeira parte do artigo, apresenta-se uma análise da arte curar e benzer, assim como os rezadores, sujeitos da pesquisa que se encontram na comunidade de Jacarandá. Explanamos sobre a origem da comunidade, as religiões que nela se encontram, a saúde pública e onde os rezadores residem. Enfim, a primeira parte da pesquisa situa o leitor na história da comunidade.

Na segunda parte, destacam-se as experiências das pessoas com o parto, cuidados, as orações que ajudam a “pegar menino”, com seus símbolos e seus significados,

Benzer, rezar e curar na comunidade de Jacarandá

As pessoas acreditavam que o mal, as doenças, que sentiam eram advindos de forças malignas e sobrenaturais, que um simples olhar poderia causar danos principalmente às crianças e animais domésticos, assim recorriam às plantas e rezas como forma de amuleto e de cura (SOUSA, 2014). Essas práticas ainda são bem presentes atualmente, principalmente nas comunidades rurais, onde os costumes coloniais foram mais enraizados.

Segundo (SOUSA, 2014), práticas de cura através de orações e benzimentos eram bastante comuns entre a população pobre durante o Brasil Colonial. A autora ressalta ainda que esse tipo de prática era visto com maus olhos, sendo considerada algumas vezes como bruxaria, chegando até a citar episódios em que as pessoas acusadas de bruxaria eram levadas pela Inquisição e julgadas pelo Tribunal do Santo Ofício Português.

[...] por um lado a feitiçaria colonial mostrava-se estreitamente ligada às necessidades iminentes do dia a dia buscando a resolução de problemas concretos, por outro aproximava-se muito a religião vivida pela população à receitas mágicas assumindo com frequência a forma de orações dirigidas à Deus, a Jesus aos santos e a Virgem Maria (SOUZA, 1986).

Esta busca de soluções para as doenças do corpo e da alma fez com que homens e mulheres que detinham conhecimento de ervas e plantas tornassem-se os responsáveis para melhorar as vidas das pessoas. Assim, estes costumes e tradições transmitidas de geração em geração pelas rezadeiras são facilmente encontradas em nosso cotidiano (SILVA, 2009). Suas práticas são bem visíveis, principalmente na zona rural, onde é muito comum procurar um rezador sempre que surge um mal-estar, ou suspeita de quebrante, ou mesmo recorre-se ao chá de boldo para curar a dor de barriga, etc.

As rezadeiras construíram e ainda constroem sua memória. Eis um dos mais valiosos bens da tradição de um povo, as lembranças guardadas na memória, virtude que os mais velhos têm para compartilhar com seus descendentes. Para Henry Bergson:

A memória... não é uma faculdade de classificar recordações numa gaveta ou de inscrevê-las num registro. Não há registro, não há gavetas, não há aqui, propriamente falando, sequer uma faculdade, pois uma faculdade se exerce de forma intermitente, quando quer ou quando pode [...]. Na verdade, o passado se conserva por si mesmo, automaticamente. Inteiro, sem dúvida, ele nos segue a todo instante: o que sentimos, pensamos, quisemos desde nossa primeira infância está aí, debruçado sobre o presente que a ele irá se juntar, forçando a porta da consciência que gostaria de deixá-la de fora (BERGSON, 2011, p. 47).

O fascínio sobre os rezadores é a fé que todos carregam dentro de si, através de sua reza, e fé curavam as enfermidades. Lembrando que muitas das rezadeiras têm conhecimentos de ervas medicinais e além de rezar ensinavam e faziam remédios caseiros para quem as procurava e assim se mantinham como único meio de cura da época.

A comunidade de Jacarandá situa-se a 14km da sede do município de Camocim. Considerando que a maioria da população é de católicos (IBGE, 2010), podemos dizer que grande parcela da população de Jacarandá possui tradição católica, entretanto na comunidade, também, tem outras igrejas como a Assembleia de Deus e Quadrangular, que ao longo do tempo têm ganhado muitos seguidores, entretanto, ainda não superam os católicos.

A comunidade tem como padroeira Nossa Senhora das Graças, cuja igreja encontra-se em construção. Os festejos acontecem de 17 a 27 de novembro. Antes do início da construção da igreja as novenas aconteciam na casa de dona Mariana, a catequista da comunidade. Todo mês de maio também acontecem novenas em comemoração ao mês mariano.

Jacarandá é uma comunidade onde todas as pessoas se conhecem. A base da economia é a agricultura. Outras fontes de renda são os pequenos comércios, uma padaria, um restaurante e os empregos públicos oferecidos pela prefeitura, além dos aposentados que têm sua fonte de renda através dos benefícios do INSS, e as pessoas que participam dos programas governamentais como o Bolsa Família. Segundo moradores mais antigos, o nome Jacarandá deve-se à grande quantidade de pés de jacarandá em um baixio que existia quando as primeiras famílias chegaram à localidade.

As curas através das benzeduras e ervas medicinais está intimamente ligada com a história da comunidade, uma vez que a população se valia e ainda se vale dessa prática para a curar o corpo e a alma. É através dos rezadores que muitas pessoas encontram a cura para suas mazelas. Segundo o costume da população, existem doenças que somente a reza cura, por se tratar de origem sobrenatural, essa afirmação é nítida nas entrevistas.

Lembramos ao leitor que benzer significa tornar bento ou santo, benzer uma pessoa é o ato de rezar, pedindo para que os males ou mal específico se afaste. Já as rezas são orações acompanhadas na maioria das vezes de elementos, tais como água, sal, ramos, linha, rosários, arruda etc. No município de Camocim, os rezadores se fazem mais presentes no interior, onde a cultura das benzeduras, de levar as crianças para rezar é bem mais presente. Isso ocorre porque antigamente no interior as coisas eram bem mais difíceis, os médicos ficavam distantes e as famílias tinham que recorrer aos céus e à sua fé.

Referimos-nos às práticas de benzeduras e oração como forma de cura como “costume” e não como tradição. Para entendermos melhor usarei o pensamento de Hobsbawn:

A tradição neste sentido deve ser nitidamente diferenciada do costume, vigente nas sociedades ditas tradicionais. O objetivo e as características das tradições, inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. O "costume", nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente (HOBSBAWN, 1997, p.10).

Ao fazer a distinção entre tradição e costume, ficará mais fácil saber em qual delas as práticas de cura popular se ligam, uma vez que essas práticas não são fixas nem invariáveis. Há uma gama muito grande de variações, das mais moderadas até as mais radicais, no modo de operar de cada rezador, uma vez que suas rezas são algo muito pessoais.

Através dos estudos realizados nesta pesquisa na comunidade já citada, ficou constatado que as pessoas que exercem o ofício de curar são pessoas comuns, de baixo poder aquisitivo, que têm o suficiente para o sustento de suas famílias, apenas. Entretanto, fornecem seus préstimos sem cobrar nada em troca, apenas ajudam a quem lhes procuram e dizem que a cura vem através da fé de cada um.

Como por exemplo temos dona Laura⁸⁴ que tem 85 anos, agricultora, mãe de onze filhos. Nasceu e criou-se numa comunidade vizinha, somente após o casamento mudou-se para a comunidade de Jacarandá, devido a família de seu esposo. Reza para quebrante, entrosada, vento caído, espinhela caída. Segundo ela, é procurada principalmente para a cura do quebrante em crianças, também reza para quebrante em animais, porém, é menos procurada neste último caso.

Os instrumentos usados por ela para a cura do quebrante é seu rosário. É necessário que seja feita a reza três dias consecutivos, mesmo que antes disso a criança já fique boa. Para a cura da entrosada, Dona Laura utiliza ramos verdes, água e sal. No caso do vento caído, a reza é feita sem o uso de instrumento, da seguinte forma: em uma porta de frente ao nascente, a rezadeira põe o bebê de ponta cabeça e faz uma espécie de cruz. Para a cura da espinhela caída a pessoa deve dependurar-se enquanto a rezadeira recita a reza.

Figura 1 – Altar de Dona Laura



Fonte: Arquivo de Gerlane Viana de Souza.

É muito comum encontrarmos nas casas das rezadeiras altares com imagens de santos, fitas, terços, velas, flores, etc., como este na casa de D. Laura, em que podemos perceber alguns dos instrumentos, como o rosário, que ela usa para exercer seu ofício de rezadeira, objetos esses que representam o imaginário religioso popular.

Seu Evangelista⁸⁵ tem o dom e carisma de chamar muita atenção, e até mesmo ocasionar uma certa admiração, o fato é que ele não se utiliza de nenhum instrumento para realizar suas benzeduras. Além disso, faz curas à distância, como por exemplo: se tem uma pessoa que deseja ser rezada e curada, e ele não pode ir até lá, basta que alguém vá representando o solicitante até sua casa, e comunique o pedido de reza, e Seu Evangelista reza em nome das pessoas a receber a benzedura. Essa interação é comentada

⁸⁴ Laura Alves Viana, rezadeira, 85 anos, moradora da comunidade de jacarandá, entrevista realizada em 26 de maio de 2019

⁸⁵ Evangelista dos Santos, agricultor, rezador, 92 anos, morador da comunidade de São João, entrevista realizada 21 de abril de 2018.

por Miguel Borges: “[...] podemos inferir que, no universo das benzeções revela-se não apenas o ato em si de curar, mas uma verdadeira rede de interações sociais que conecta as pessoas, esse aspecto sempre preocupou o poder instituído [...]” (BORGES, 2017, p. 6).

No decorrer da entrevista, Seu Evangelista relata que ele mesmo criou a maioria das rezas que sabe, as outras aprendeu ao longo do tempo com os mais velhos. Nas suas rezas ele invoca todos os santos, fazendo o pedido aos santos e a Deus do que necessita aquela pessoa. Ele reza para inúmeras coisas, por exemplo, para encosto, quando uma espécie de espírito, que pode ser maligno ou não, passa a se apossar de certa forma do corpo da pessoa, sugando sua energia vital, para animal perdido, ferida de animal, dores musculares e etc. Segundo seu relato, a procura maior é para animal perdido. Em entrevista ele relata que algumas pessoas o procuram mesmo sem se queixar de nada, apenas para receber dele uma espécie de proteção através das rezas, principalmente quando vão fazer algo de importante, uma entrevista de emprego por exemplo.

Sua casa é simples, atualmente está tratando um problema na próstata, mesmo assim não deixa de atender as pessoas que o procuram. Durante os fins de semana ele chega a atender mais de cinquenta pessoas de várias localidades⁸⁶, com queixas variadas, segundo ele, a maioria das pessoas que vem de longe é para a cura do *encosto*.

Em entrevista com Seu Evangelista, ele lamenta as mudanças que ocorreram ao longo do tempo no modo como as pessoas se relacionam com o sagrado, conforme diz: “As pessoas não ligam mais em rezar, nem faz o sinal da cruz, se deita e levanta igual um bicho bruto, vivem no mundo como um pé de pau, só lembra de Deus quando está doente, os pais não ensinam mais os filhos a temerem a Deus”⁸⁷.

Como Seu Evangelista mesmo diz, a sociedade mudou, as pessoas agem e pensam de forma diferente, percebe-se isso com muita evidência, principalmente entre os jovens, essa realidade torna bem mais difícil a perpetuação do ofício de rezar e benzeção, de modo que o esquecimento desse ofício pode estar mais próximo.

O outro rezador entrevistado é seu Expedido Padre⁸⁸, como é conhecido na comunidade, o mesmo já se encontra com a saúde bem debilitada, com seus 92 anos. Não nos permitiu gravar a entrevista. Seu Expedido relata que conhece muitas orações, porém as pessoas o procuravam principalmente para a cura do quebrante, tanto em pessoas como em animais.

Segundo ele, aprendeu a rezar para quebrante com seus avós, que também rezavam. Disse-nos que na época que seu avô lhe ensinou, ele era bem jovem e não deu a devida atenção, dizendo-nos que depois se arrependeu, pois, poderia ter aprendido muitas orações.

⁸⁶ Id, 21 de abril de 2019.

⁸⁷ Id, 20 de junho de 2018.

⁸⁸ Expedito Rodrigues Magalhães, agricultor, rezador, 91 anos, morador da comunidade de jacarandá, conhecido popularmente como Expedito Padre, entrevista realizada em 15 setembro de 2019.

Doenças e males curados pela reza e a benzedura

A presença de pessoas que desenvolvem práticas de cura popular é uma característica marcante presente na zona rural, sendo estas, na maior parte, exercidas por pessoas mais idosas, que herdaram de familiares, pessoas próximas, ou que até desenvolveram por si só suas orações, os conhecimentos que envolvem orações e a utilização de plantas medicinais no trato de doenças que afligem o corpo e o espírito, havendo uma procura significativa por parte de algumas pessoas na tentativa de sanar males.

Essa prática é muito comum em várias cidades da região, porque compõe de certa forma parte da religiosidade popular. Temos por exemplo a monografia de Francisco Demétrio Parente Braga (2008), que destaca o uso das plantas e ervas medicinais no trato de doenças pelas rezadeiras e rezadores na cidade de Cariré.

Quanto às plantas e ervas medicinais, e seus usos, pode-se citar: o chá de hortelã, muito usado no trato de cólicas; o mastruz, utilizado para o fortalecimento do pulmão e no combate de gripes muito fortes, assim como a tuberculose; a malva, anti-inflamatório muito usado no trato de gripes e asseio corporal; o quebra-pedra, utilizado no tratamento de gastrite e pedra nos rins; o boldo para inflamações no fígado, a casca da laranja serve para problemas estomacais; a casca da aroeira muito usado em inflamações do útero; a romã muito usado para tratar garganta inflamada; a alfavaca, o capim santo, a folha de laranja e a erva cidreira são calmantes; a casca de imburana combate a sinusite; o caroço de abacate e a vassourinha são anti-inflamatórios para os rins; a semente de urucum, o gengibre e a safroa são úteis no combate à rouquidão; a casca da ameixa também é um anti-inflamatório; o leite de gergelim é um eficaz regulador menstrual; a casca do cajueiro contra pigarros e leves irritações na garganta; o bamburral serve para gastrite e problemas estomacais como “arroto choco” e o “empazamento”- empachamento; o eucalipto combate a febre e tanto o pião roxo como mufumbo, a arruda, são usados nas benzeduras feitas pelo os rezadores.

A utilização de ervas medicinais, assim como, de orações nos procedimentos de cura, realizados pelas rezadeiras, consolidou-se inicialmente com o intuito de ajudar familiares ou vizinhos nos momentos de doença, visto que, nos primórdios do Brasil, o auxílio de médicos especializados era quase inexistente e que eles, pouco ou nada sabiam do tratamento oferecido pelos rezadores. Devido a isso, sempre que necessário, recorria-se aos saberes desses agentes informais, o que é percebido ainda hoje, como resultado da persistência de elementos oriundos dessa diversidade de práticas religiosas que fazem parte da cultura popular brasileira.

Através das rezas e benzeduras é possível curar quase todo tipo de enfermidade tanto da carne, como do psicológico humano. As rezadeiras são procuradas não só para a cura carnal, mas também mental, servindo de *psicóloga* por muitas vezes. É na fé das rezadeiras que muitas pessoas se sentem encorajadas a enfrentar seus problemas.

Existe um modo bem peculiar de denominar certos males, isso foi passado de geração em geração e muitos dos mais velhos não conhecem outra denominação senão essas: espinhela caída, quebrante, sol na cabeça, entrosada, vento caído, etc. Francimário Vito dos Santos (2004) faz destaque de algumas doenças e males curados através das

rezas, como por exemplo: Quebrante, espinhela caída, sol na cabeça, entrosada e vento caído⁸⁹.

Histórias e Memórias das parteiras de Camocim

As parteiras de Camocim por muitos anos foram vistas como essencial para vida das mulheres, bem como para as suas comunidades rurais. As mulheres ao engravidar já falavam antecipadamente com aquelas que já tinham feito partos de outras mulheres e ficavam seguras para o aguardado dia em que dariam à luz. Era trabalho das mulheres da família ter atenção com a gestante e quando ia se aproximando a data o marido se encarregava de chamar a parteira para que esta esperasse em sua casa o momento do parto.

É importante verificar que o trabalho da parteira não se limitava apenas na hora do parto. Ela, diante do contexto em que se encontrava a gestante, procurava ajudá-la também de outras maneiras para o momento mais esperado, esse trabalho de base deve também ser reconhecido, sua ajuda começava bem antes do parto ajudando a gestante no autoconhecimento dos sintomas que antecederiam o tão aguardado momento.

Tudo isso repetiu-se por muito tempo, pois era uma tradição passada de mãe para filha. As experiências iam sendo compartilhadas e as gestantes confiavam inteiramente naquelas que iriam ser seu suporte maior quando chegasse a hora. Com a parteira e a privacidade de sua casa, as mulheres sentiam-se mais seguras e aquele momento seria de mais conforto e certeza de que tudo daria certo. Algumas mulheres relatam que gostavam do fato da parteira ser mulher porque tinham vergonha de mostrar suas partes íntimas.

Mesmo depois do parto, a parteira permanecia na casa da mulher para cuidar dela e do umbigo da criança ou para alguma eventualidade, caso viesse acontecer.

É sabido que o trabalho dela estava mais concentrado no auxílio da gestante especialmente no período que antecedia o grande momento do parto, mas alguns estudos sugerem também que o acompanhamento em muitas situações já acontecia no início da gestação, e que os conhecimentos que a parteira portava eram também utilizados nesse segmento.

Relatos das Parteiras de Camocim

O estudo das parteiras e a sua atividade de partejar demonstram o grande trabalho que elas vivenciaram durante a sua trajetória, o contexto quase sempre era o mesmo, a grande difusão por trás da atividade da parteira era decorrente das difíceis condições sociais que as pessoas tinham nesses tempos passados e diante disso a missão da parteira era auxiliar a gestante nesse grande momento.

Diante disso, é importante conhecer os relatos e histórias por trás dessa profissional que por muito tempo e até nos dias atuais ainda desempenha essa atividade com muita dedicação em ajudar a gestante durante todo o processo do parto.

⁸⁹ Sobre as doenças citadas e sua terapia de cura ver SANTOS, Francimário Vito dos. *Op. Cit.*

A senhora Antônia Emília da Paz⁹⁰, hoje com 68 anos, conta que começou seu ofício de parteira aos 38 anos, e já fez aproximadamente, 40 partos. Ela morava na zona rural de Camocim, conhecido como Boqueirão dos Caripino e o que fez para optar por ajudar as mulheres de sua comunidade na hora do parto foi o fato de sua mãe ter falecido em decorrência de uma raiva que sofreu no período do resguardo. Segundo D. Antonia Emília:

Meu primeiro parto foi quando um rapaz de outra comunidade me chamou para ajudar sua esposa em trabalho de parto, mas ao chegar no local a mulher já estava em um trabalho de parto no pé de uma bananeira. No meu segundo parto vi que o caso era mais complicado, o bebê nasceu, porém a placenta não saiu, então pedi que o marido buscasse um carro para levar ela para o hospital da cidade, infelizmente precisaram retirar seu útero e ela não pôde mais ser mãe, senão aquela vez somente⁹¹.

No terceiro caso relatado por ela às quatro horas da madrugada a mulher estava quase “dando a luz” e foi para a cama, ela já se encontrava no local, a bolsa estourou em seu rosto e o bebê logo nasceu saudável. Ainda ajudou as enfermeiras no hospital, pois elas com pouca experiência precisaram de ajuda em alguns momentos. Ela falou que um dos seus piores momentos foi a morte da nora com o seu bebê no hospital da cidade, onde a assistência foi ruim, não permitiram que ela ajudasse e sua nora acabou falecendo.

O segundo relato foi da parteira Maria de Fátima Mendes⁹², hoje com 66 anos, aposentada, mas continua desempenhando uma atividade que desde jovem ela faz, ela relatou que nos seus 31 anos de idade ela iniciou a sua missão de pegar crianças nas casas onde as pessoas pediam a sua ajuda. Segundo D. Maria de Fátima: “Foi em 87 que comecei a pegar as crianças em uma comunidade próxima onde eu morava. O meu primeiro parto aconteceu em uma localidade de Chaval, o menino hoje tem 37 anos e reside no mesmo interior.”

Dona Maria de Fátima Mendes ao relatar sua trajetória como parteira diz que durante toda a sua missão nenhuma criança veio a falecer, ela agradece muito a Deus por todo o momento em que ela foi solicitada ter conseguido êxito durante todo o trabalho de parto de suas gestantes. Na realização do parto dona Fátima utilizava alguns materiais que ela descreve como: “Quando eu fazia os partos eu usava materiais como tesoura, álcool, cordão ou lâminas”. Ela conta que nos dias de hoje ainda utiliza lâminas; para limpar os materiais, lavava com álcool e passava no fogo de uma vela⁹³.

A dona Fátima também contou que em 32 anos já é “avó” (parteira) de mais de 1200 crianças, essa denominação ela utilizou para identificar os partos que ela realizou durante a sua caminhada. Ela conta também que o seu trabalho não se limitou apenas no contexto de sua casa ou da residência das gestantes e ressaltou que realizou muitos partos, ela falou que para ela não tinha distinção entre uma criança e outra, ela procurou sempre ter muito cuidado durante a realização do parto das gestantes. A dona Fátima citou que nos dias de hoje ainda é procurada por gestantes para realizar exames e auxiliar no parto.

⁹⁰ Entrevista realizada Com a Sra. Antonia Emília da Paz, 68 anos, moradora na comunidade de Boqueirão dos Caripinos, na zona rural de Camocim – CE, no dia 28 de setembro de 2018.

⁹¹ Idem.

⁹² Entrevista realizada Com a Sra. Maria de Fátima Mendes, 66 anos, moradora na sede de Camocim - CE. Entrevista realizada no dia 28 de setembro de 2018.

⁹³ Idem

Ao longo do seu ofício a dona Fátima também teve alguns partos complicados como ela descreve abaixo:

Eu lembro que recebi uma senhora que se chamava Maria, ela veio do interior para o hospital São Francisco. Nesse dia eu estava de plantão, já estava muito cansada devido à rotina, ela estava com muitas dores e as contrações só aumentaram quando a criança deu início a nascer, a mesma se encontrava em pé, já quase sem força. Eu já estava nervosa quando pedi ajuda ao médico plantonista que prontamente tirou a criança do ventre da mãe já quase sem vida, pois ela estava com dificuldade de respirar, foi aí então, que eu e o médico começamos a dá massagem e a criança sobreviveu⁹⁴.

Ela também citou que durante a realização do parto nenhuma das gestantes que ela auxiliou nesse momento veio a falecer, algumas vezes ela conta que as mulheres nas primeiras dores já tinham seus filhos, mas que em outros momentos os partos que ela auxiliava eram complicados.

A parteira Fátima relatou que iniciou sua profissão com 31 anos de idade, ela veio embora do interior procurar serviço na cidade de Camocim, aí ela foi junto a maternidade e falou que já tinha experiência de realizar partos em casa, depois ela foi até o Funrural⁹⁵ se apresentou e por intermédio de uma pessoa de influência da época conseguiu trabalho. Ela também citou que escolheu essa profissão pela falta de conhecimentos ou oportunidades, antes de ser parteira ela fez curso de orientadora de saúde, mas antes de se dedicar ao ofício e parteira ela era professora em Chaval.

Nos relatos de dona Fátima pode-se perceber que ela atuava em casa, mas, também prestou serviços na maternidade de Camocim, isso demonstra que já nesse tempo havia uma grande parceria entre o processo de medicalização do parto unidos com os conhecimentos caseiros e de vida que são trazidos pela parteira durante a sua prática.

Já dona Terezinha Maria de Jesus que hoje se encontra com 90 anos de idade, em seu relato ela conta que começou o ofício de parteira muito jovem ainda, quando a sua sogra Luzia Gonzaga já tinha essa missão de pegar as crianças e convidava dona Terezinha para fazer companhia a ela, então ela ficou ajudando no ofício de parteira.

Com o falecimento de sua sogra, dona Terezinha, residente na comunidade de Cupim, continuou a fazer o trabalho dela, antes de falecer, Luzia Gonzaga ensinou as orações e também os remédios que ela usava quando estava precisando durante a atividade de parto nas gestantes. Dona Terezinha conta que já faz mais de dois anos que ela não pega nenhum menino, mas ainda tem coragem de fazer o mesmo trabalho de antes.

Ela contou que durante toda a sua trajetória nunca deixou uma mulher morrer durante a atividade de parto, ela sempre se apegava a Deus e nas suas orações, essas deixadas pela sua sogra antes de morrer.

As orações⁹⁶ realizadas durante o processo eram para conter uma possível hemorragia da mulher grávida, dores intensas e uma para retirar o pesadelo de perto da mulher. Em conjunto com as orações ela utilizava remédios para facilitar a atividade de

⁹⁴ Ibidem

⁹⁵ Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, voltado para contribuição social.

⁹⁶ As orações utilizadas eram de São Raimundo Nonato, O Pai Nosso, A Salve Rainha, o Creio em Deus Pai.

parto, como o chá de pimenta malagueta, limbiriba, coentro e ovo morno com pimenta do reino para o aumento das dores, daí então as crianças nasciam num instante, conta ela.

Dona Terezinha relatou também que pegou muitas crianças, foram mais de cem partos realizados, descreveu como fazia os procedimentos, inicialmente ela cortava o umbigo, banhava e depois, vestia, defumava com o cachimbo que ela utilizava, ela também gostava de acender uma vela para iluminar aquelas crianças que estava vindo pela primeira vez ao mundo, daí então, rezava para nossa senhora e o anjo da guarda das crianças.

Alguns anos depois quando já tinha muitos e muitos netos, algo em torno de 60 netos eu fui chamada para um trabalho e desloquei muito feliz para realizar mais um parto. Quando cheguei que avistei a mulher me apeguei a Jesus e pedi ajuda diante da situação que poderia acontecer algo de errado, fiz minhas orações e logo a criança nasceu, agradei muito a Deus por ter dado tudo certo. Após o nascimento da criança eu vi uma carne e chamei o marido da grávida, disse pra ele pegar um punho de rede de um lado e colocasse no chão, deitei de cabeça para baixo e em seguida tomei o sangue de palavra (oração) e logo tudo voltou ao lugar.⁹⁷

É possível observar que cada uma das parteiras reagia de uma forma diferente diante das situações adversas que fizeram parte do contexto das suas histórias na realização do parto de muitas gestantes. Nesses três relatos se conheceram um pouco da dimensão que é o trabalho desenvolvido por uma parteira, cada uma com suas particularidades, mas somente com um objetivo que é o de ajudar a mãe gestante a ter o seu filho. Cada uma procurou realizar o seu trabalho de acordo com os conhecimentos de vida e provenientes também da contribuição de outras pessoas.

Como visto, as vivências de cada uma foram importantes para que elas desempenhassem a sua missão durante a sua vida, outro fator também que contribuiu para o exercício de sua função foi a motivação que essas parteiras receberam ao longo de sua vida para ajudar cada vez mais as mulheres gestantes do seu tempo.

Considerações Finais

O dom da reza, como assim chamamos, é ou pelo menos deveria ser passado de geração em geração. Antigamente era muito comum que a pessoa mais velha da casa fosse rezador(a), porém com o passar dos anos, as transformações vivenciadas pela sociedade fez perder-se grande parte dessa herança milenar. O fato é que essa cultura está se perdendo com o tempo.

Trazendo para os dias atuais, sabemos que tudo está mudado, as rezadeiras que antes eram vistas como único meio de cura, de certo modo perderam seu lugar para as farmácias e hospitais, isso é mais nítido nos centros urbanos, na zona rural embora já difícil de serem encontradas, as rezadeiras são mais presentes. A população mais jovem não é familiarizada com as benzeduras, sendo que a desvalorização das rezadeiras se deve principalmente a isso.

⁹⁷ Entrevista realizada Com a Sra. Terezinha Maria de Jesus, 90 anos, moradora na comunidade de Cupim zona rural de Camocim - CE., no dia 20 de outubro de 2019.

Em relação aos partos domiciliares, estes foram diminuindo ao longo do tempo, alguns fatores contribuíram para esse cenário como o surgimento dos agentes de saúde no ano de 1991, que deram uma nova cara no processo de assistência à gestante e o melhoramento do processo de medicalização no interior do estado onde a futura mamãe teria uma facilidade maior de chegar à maternidade.

As rezadeiras e parteiras são “mestres da cultura popular”, não podemos deixar que este ofício se perca no tempo. Preservar essa prática e essa memória para que as futuras gerações possam conhecer e assim respeitar, é fundamental.

Há a necessidade de se preservar a memória. Essa é fundamental para a consciência da identidade de um determinado grupo, e que se constitui através da vivência, do dia-a-dia, ou seja, através do cotidiano das pessoas, que vivem em sociedade. A memória, ainda que seja conteúdo dos indivíduos, necessita ser coletiva, para a garantia de sua preservação.

REFERÊNCIAS

- BERGSON, Henry. **Memória e vida**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BORGES, Miguel Ângelo Velanes. **Saberes e práticas de rezadeiras e benzedadeiras em comunidades de Camaçari**: diálogos entre saberes populares e educação formal. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 29., 2017, Brasília. **Anais...** Brasília: Universidade de Brasília, 2017, p. 6.
- BRAGA, Francisco Demétrio Parente. **Para tudo existe a reza**: orações e curas populares na cidade de Cariré (2007-2008).2008. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Vale do Acaraú, Sobral, 2008.
- HOBSBAWN, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: editora paz e terra, 1997.
- LARGURA, Marília - **Assistência ao Parto no Brasil**: Aspectos Espirituais Psicológicos, Biológicos e Sociais - São Paulo – 2000.
- LARGURA, Marília. **A assistência ao parto no Brasil**. São Paulo: Agir, 1998. 155p.
- PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro. Projeto história, São Paulo, v. 14, p. 25-39, fev. 1997.
- SANTOS, Francimário Vito dos. **O ofício das rezadeiras como patrimônio cultural**: religiosidade e saberes de cura em cruzeta na região do Seridó potiguar. 2004. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Departamento de Ciências Sociais, Natal.
- SILVA, Cláudia Santos da. **Rezadeiras**: guardiãs da memória. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 5., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009.
- SOUSA, Ronald Felipe Barreto de. **“Pra curar tem que ter fé**: curandeiros, benzedadeiras e rezadores – memórias de indivíduos numa perspectiva histórica. In: ENCONTRO ESTADUAL DO CEARÁ, 14., 2014, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2014.
- SOUZA, Laura de Melo e. **O diabo e a terra de santa cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 2. ed. Rio de Janeiro: paz e terra, 1998, p. 44.
- WITTER, Nikelen Acosta. **Curar como arte e ofício**: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura. Tempo, Niterói, v. 10, n. 19, jul./dez. 2005. Disponível em: www.scielo.br/pdf/tem/v10n19a02.pdf. Acesso em: 13 maio 2019.

OS PESCADORES DE CAMOCIM: NARRATIVAS E IMAGENS

LIMA, Gírlane Carvalho⁹⁸
SALES, Telma Bessa⁹⁹

RESUMO: A abordagem sobre a pesca em Camocim diz respeito à prática da pesca artesanal como um modo de vida e parte integrante da cultura dos pescadores, detentores e herdeiros de um saber tradicional, processo que foi acumulado ao longo de muitos anos por várias gerações. Busca compreender aspectos do trabalho da pesca, situações de risco, o saber fazer, as ferramentas criadas e utilizadas na pesca e os perigos do mar. Como metodologia de pesquisa, a observação junto aos barcos, as imagens iconográficas, as ferramentas indumentárias, documentos dos trabalhadores, artefatos utilizados no barco em alto mar, objetos pessoais dos pescadores foram importantes além da metodologia de história oral. A partir das narrativas é possível destacar que há um contexto de transformações na pesca artesanal, desde a recusa das novas gerações para a pesca por vários fatores, novos instrumentos utilizados na atividade pesqueira, bem como a alteração do conhecimento tradicional da captura do peixe.

Palavras-chave: Pescadores – História oral - Cultura

⁹⁸Licenciada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR. Turma de Camocim-CE.

⁹⁹ Professora do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: telmabessa@hotmail.com

A história está sempre no centro das controvérsias. De que assuntos deve tratar? Os acontecimentos apenas, ou também os desígnios da providência, os progressos da humanidade, os fenômenos repetitivos, as estruturas? Deve pôr tónica na continuidade ou, pelo contrário, nas revoluções, nas rupturas, nas catástrofes? Deve ocupar-se prioritariamente dos indivíduos promovidos ao papel de heróis ou de massa? De quem tem poder e autoridade no Estado ou na Igreja ou, ao contrário, dos camponeses, do proletariado, dos burgueses, da população no seu conjunto e de todas as classes que a compõem? (LE GOFF, 2003 p. 17)

Gostaria de iniciar o texto me referindo à citação acima, que tem fundamental relevância em todas as pesquisas realizadas em minha vida acadêmica. Sim, coloco em evidência o que Jackes Le Goff exalta em seu livro *História e Memória*, expondo sobre o objeto de estudo a que se compromete o historiador, além de heróis e doutores da lei, o trabalhador comum, os *excluídos da história* como afirma Michele Perrot em sua obra inspiradora. Tais mudanças de perspectivas de objetos e o alargamento nas análises de fontes históricas, e uma nova maneira de escrever a história, são discutidas a partir das décadas de 1960 a 1970 sem esquecer das propostas dos *Annales* que trazem novos campos de estudo historiográfico.

Nesta perspectiva, nosso olhar se volta para os chamados trabalhadores que vivem do mar, os pescadores de Camocim, que foram objeto de pesquisa e estudo tendo como fruto uma monografia do Curso de História. A partir deste trabalho eis algumas reflexões sobre o universo da pescaria artesanal camocinense. Vejamos:



Figura 1: KOSTER, Henry. 'Travels in Brazil', 1816.



Figuras 2, 3: Fotos de Girlane Carvalho.

As imagens acima representam o mar e as embarcações, diferentes embarcações ao longo do tempo. Desde 1500, há registros do uso da jangada. Sim, a carta de Pero Vaz de Caminha traz essa observação “E alguns deles se metiam em almadias...duas ou três que aí tinham...as quais são feitas como as que eu já vi – somente três traves, atadas entre si. E ali se metiam quatro ou cinco¹⁰⁰.”

O estudioso Luiz da Câmara Cascudo também assinala: “Registros da utilização da jangada são encontrados no início do século XVI, onde eram utilizadas por escravos africanos para pesca na capitania de Pernambuco. O jangadeiro é filho de jangadeiro. Um por mil, não tendo a profissão fixada, escolhe a jangada para viver” (CASCUDO 2002 p. 8)

A primeira imagem é de autoria de um dos viajantes europeus ao Brasil Henry Koster, que viaja para Pernambuco para curar uma tuberculose. A fotografia está em seu livro ‘Travels in Brazil’ – 1816, publicado anos depois de sua estada no país e revela a Jangada de vela latina, com banco de mestre, leme e fateixa sendo produzido por 2 pescadores negros (proteiro e mestre) no século XIX, em Pernambuco (KOSTER, 2002).

Segundo o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a origem da jangada vem de uma embarcação utilizada pelos índios, denominada periperi e recebeu a influência de todos os povos que para cá vieram como africanos e europeus. E, ao longo destes séculos, transformou-se no que conhecemos como jangada, um dos barcos mais bem adaptados da costa nordestina.

As duas imagens de barcos acima (ao lado da imagem histórica vista pelo europeu) são de autoria de Girlane Carvalho. Trata-se de embarcações de Camocim na atualidade. Girlane é filha de pescador e exímia observadora do trabalho do pai e de sua família. Em suas memórias de infância estão presentes a fartura do peixe em sua casa, a geladeira sempre cheia, o banho de mar e a lida do pai e irmão na pesca.

Após um olhar de soslaio sobre as jangadas voltemos para o mar. Apreciar o pôr do sol na praia é realmente algo muito prazeroso. Ter um bronzeado bonito e uma pele dourada pelos raios de sol ... que beleza, hein! Ver e curtir o mar, na companhia de amigos, com boa música e aperitivos, ah, quem não deseja tempo e possibilidades de estar sempre vivendo assim, perto do mar!

Porém, trago neste artigo o mar da fadiga, da luta, dos perigos a que os pescadores ficam expostos ao se lançarem no mar para a pesca, enfim, as dificuldades encontradas frente às exigências da sobrevivência. E ainda, o risco de não voltar da pescaria.

Inúmeras canções, novelas, filmes e livros retratam o sublime do mar, os apaixonados, os amores e desamores tendo o mar como testemunho. Poetisas e suas obras imortais como Sophia Breyner “Quando eu morrer voltarei para buscar os instantes que não vivi junto ao mar, porque o mar vive em mim, é minha paixão” .¹⁰¹

Vale lembrar os versos “Todos os dias Maria olhava o mar pela janela...Maria era do mar, mas o mar não era dela”. Esta canção portuguesa ‘Maria do mar’ da cantora Luisa Sobral, foi apresentada no Festival da canção do ano de 2018.

¹⁰⁰ Edição de base: *Carta a El Rei D. Manuel*, Dominus: São Paulo, 1963.

¹⁰¹ Sophia de Mello Breyner Andresen foi uma das mais importantes poetisas portuguesas do século XX. Foi a primeira mulher portuguesa a receber o mais importante galardão literário da língua portuguesa, o Prémio Camões, em 1999.

Outra canção brasileira que evoca o universo do mar é a canção ‘O mar’, de Dorival Caymmi no LP de 1957, que diz “O mar quando quebra na praia é bonito, é bonito”¹⁰². Como afirma o próprio autor da canção “O mar”, esta canção retrata uma tragédia na lida diária no mar: Em “O Mar”, tentei dar a sensação de como se renova diariamente a tragédia dos homens e mulheres dos cais da Bahia. A história de Pedro e Rosinha, o pescador e sua noiva está contida no motivo maior da beleza do mar”¹⁰³.

É possível também lembrar a simbologia do mar na dimensão da religiosidade à Iemanjá, a rainha das águas, senhora do mar. A importância da figura feminina representada pela mãe das águas e as celebrações em sua homenagem em todo país no dia 02 de fevereiro.

Além disso, para uma análise metafórica, vale também reportar à obra clássica ‘O velho e o mar’ de Ernest Hemingway que data de 1952. Vários linguistas e professores de literatura, teatrólogos e filósofos estudam esta obra que nos fala de um pescador e a sua épica aventura que, após vários dias de pesca e barco vazio, consegue fregar um grande peixe e não consegue desfrutá-lo ao chegar em terra firme.¹⁰⁴

Ao lado destas relações e ao se pensar no mar nosso de cada dia, importa conhecer a saga dos pescadores de Camocim. Desta forma, as reflexões aqui expostas advêm da monografia que trata dos aspectos relacionados à pesca artesanal na praia de Camocim, cidade situada no litoral norte do estado do Ceará. A autora Girlane Carvalho Lima é filha de pescador e sua pesquisa foi desenvolvida a fim de investigar, principalmente, as experiências da vida e trabalho dos pescadores artesanais, além de discutir o valor dos conhecimentos tradicionais, através do diálogo entre os saberes científicos e populares.

Como sabemos, a pesca é uma das mais antigas atividades exercidas pelo homem. Mais que uma profissão, a pesca artesanal é um modo de vida e parte integrante da cultura dos pescadores, detentores e herdeiros de um valioso saber tradicional, processo que foi acumulado ao longo de vários anos, numa verdadeira reprodução cultural de pai para filhos. Sim, em Camocim a pesca é a principal fonte de renda daquele grupo e o modelo de pesca utilizado é a pesca artesanal.

A referida pesquisa de Girlane Carvalho buscou dialogar com as entrevistas e as conversas informais com os pescadores, além de diversas visitas à casa de um dos pescadores, que possui uma família inteira na atividade pesqueira: a esposa (que trabalha como marisqueira) e o filho (que atua nas embarcações). A observação foi uma técnica bastante importante nesse estudo, e foi possível constatar uma diversidade de opiniões

¹⁰² O violonista, cantor, pintor e compositor baiano Dorival Caymmi (1914-2008) construiu sua obra inspirado pelos hábitos, costumes e tradições do povo baiano, tanto que desenvolveu um estilo pessoal de compor e cantar, demonstrando espontaneidade nos versos, sensualidade e riqueza melódica. Cf. Paulo Peres Site Poemas e canções. CAYMMI, 1978. Disponível em: www.rbec.ect.ufrn.br.

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ Cf. revistacult.uol.com.br – acesso em 21.03.2020 - Último romance do autor publicado em vida, a narrativa é centrada na história de Santiago, um velho pescador cubano. Após 84 dias sem conseguir uma presa, mas instado por um jovem companheiro a continuar tentando, o velho pesca um descomunal peixe Marlim de quase 700 quilos. Depois de horas de luta, Santiago consegue atracar a pesca em seu barco e parte para a costa cubana. Ao chegar em terra, constata que o peixe fora devorado no trajeto, sobrando apenas sua carcaça.

sendo essencial perceber se as afirmações ditas em entrevistas acontecem na realidade do dia a dia.

Outro aspecto importante do processo da tessitura do trabalho foi a utilização de imagens iconográficas revelando as ferramentas indumentárias, artefatos utilizados no barco em alto mar, além de objetos pessoais dos pescadores. Fundamental também a metodologia de história oral e inevitavelmente o cruzamento de fontes para o enriquecimento do trabalho.

“Saber desde cedo a dobrar a rede, depois vai aprendendo até onde estão os cardumes”.

Baseado então em conhecimento transmitido ao pescador por seus ancestrais, pelos mais velhos da comunidade, ou que este tenha adquirido pela interação com os companheiros do ofício, este tipo de pesca conta para a operação, além dos instrumentos de pesca, a experiência e o saber adquiridos ao longo do tempo, é o que aponta (MALDONADO,1986).

A partir do diálogo com o Sr. Gleyson Carvalho Lima é possível afirmar que o início do processo de aprendizado na pesca, começava bem cedo. Os meninos, desde pequenos, acompanhavam o pai, o tio, ou muitas vezes os avôs e irmãos mais velhos até a praia para observá-los durante a saída e chegada do mar. Era através da observação que boa parte dos pescadores começaram a se apropriar dos conhecimentos da pesca. E esse processo de aprendizagem se desenvolvia de uma maneira informal, ou seja, a experiência dos mais velhos sendo transmitida na prática aos iniciantes. Vejamos a narrativa:

Aprendi com meu pai, meus tios, me ensinavam. Tudo que eu sei hoje foi através deles, do meu pai principalmente, depois através do tempo a gente vai aprendendo também. Eu tinha 11, 12 anos mais ou menos. Eu comecei a ajudar. Agente vai aprendendo né, com o tempo, vai tendo mais experiências, vai pegando o jeito. Fui vendo meu pai, meu tio. Ainda hoje pesco com meu pai. Eu sempre pesquei com ele e assim o tempo foi passando, fui vendo e aprendendo.¹⁰⁵

A internalização desses conhecimentos, inicialmente, como vimos no depoimento de Gleydson Carvalho Lima, se dá através da observação, mas a prática se torna fundamental nesse processo, já que a comunicação utilizada pelos pescadores é a oralidade, diferentemente do pensamento científico, que utiliza primordialmente a linguagem escrita. São esses conhecimentos, adquiridos com o tempo, que permitem aos pescadores se reproduzirem como tais, através principalmente da prática, da ação, onde experimentam, contrastam, atualizam e aprendem sempre novos saberes no meio em que atuam: “Quando o cara não tem experiência, tá começando, erra muito na pescaria” ... Tem que ser assim, ele erra, faz de novo, aí vai acertando. Aprende errando e ouvindo os conselhos dos mais velhos, que aliás já erraram muito também...”¹⁰⁶.

Outro fator que nos leva a refletir sobre as características da pesca de Camocim é o abandono dos estudos, visto que a maioria (se não todos) parou de estudar quando se

¹⁰⁵ Gleydson Carvalho Lima, pescador, entrevista realizada em sua casa, Camocim, por Girlane Carvalho.

¹⁰⁶ Idem.

iniciaram na atividade. Ao dialogar com o Sr. José Ferreira Lima, o Zezinho, eis a narrativa sobre sua vida:

Aprendi a pescar sozinho vendo, observando e praticando com meu pai que era pescador. Ai quando eu ia fazer 8 anos de idade, eu já comecei a ir com ele. Depois eu comecei a ir com os outros companheiros do meu pai. Com 19 anos, eu comprei uma canoazinha pequena pra mim e ali eu parei de estudar, ou eu estudava ou eu pescava. Eu fiz até a 7^o série, fui pescar pra tentar pagar meus estudos já que meu pai não estava mais com condições de pagar, naquela época tinha escola pública, mas as vagas eram poucas, e pra não ficar sem estudar meu pai mesmo sem ter muitas condições me colocou em uma escola particular. Até que ele não tinha mais nenhuma condição de pagar, foi ai que eu comecei a ir pro mar, pra pagar meus estudos. Naquele tempo se terminava os estudos na 8^a série, mas com o trabalho duro e cansativo do mar eu acabei desistindo¹⁰⁷.

No depoimento acima percebemos que os pescadores acreditam que o abandono dos estudos se configura como um fator inevitável na sua vida. Em conversa, observou-se que, apesar de não terem escolarização, possuem uma grande bagagem de conhecimentos sobre a pesca, mas mesmo assim não acreditam que estes saberes são importantes para o restante da sociedade, apenas para o grupo em que vivem. Esses saberes, adquiridos ao longo da vida no meio em que vivem diariamente, vão servir para confirmar ou modificar algumas crenças, possibilitando um contínuo aprendizado.

De acordo com as falas dos pescadores, percebe-se que no início, a observação é essencial; todos os entrevistados afirmam que aprenderam dessa forma. Na convivência com eles, percebeu-se que várias crianças correm quando as canoas chegam do mar, seja pela curiosidade de olhar o que vem dentro dela, seja para ajudar a empurrar a canoa até seu lugar. As crianças no grupo estudado frequentam diariamente a escola, diferentemente dos pescadores entrevistados que, quando crianças, abandonaram os estudos para se dedicar (seja por necessidade ou gosto) a atividade pesqueira. No turno em que não estão estudando, as crianças do grupo ajudam em atividades pesqueiras, ou seja, ajudam a tirar os peixes das redes, dobram as redes, ajudam a levar o pescado para dentro dos monoblocos.

Essas atividades, vistas como “ajuda”, se configuram como necessárias para a aprendizagem da pesca, já que o “bom” pescador, segundo os entrevistados, “é aquele que sabe desde cedo dobrar a rede, depois vai aprendendo até onde estão os cardumes”, como afirma o pescador Gleyson Carvalho Lima. Muitos pescadores, quando as crianças estão em volta, distribuem alguns peixes para elas, o que não deixa de ser um estímulo para que essas crianças desenvolvam, desde cedo, o gosto pela profissão. Para este pescador a pesca tem um papel muito importante na sua vida. Ao ser indagado sobre sua vida e a pesca ele fala do sentido da dela. Vejamos:

¹⁰⁷ José Ferreira Lima (Zezinho) pescador na entrevista realizada em sua casa por Girlane Carvalho.

[...] Eu gosto de ser pescador, é meu sonho desde pequeno, desde moleque mesmo, eu via aquelas canoas saindo e chegando no final do dia e ficava imaginando o que eles faziam lá fora... queria tanto descobrir! Parecia uma aventura muito legal, e só fui descobrir quando cresci né... Mas eu continuo adorando, é como se todos os dias que a gente sai é um mistério, sabe? Mesmo em dias de descanso como no domingo em que meu pai tira o dia para descansar eu sempre vou com uns amigos meus que não são pescadores e que vão só por curiosidades e outros por divertimento mesmo sem deixar de levar uns pescados fresquinhos para se comer em casa.¹⁰⁸

Outro fator que deve ser analisado, uma vez que apareceu nas narrativas dos entrevistados, é a importância das relações familiares na atividade pesqueira. A família representa a primeira inserção na pesca. As relações familiares se estendem para desenvolver o gosto da criança pela pescaria, fazendo com que, nas horas de folga da escola formal, na qual praticamente todas as crianças estão inseridas, estas aprendam outras relações e ligações, só que na escola da vida. A escolarização, como visto anteriormente, não é imprescindível para a iniciação na pescaria, já que boa parte dos pescadores entrevistados não terminaram nem sequer o ensino fundamental, mas eles defendem que a criança deve ter oportunidade de estudar para poder optar em ser ou não pescador.

Embora acreditem que os estudos são importantes, como vimos, a maioria abandona a escola logo nos primeiros anos. É comum ouvir na conversa com eles, “o estudo é importante, mas temos que escolher em se dedicar a pesca ou estudar. E estudar não dá dinheiro... pelo menos agora. Mas a gente precisa sobreviver e ajudar a família, né?”.

Apesar de começarem a transmitir seus conhecimentos tradicionais para as crianças desde bem pequenas, os pescadores acreditam que é somente na prática que eles se configuram em um saber valioso.

É importante considerar estudos como as pesquisas de estudiosos como (DIEGUES,1983; MALDONADO 1986) em que discorrem sobre a identidade, o trabalho, os modos de vida do pescador artesanal. Na praia de Camocim, a pesca se caracteriza como artesanal, ou seja, se realiza exclusivamente pelo trabalho manual do pescador. Nele a participação do homem em todas as etapas e manipulação dos implementos e do produto é muito intensa, recolhimento e levantamentos das redes ou demais objetos. Este trabalho possui os seus períodos de atividades bem determinadas que correspondem à época certa de capturar determinados pescados. Além disso, os pescadores dependem do tempo, do clima, da maré e da lua.

É muito importante ressaltar os riscos ocasionados pela atividade pesqueira, visto que a pesquisa empírica realizada nesse estudo mostra por meio dos relatos dos entrevistados em vários momentos, que sua profissão, muitas vezes, representa enfrentar situações de riscos para a saúde e risco de morte.

Atualmente, é difícil a caracterização de comunidades tradicionais, uma vez que não encontramos comunidades que exerçam todas as atividades da mesma forma como

¹⁰⁸ Gleydson Carvalho Lima, pescador, entrevista realizada em sua casa por Girlane Carvalho.

as realizavam há várias gerações atrás; na maioria das vezes, já sofrem com influências externas e se modernizam bastante. Mas, dentro do contexto deste estudo, entende – se por populações tradicionais aqueles grupos sociais que têm um “modo de vida” diferenciado das populações urbano-industrial e que, via de regra, mantêm uma relação direta com os recursos naturais. O manejo dos recursos ocorre através do complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos (DIEGUES, 1983; MALDONADO, 1986).

Além disso, nas comunidades tradicionais há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o trabalho artesanal, em que o produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final, o que é o caso de Camocim. Os “mestres” são, muitas vezes, chamados de “patrão da canoa”. Patrão porque realmente são os donos da embarcação e, geralmente, os donos possuem uma idade mais elevada, conseqüentemente possuem, segundo os pescadores, mais conhecimentos na pesca. Durante a pesquisa foram entrevistados dois “patrões”, ou mestres para especificar sua colocação no grupo, já que existem exceções quanto à essa questão, ou seja, alguns pescadores considerados mestres pelos demais não possuem uma canoa.

Esses mestres guardam em si o conhecimento e a prática construída ao longo de anos. Ainda hoje, segundo Sr. Zezinho, “ele sabe mais, ele cuida de tudo na hora de sair, sabe a posição do peixe, da canoa”. Na compreensão de Diegues “o importante não é conhecer um ou outro aspecto, mas saber relacionar os fenômenos naturais e tomar decisões relativas as capturas (DIEGUES, 1983 p. 12)”. Ao dialogar sobre isso com o Sr. José Ferreira Lima, ele comenta:

[...] O cara é o dono, ele que manda. O mestre é o que fica na proa, o encarregado é o “Mandachuva”. Hoje, o cara trabalha em tudo, na proa, na popa, puxa as redes, então ai é que está o negócio. Um mestre de barco grande aí tem uns ganho, é tipo o engenheiro da obra, aqui não, é dividido tudo igual. Então se caso o cara é bom, de confiança, eu pego ele e digo “você trabalha na minha canoa, aí eu te dou tanto por fora”. Ganha por fora de mim, não do peixe que pescou. Então ele ganha 10%, aí eu ganho 100 reais e dou 10 pra ele¹⁰⁹.

Percebe-se neste depoimento que a figura do mestre mudou bastante em relação à hierarquia, ou seja, antigamente o mestre além de ser o dono da embarcação, ainda era quem fazia a rota e dava as ordens na hora da saída ao mar. Em conversa, percebeu-se que esse fato se dava porque toda confiança nele era depositada, já que “ele sabia tudo”, então, conseqüentemente, era seguro sair com ele para pescar. Atualmente, observou-se que a visão que os demais pescadores possuem dos mestres ainda é de profundo respeito. Ao perguntar ao Sr. Zezinho sobre quando um pescador pode ser considerado um mestre, ele relatou:

¹⁰⁹ José Ferreira Lima (Zezinho). Pescador. Entrevista realizada em sua casa, Camocim, por Gírlane Carvalho.

Para ser considerado um mestre mesmo tem que saber tudo da pesca, desde arrumar canoa e redes até saber quando o tempo está bom pra sair pro mar, a lua boa, onde estão os cardumes de peixes essas coisas. Porque isso a gente só aprende vivendo mesmo. Tem uns caras aqui que já passaram por muita coisa, até já ficaram afundados lá fora e sobreviveram. Então eles sabem o rumo que tem que tomar, que tipo de peixe vai encontrar, eles sabem tudo porque já viveram tudo.¹¹⁰

Os mestres por serem em sua maioria pessoas mais experientes, tanto na idade como nos anos de profissão, são bastante respeitadas pelos demais pescadores. Outros pescadores que possuem canoas não são considerados mestres, porque somente compraram a canoa, mas não entendem muito das técnicas da pesca e ciclo da natureza. Segundo eles, os mestres têm um conhecimento profundo sobre as marés, a lua, a posição dos peixes e época do ano. Percebe-se pela fala desses pescadores que seu conhecimento realmente tem muita importância para os demais, e eles se sentem honrados de transmitir para os que estão aprendendo.

A figura do mestre aparece como uma mistura de conhecimentos adquiridos ao longo da vida, assim como uma postura de disciplina, responsabilidade e empenho entre os pescadores mais jovens. É um misto de teoria e prática, é um olhar sábio, atencioso, que, segundo (MALDONADO 1986) é um ideal social para as comunidades pesqueiras.

Quando questionados sobre como se dá o processo de passagem de pescador para mestre, o Sr. Zezinho afirma que “não existe um momento certo para virar um mestre, você só considera o cara um mestre mesmo, quando o que ele te ensina funciona, como exemplo, ele diz para não sair que vem tempestade forte ou que no certo local tem peixe; você vai e confirma”.

Observou-se que os pescadores confiam nos mais velhos, e essa passagem de pescador para mestre se dá naturalmente, sem um ritual e sem nenhuma formalidade. Passam a considerar o pescador um “mestre” a partir do momento que passam a ter confiança em suas decisões e percebem na prática que ele realmente está certo na hora de encontrar cardumes e jogar as redes em conformidade com os conhecimentos que possui. O pescador é considerado, pelo grupo, mestre, uma vez que se encaixa nas características descritas até aqui. Um pescador considerado pelos demais como um mestre, chamado aqui de pescador Zezinho, iniciou na pesca aproximadamente no ano de 1971. Não mora mais na beira da praia, mas não passa um dia sequer, segundo ele, sem ir até a praia, seja para trabalhar, remendar(costurar) redes ou, quando o dia não está apropriado, para conversar. Para ele, a vida do pescador melhorou significativamente com as novas tecnologias, como o motor nos barcos, já que não precisa mais passar dias em alto mar. Esse fator tem muita influência nas relações familiares, de acordo com seu depoimento:

¹¹⁰ José Ferreira Lima (Zezinho). Pescador. Entrevista realizada em sua casa, Camocim, por Girlane Carvalho.

A vida dos jovens de hoje é muito mais fácil do que no tempo em que eu estava iniciando na pesca. No tempo em que iniciei, se ouvia muito mais o que os mais velhos tinham a dizer, o respeito era maior, esse fator influencia diretamente a pesca, já que não se ouve o que os mais experientes têm a ensinar, o que pode prejudicar quando eles saem para pescar.... “o pescador é teimoso”. Mesmo quando você tem mais experiência, conhecimento que teu companheiro, você fala e aconselha, mas ele não ouve ¹¹¹.

O mestre, como comentam os pescadores, é quem “guia” o barco pelo mar. Esse guiar simboliza o ato de conduzir homens na direção de seus caminhos de sobrevivência em um espaço marítimo marcado por riscos e incertezas, nele o restante da tripulação se deixa mover pela confiança e segurança depositadas no depositário dos saberes tradicionais pesqueiros.

O saber fazer e os instrumentos da pesca

Como amantes do mar olhamos as embarcações e apreciamos de fato a vista da jangada indo e vindo ao balanço das ondas. Aqui vamos elencar alguns aspectos do local de trabalho dos pescadores. Muitas formas de capturar o peixe e os próprios instrumentos de pesca foram modificados. A narrativa do Sr. Zezinho sobre o processo de mudanças na atividade pesqueira na região, revela mudanças no conhecimento tradicional, entre as práticas de captura do passado e as atuais na pesca local:

A única diferença que tem agora, é que as canoas são motorizadas, mais rede, embarcações maiores, mas o sistema de captura é a mesma coisa. Pegava uma canoa daquele ali e fazia o mesmo que se faz hoje. E se duvidar, com melhor conhecimento, porque o conhecer era na altura (posição) certa, em que o peixe ficava. Agora não sabem onde tá o peixe, a não ser com o navegador, porque pra pegar peixes tem que saber a altura certa que tem peixe e isso é só pra quem sabe a altura certa.¹¹²

E ele continua sua história. Em outro depoimento, ele reflete sobre um contexto de transformações na pesca, constatação que o ofício não está passando de geração em geração. Se como observa o pescador, “naquela época era pescar ou pescar”, hoje, os novos instrumentos apontam para outra direção:

Antigamente a gente primeiro trabalhava pelo sol, pelos ventos, pela lua. Então, era tudo com costa à vista, né! Tu via o barranco, a ponta do mato, a direção do farol era uma forma de ter um norte. Então começava a trabalhar e aí a pesca começava, os aparelhos chegaram e com essas novas tecnologias as coisas foram mudando. A comercialização aumentou, a pesca começou a ser explorada, aquela coisa né. ¹¹³

¹¹¹ José Ferreira Lima (Zezinho). pescador. Entrevista realizada em sua casa, Camocim, por Girlane Carvalho.

¹¹² José Ferreira Lima (Zezinho). Pescador. Entrevista realizada em sua casa, Camocim, por Girlane Carvalho.

¹¹³ José Ferreira Lima (Zezinho). Pescador. Entrevista realizada em sua casa, Camocim, por Girlane Carvalho.

O depoimento revela que no passado as oportunidades eram muito limitadas, enquanto hoje, o comércio e o turismo oferecem uma variedade muito grande de empregos, o que acaba por afastar muitos jovens e filhos de pescadores desta profissão. De acordo com Gleyson Lima, “pra continuar a vida inteira na pesca primeiro lugar, tem que gostar muito, ser apaixonado mesmo pelo mar, senão não aguenta...” Talvez por terem mais opção, como diz o pescador, seus filhos não se identificam mais como pescador artesanal.

No diálogo sobre sua vida de pescador, sobre as crianças e os jovens ele expressa uma relativa decepção ao notar que os interesses dos jovens são outros. Assim ele faz sua narrativa:

Nem se interessam mais pela pesca, são tudo preguiçosos, é que agora tem mais opção de trabalho, diferente daquela época que era “pescar ou pescar”, não tinha outra opção. Então, não querem ficar suando, com a mão cheia de calo e passando frio”. Meu filho tem 11 anos ele adora a praia, mas para banhar e brincar. “Pescar nem pensar”.¹¹⁴

Eis as imagens dos instrumentos de pesca, a começar pelas embarcações ancoradas. As fotografias são de Girlane Carvalho. Eis a imagem do detalhe de onde ancoram as embarcações:



Figura 4: Leme: é instalado na popa da canoa. Tem a função do comando da direção.



Figura 5: Cana de leme: é instalado no

leme para guiá-lo.



Figura 6: Arpão: lança utilizada para fisgar o peixe.

¹¹⁴ José Ferreira Lima, pescador Zezinho. Entrevista realizada em sua casa, Camocim, por Girlane Carvalho..



Figura 7: linhas de nylon seda ou nylon plástico para a captura de peixes pequenos.



Figura 8: Navegador.



Figura 9: linhas de nylon para segurar o anzol.

Estes materiais são confeccionados pelos próprios pescadores. Eles que enfrentam e mantém este ofício apesar das dificuldades, da falta de valorização e apoio para a conquista de melhores condições de pesca e de uma vida digna.

Eis a imagem do pescador que em uma das conversas realizadas afirma que o ofício melhorou significativamente com as novas tecnologias como o motor nos barcos, o GPS ou navegador, já que não precisa mais passar dias em alto mar.



Figura 10: Carteira de trabalho



Figura 11: pescador.

Esta pesquisa realizada por Girlane Carvalho possibilitou uma maior aproximação ao universo dos pescadores. Aproximou a pesquisadora dos seus interlocutores, pois mesmo sendo uma realidade que presencia desde criança, as conversas e visitas que realizou inúmeras vezes para gravar as narrativas, fotografar e dialogar com seu pai e os amigos do seu pai teve para ela um grande significado pessoal e acadêmico.

Importa destacar sim que a pesquisa é uma experiência transformadora e, de fato, ao encarar questões como a importância do estudo, as mudanças nas ferramentas de trabalho, a situação de pobreza sem acesso à educação, saúde de qualidade e moradia precária, nos leva a pensar como todos os avanços tecnológicos e da ciência estão a serviço de uma vida digna para todos.

Considerando estas reflexões não há como silenciar diante da realidade de flexibilização do trabalho, perda de direitos que é a situação grave que vivemos hoje. Para os trabalhadores em geral e os pescadores especialmente, a carteira de trabalho é um documento cada vez mais distante. Para ter a carteira da zonal de pescadores tem que realizar um curso e, saber ler e escrever, o que infelizmente, não é o quadro dos pescadores de Camocim. Vários não recebem o auxílio governamental em época de defeso, pois não são associados à Zonal dos pescadores visto que não fazem o curso nem sabem ler.

A prática da pesquisa histórica vai além da recolha de documentos e narrativas. As iniciativas podem extrapolar a elaboração de um artigo ou Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. A experiência do curso de História no PARFOR abre as possibilidades de ampliar as reflexões além da sala de aula. Quiçá este tema dos pescadores tenha vida própria e envolva um maior número de pessoas, espaços e linguagens.

REFERÊNCIAS

- DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1986.
- KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Vol. 1. 11ª ed. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 2002.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p.17-18.
- MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do Mar**. (Série Princípios). São Paulo: Editora Ática, 1986.

UM OLHAR SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DAS PESQUISAS DOS ALUNOS DO CURSO DE HISTÓRIA DO PARFOR EM CAMOCIM – CE.

SANTOS, Paulo Henrique dos¹¹⁵
SILVA, Maria Geissiane da Conceição¹¹⁶
GOMES, Glaucimar da Silva¹¹⁷
BEZERRA, Viviane Prado¹¹⁸

RESUMO: O presente texto apresenta reflexões em torno do ensino de História, a partir de três Trabalhos de Conclusão de Curso em licenciatura em História ofertado pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, produzidos por três licenciandos que, cada um a seu modo, abordaram o ensino numa perspectiva renovada, fazendo um contraponto com os desafios do professor em romper com a herança do modelo tradicional de ensino, refletindo sobre novas metodologias e novas linguagens que trazem a dimensão do lúdico, das artes, como a dança, o teatro e o cinema, em busca de aproximar o aluno da disciplina de História e de estimular a criticidade e a consciência histórica do alunado. Desse modo, esses TCCs foram condensados, destacando-se, principalmente, a problematização das pesquisas empíricas, realizadas em algumas escolas da cidade de Camocim, Ceará. Nessas pesquisas, é possível uma aproximação com as experiências de gestores, professores e alunos da rede básica do ensino, em que se revelam desafios, conflitos e conquistas vivenciadas no universo escolar. Para tanto, enfatiza-se a perspectiva do ensino e da pesquisa na formação docente e sua importância para a valorização e renovação do ensino de História.

Palavras-chave: História. Ensino de História. Desafios docentes. Novas metodologias. Camocim- CE.

¹¹⁵ Licenciado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR. Turma de Camocim-CE.

¹¹⁶ Licenciada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR. Turma de Camocim-CE.

¹¹⁷ Licenciada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR. Turma de Camocim-CE.

¹¹⁸ Professora do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: vivianclio@yahoo.com.br

Introdução

O Ensino de História se configurou como objeto de estudo da História, principalmente, a partir das últimas décadas do século XX, vinculado à renovação historiográfica trazida pela História Nova francesa, ligada à Escola dos *Annales*. Como conceituou Peter Burke (1997) no próprio título de seu livro, os *Annales* foram a “revolução francesa da historiografia”, pois a abertura do conceito de fonte histórica, redimensionou tanto os métodos de pesquisa, como o estudo de novos temas e novos sujeitos históricos. Posteriormente, a temática do Ensino de História passou a incorporar também as abordagens do campo da História Cultural.

Desde então, muitas pesquisas sobre o Ensino de História foram desenvolvidas, abarcando um considerável número de historiadores e de historiadoras que se dedicaram a investigar desde os conteúdos e métodos de ensino da História, enquanto disciplina escolar, passando pelo estudo da produção, circulação e consumo do material didático, pela incorporação de Novas Linguagens no ensino de História, entre outros. De modo geral, pode-se dizer que todos esses estudos buscavam problematizar a renovação desse ensino, buscando o máximo de distanciamento do modelo tradicional, antiquado e repetitivo, como o antigo método da memorização de questionários pressupunha.

No âmbito do Brasil, nas últimas décadas do século XX, viveu-se um contexto de abertura política com o final da Ditadura civil-militar, que perdurou de 1964 a 1985, e que durante boa parte dela, a disciplina de história e demais Ciências Humanas foram abolidas dos currículos de ensino fundamental, antigo 1º Grau. A Reforma Educacional de 1971, Lei 5.692/71, reduziu a dimensão humanista/filosófica dos currículos e ampliou a dimensão técnica/profissionalizante. Nesse processo, a disciplina de Estudos Sociais, substituiu as disciplinas de História, Geografia, Sociologia e Filosofia. Ainda foram acrescentados ao novo currículo a disciplina de Educação Moral e Cívica, tendo em vista a necessidade de alinhamento da escola aos princípios de pátria, ordem e progresso, caros ao regime militar. Tais questões foram amplamente debatidas por Fonseca (2003, p. 23).

Nesse sentido, durante o período de abertura e de redemocratização do Brasil, muito se debateu sobre o retorno das disciplinas de História e demais humanidades aos currículos escolares. À frente desse debate, estavam importantes entidades representativas, como a Associação Nacional dos Professores de História – ANPUH e a Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, refletindo, principalmente, sobre a importância da renovação do ensino dessas disciplinas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, LDB 9394/96, reintroduziu as humanidades no currículo do Ensino Fundamental, além de corroborar com a necessidade de renovação do ensino no âmbito de todas as disciplinas escolares, o que incluía uma renovação dos métodos, dos materiais didáticos e das formas de avaliação escolar.

Enfim, a LDB 9394/96 trouxe uma nova concepção de escola, que se dizia democrática, cidadã e inclusiva e que buscava corresponder à complexidade de nova sociedade, em âmbito mais amplo, bem como, de uma nova cultura escolar, em âmbito educacional. Portanto, o surgimento e a consolidação da temática sobre Ensino de História no Brasil se inseriram nesse processo, demarcou seu espaço na historiografia, mesmo a contragosto daqueles que a entendiam/queriam como temática secundária.

Seguindo os esforços de renovação do ensino verificou-se, nesse percurso, cada vez mais uma aproximação entre Universidades e seus cursos de História, assim como, uma aproximação de editoras de livros didáticos e paradidáticos com as escolas de educação básica numa tentativa de estreitar esse diálogo tendo em vista a renovação dos materiais escolares e, também, de superar a antiga dicotomia entre pesquisa e ensino, como bem lembrou Bittencourt (2010, p. 72). Tanto isso é verdade que, nos dias de hoje, predomina a concepção de que o professor deve ser também pesquisador em todos os níveis de ensino. Por isso se faz tão importante a formação continuada para os professores da educação básica. Nesse sentido, é crucial que o sistema educacional em nível federal, estadual e municipal ofereça melhores condições de trabalho e de salário para que seus professores possam ingressar em cursos de Pós-graduação como Especialização, Mestrado e Doutorado e, assim, contribuir para a melhoria do ensino/pesquisa na rede pública de educação básica no Brasil.

No entanto, mesmo com uma vasta produção e muitas reflexões sobre o ensino de história em sua complexidade, o principal desafio para a renovação desse ensino ainda permanece, que é a superação do modelo tradicional de ensino atrelado ao discurso oficial da historiografia, ou seja, muitos pesquisadores do tema constataam que esse desafio ainda está presente na realidade de muitas escolas e na prática docente de muitos educadores. Exatamente por isso as pesquisas sobre o Ensino de História são cada vez mais urgentes e necessárias.

Nessa perspectiva, daqui por diante, serão apresentadas três pesquisas sobre a temática do Ensino de História, realizadas pelos alunos do Curso de Primeira Licenciatura em História vinculado ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR em parceria com a Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA e com a Prefeitura de Camocim, no estado do Ceará. Camocim foi o município sede desse curso, sendo as três pesquisas apresentadas decorrentes dos trabalhos de conclusão do curso - TCC. Portanto, toda pesquisa empírica de coleta de diversos documentos e realização de entrevistas orais, quanto à sistematização desses dados no processo de escrita é mérito do esforço dos alunos/autores. É importante que se diga que estes já possuíam experiência como professores da rede municipal de ensino, mesmo ainda não sendo na área de História, portanto, assumiram uma atitude historiadora, pesquisando e refletindo sobre o ensino dela realizado em seu município e, de modo mais direto, sobre a prática docente que passariam a desenvolver.

A pesquisa de Paulo Henrique dos Santos inicia a seção de apresentações e traz como objeto de estudo a relação ensino-aprendizagem da História, intitulando-se “Uma reflexão sobre o ensino de História: os desafios no ensino- aprendizagem de História na sala de aula da EEMTI Deputado Murilo Aguiar no município de Camocim-CE (2017 – 2019)”. Em seguida, apresenta-se a pesquisa de Maria Geissiane da Conceição Silva que analisa “A contribuição do lúdico no ensino de História na escola Estadual de Educação Profissional Monsenhor Expedito da Silveira de Sousa, no município de Camocim – CE (2018-2019)”. E por fim, a pesquisa de Glaucimar da Silva Gomes, que traz uma contribuição sobre o uso do cinema como nova linguagem para o Ensino de História e que realizou uma pesquisa de caráter bibliográfico intitulada: “O cinema como recurso pedagógico no ensino de História: reflexão bibliográfica”.

Nesse percurso de apresentação das três pesquisas citadas, será possível uma aproximação com a realidade presente em sala de aula, vivenciada pelos professores, alunos e gestores das escolas analisadas, bem como conhecer as experiências pedagógicas realizadas pelos professores de História atuantes nessas escolas que, diante de todas as dificuldades, buscam desenvolver um ensino renovado e prazeroso. É válido dizer que, os professores entrevistados para as pesquisas são relativamente jovens e realizaram sua formação acadêmica no decorrer dos anos dois mil, portanto, trazem um perfil de professor crítico, dinâmico, antenado com o novo modelo de ensino/pesquisa que vem se consolidando nas universidades do Brasil desde o final do século XX. Certamente, isso reverberará em sua prática docente.

Ressalta-se que todas as pesquisas citadas trazem uma breve apresentação da cidade de Camocim e das escolas pesquisadas. Para fins dessa publicação, os trabalhos de conclusão de curso aqui condensados, passaram por um processo de edição, no qual foram priorizados os tópicos referentes à própria pesquisa empírica realizada por seus autores, no sentido de privilegiar o que há de inédito e inovador no ensino de História das escolas referenciadas. Por esse caminho, a partir de agora, seguem os textos e os contextos de cada pesquisa.

Uma reflexão sobre o ensino de história: os desafios no ensino- aprendizagem de História na sala de aula da EEMTI Deputado Murilo Aguiar no município de Camocim-CE (2017 – 2019)

De acordo com o site da prefeitura de Camocim, esta é uma cidade localizada no estado do Ceará. Localiza-se na microrregião do litoral de Camocim e Acaraú. Entre 1838 e 1873, diversas famílias, inclusive algumas imigradas do interior, fixaram-se na região, atraídas pelo litoral, onde esperavam encontrar terras férteis. Aos poucos, desenvolveu-se o primitivo núcleo humano. De simples distrito policial, criado por volta de 1868, passou Camocim a categoria de distrito de paz, em 1878, e um ano depois, a de Município. A cidade de Camocim, atualmente, possui uma área de 1158 km² e sua população apresenta, aproximadamente, 60 mil habitantes. É a terra do grande aviador Pinto Martins¹¹⁹.

A Escola EEMTI Deputado Murilo Aguiar

A Escola EEMTI Deputado Murilo Aguiar é uma escola que se localiza geograficamente em uma região periférica da cidade de Camocim-CE e atende pelo menos sete bairros da cidade, além de atender uma parcela de alunos da zona rural de Camocim. A escola conta com muitos alunos comprometidos com a instituição, que respeitam e estão dispostos a colaborar no processo de construção de um novo momento para a educação na instituição escolar, como podemos observar nas informações contidas no Projeto Político Pedagógico da Escola – PPP, referente ao ano de 2019.

¹¹⁹ Informações retiradas do site: <https://camocim.ce.gov.br/>. Data de acesso: 20 de janeiro de 2020.

A condição socioeconômica da comunidade escolar é com renda per capita muito baixa, além da carência de acesso a espaços de lazer e ao consumo de uma cultura mais eclética. Nos bairros do entorno da escola apresenta-se o consumo de drogas, furtos dentre outros aspectos de risco. O uso de drogas entre os jovens vem se tornando cada vez mais frequente, e percebe-se uma desestrutura familiar de parte dos alunos e, principalmente, falta de participação da família na escola.

Visão da escola: concepções de ensino-aprendizagem e os desafios do professor de história na escola EEMTI Deputado Murilo Aguiar.

De acordo com o Projeto Político Pedagógica (PPP), o Ensino na Escola EEMTI Deputado Murilo Aguiar projeta o ato de ensinar a partir das premissas do sociointeracionismo, de Lev Vygotsky, visando assim à construção de novos saberes e não a mera repetição de fórmulas já prontas, sem desvalorizar, no entanto, a produção histórico-cultural da humanidade. A partir dessa concepção, a escola compreende o ensino como um processo de construção coletiva que valoriza, o quanto possível, o conhecimento prévio dos alunos.

Parte-se do pressuposto de que o estudante é o sujeito do processo de ensino aprendizagem e o professor age como o mediador desse mesmo processo, sendo responsável por favorecer as conexões necessárias com a construção do novo. Tal compreensão implica, conseqüentemente, numa postura atitudinal mais aberta por parte dos docentes, materializada na busca de novas abordagens metodológicas e estratégias que tornem os conteúdos formais significativos para a vida do educando.

Sendo assim, partindo da concepção de uma realidade escolar, na qual se apresenta uma multiplicidade de realidades e de indivíduos, o conhecimento pode se fazer de diversas formas, prima-se por uma aprendizagem que proporcione uma dialética entre o conteúdo curricular e os conhecimentos prévios do educando, de forma que essa aprendizagem possa ter significado, sentido e aplicabilidade no cotidiano discente. De acordo com Antonio Zabala: “Por trás de qualquer proposta metodológica se esconde uma concepção do valor que se atribui ao ensino, assim como certas ideias mais ou menos formalizadas e explícitas em relação aos processos de ensinar e aprender” (ZABALA, 1998, p.25).

A disciplina de História, na instituição é direcionada por uma grade curricular que está distribuída em quatro períodos no decorrer do ano letivo, dividindo o conteúdo programático nas três séries do Ensino Médio, baseada no que diz os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e adequada ao PPP (Projeto Político Pedagógico) da instituição. Junto a tudo isso, as habilidades para o processo de ensino e aprendizagem na escola estão também adequadas às provas externas que são feitas pelos alunos como: ENEM¹²⁰ e

¹²⁰Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): Criado em 1998, tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores.

SPAECE¹²¹. Nesse sentido, o professor da disciplina de História se adequa muito bem a sua realidade que por sua vez não deixa de ter seus desafios. Um dos pontos importantes citados pelos professores foi a forma de avaliação que a instituição assume:

O sistema de avaliação usado na escola é diversificado, ele não é só de forma quantitativa, aquela avaliação a partir de questões objetivas. Além de questões objetivas, também avaliamos a partir de questões subjetivas. Gosto muito de colocar os alunos para escrever, fazer reflexão sobre aquilo que foi discutido, fazer reflexão sobre o conteúdo abordado, filmes ou documentário que foi realizado. E eles a partir da sua compreensão, vão colocar no papel suas impressões. Não apenas o conteúdo, mas o significado que eles colocam no conteúdo. Acho isso interessante, porque nós tratamos de Ciências Humanas, e a ideia é fazer com que o aluno pense, reflita sobre aquilo que está aprendendo para que se torne mais significativo para eles. (Professor A, 2019)

Desse modo, o corpo docente coloca a importância do processo de avaliação, a proposta de avaliar está em conformidade ao contexto que é estudado e como o aluno vê isso de forma mais abrangente dentro das possibilidades de concepção do indivíduo.

As avaliações são quantitativas (forma objetiva) e questões subjetivas; a avaliação global do indivíduo, como por exemplo, o significado dos processos históricos, o significado da Independência do Brasil, o significado da Proclamação da República, o significado faz mais sentido do que uma data ou até mesmo personagem político, o significado do FATO. (Professor B, 2019).

A produção textual é a mais comum das avaliações do ponto de vista subjetivo na instituição. Segundo os professores, todo processo de ensino é importante para que o aluno entenda a proposta do ensino e se desenvolva. O planejamento, as intervenções, o material didático e paradidático utilizados tem efeito direto no processo de ensino e aprendizagem.

Sobre isso discorre Zabala:

É preciso insistir que tudo quanto fazemos em aula, por menor que seja, incide em maior ou menor grau na formação de nossos alunos. A maneira de organizar a aula, o tipo de incentivos, as expectativas que depositamos, os materiais que utilizamos, cada uma destas decisões veicula determinadas experiências educativas, e é possível que nem sempre estejam em consonância com o pensamento que temos a respeito do sentido e do papel que hoje em dia tem a educação (ZABALA, 1998, p.29).

Ao serem questionados sobre o maior desafio encontrado em sala de aula, nas aulas de História, os professores apresentam a falta de bagagem encontrada nos alunos que vão chegando ao Ensino Médio, principalmente, os alunos do primeiro ano. Eles dizem haver uma preocupante fragilidade na aprendizagem dos conteúdos de humanas, especificamente da disciplina de História.

¹²¹ Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Estado do Ceará (SPAECE): Desde 1992, caracteriza-se como avaliação externa em larga escala que avalia as competências e habilidades dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em Língua Portuguesa e Matemática. As informações coletadas a cada avaliação identificam o nível de proficiência e a evolução do desempenho dos alunos.

Eles pontuam as principais dificuldades: aprendizagem da leitura e escrita, uma limitação que fica evidente na hora de ler, escrever e de se expressar de forma oral. O outro é fazer com que os discentes tenham interesse pela disciplina de História, pois chegam acreditando que estudar História é decorar datas, personagens, fatos, o que eles menos entendem é que a História é importante para a vida deles e que tem impacto direto no contexto social que vivenciam, como ressaltaram os Professores, A e B da pesquisa realizada.

Esses desafios não são identificados apenas pelos professores de História, a coordenadora pedagógica da instituição ao ser questionada sobre os desafios encontrados pelos professores enfatiza que um dos maiores é realmente o nível de aprendizagem sob o qual os alunos chegam ao Ensino Médio, ou seja, a frágil base que trazem do Ensino Fundamental: “Há uma parcela muito grande de alunos que não tem conhecimento dos conteúdos da disciplina. Então, isso faz com que o professor pare e volte para poder nivelar o aluno e só um pouco depois, dê continuidade no conteúdo programático”. (Coordenadora Pedagógica, A. 2019).

E o que fazer diante dessa realidade? Segundo os professores, é necessária uma flexibilidade no processo avaliativo a fim de evitar a reprovação da maioria destes discentes; desmistificar a ideia de que a História é decorativa, que aula de qualquer jeito funciona, para isso, é preciso envolvimento com o contexto docente e discente, por meio das aulas fazer com que eles entendam que com a História irão entender o mundo.

Para mim o desafio maior é tirar o véu dos olhos dos garotos, então, o que tento fazer durante os três anos, é que o aluno chegue ao 3º ano com uma visão diferente e que possa fazer uma leitura do mundo de forma diferente, para que consiga entender como as engrenagens do mundo e da sociedade funcionam (Professor, B. 2019).

Assim, afirmam os entrevistados, as aulas vão acontecendo, as intervenções vão sendo feitas de forma variada com os alunos que apresentam maior dificuldade. Cada professor tem sua metodologia para atuar junto a esses alunos; o plano é flexível e abrangente de modo a atender os objetivos e conteúdos propostos para as aulas de História; o planejamento é semanal, tomando como base o processo de ensino e aprendizagem das turmas, e contempla aulas de campo, nelas, o aluno deixa a sala de aula para se deparar com as vivências na companhia do professor, aprendendo assim, além da teoria, a prática.

Com essas atitudes, é possível identificar os acertos que vão acontecendo nesse processo, o aluno vai aprendendo com coerência e entusiasmo. No decorrer do ano letivo são feitos os acompanhamentos do processo de ensino pela coordenação pedagógica e no final do ano letivo uma avaliação é feita por todo o núcleo gestor em relação aos professores da instituição. Essa avaliação é realizada a partir da Avaliação de Desempenho dos Professores das Escolas Públicas Estaduais e composta por doze pontos importantes: participação, produção, responsabilidade, planejamento, iniciativa, criatividade, gestão de sala de aula, relacionamento no trabalho, aperfeiçoamento profissional, ética profissional, assiduidade, pontualidade e penalidade. Nesses termos, o o(a) professor(a) é avaliado (a) a partir dos quesitos: sempre, quase sempre ou nunca. De

acordo com essa avaliação os professores da área de Humanas são bem avaliados e outro aspecto importante é o próprio aluno que, em sua exposição faz uma referência positiva às aulas de História, passando a gostar delas, ao longo do ensino médio.

A disciplina de História vista pelo educando e os métodos utilizados pelo professor de História

Sobre as discrepâncias entre o aprendizado dos conteúdos de História no Ensino Fundamental e no Ensino Médio apontadas pelos professores, os alunos atribuem à forma como ocorriam as aulas da disciplina de História no Ensino Fundamental e os novos métodos utilizados pelos professores do Ensino Médio.

Diferente da realidade do processo de Ensino Fundamental, no Ensino Médio ocorre uma proposta na qual as aulas são interativas em que há um domínio do conteúdo pelo professor, há uma ligação do processo histórico mundial e local, e uma conexão entre as disciplinas da área de Humanas. O aluno explicita que a dinâmica do processo de ensino é diferente, essa diferença é colocada principalmente pelos alunos do 1º ano do Ensino Médio, ao serem questionados sobre os desafios encontrados. Alguns enfatizaram que gostam das aulas do professor, mas entendem pouco, outros acham que as aulas são diferentes do Ensino Fundamental e passaram a ter novas perspectivas sobre a disciplina, como descrevem alguns alunos entrevistados:

O maior desafio que encontrei foi entender alguns conteúdos, como por exemplo, a Revolução Francesa. O professor faz um mapa no quadro ligando os pontos, exemplo foi o conteúdo recente que era a crise do século XIV, ele escreve tudo no quadro palavras importantes e vai explicando e essa forma ajuda muito para lembrarmos o conteúdo e assimilá-lo. (Aluno A, 2019).

Assim, muitas vezes a gente observa conteúdos mais complexos e extensos. Trazendo para o fundamental que eram conteúdos mais simples, se torna um pouco mais complexo, por isso há dificuldades algumas vezes. O nosso professor explica de uma forma simples trazendo para nossa realidade determinados assuntos e isso, às vezes me confunde, penso que preciso me adaptar mais as aulas e ao método utilizado. (Aluno E, 2019).

Não vejo desafio nas aulas de História, principalmente pela forma que o professor ensina. A metodologia usada faz com que qualquer pessoa entenda. Tipo: leituras, vídeos, esquema no quadro resumindo as aulas... enfim, as aulas se tornam prazerosas e dessa forma desperta meu interesse enquanto aluno. (Aluno F, 2019).

Nesse sentido, as perspectivas dos estudantes são diversas, mas de cunho positivo em relação aos métodos adotados pelos professores da área de Humanas, um ponto importante é que no decorrer dos três anos do Ensino Médio, eles passam a interagir e gostar da disciplina. Em uma das falas dos professores, foi exposto que um dos acertos em sala é quando se vê o aluno se posicionar sobre determinado assunto, muitas vezes, mesmo com pouco conhecimento, mas quando se tem a certeza de que ele está curioso, quando termina a aula e cerca de 70% ficam curiosos para a próxima e lamentam ter finalizado. Esse contexto descrito pelo professor, é explícito na fala dos discentes, todos eles se colocaram empáticos com as aulas e conscientes da proposta adotada.

Nesse sentido, é válido observar o desenvolvimento das aulas de Humanas na instituição, em especial, a de História e seu processo de construção de valores, tanto no que diz respeito ao ensino e aprendizagem como no âmbito social.

A contribuição do lúdico no ensino de história na Escola Estadual de Educação Profissional Monsenhor Expedito da Silveira de Sousa, no município de Camocim – CE, de 2018-2019.

O lúdico pode ser usado como forma de provocar uma aprendizagem mais prazerosa e significativa, estimulando o interesse e a construção de um novo conhecimento, contribuindo assim para o desenvolvimento do educando, já que a palavra lúdico parte do pressuposto brincar e nesse brincar estão incluídos os jogos, os brinquedos e as brincadeiras. O uso do lúdico, do novo, das tecnologias aqui é direcionado na perspectiva de dinamizar as aulas de História, inclusive, trazendo uma aproximação com a História local, uma vez que o ensino de História tem se mostrado uma tarefa árdua e não prazerosa, no cotidiano escolar, como é possível perceber através de vários debates da historiografia sobre o ensino de História, conforme apresenta Caineli e Santos (2014, p. 169)

Sobre o sentido da palavra lúdico, vale ressaltar que é um adjetivo masculino com origem no latim “ludos”, que remete para jogos e divertimento, o ambiente lúdico pode contribuir de forma significativa para o desenvolvimento da aprendizagem do educando, facilitando no processo de comunicação, de expressão, na construção do pensamento, além de auxiliar na aprendizagem e na socialização. O lúdico apareceu no momento em que os educadores começaram a perceber que as metodologias tradicionais de ensino já não rendiam tanto resultado.

Como enfatiza Eleana Roloff numa definição sobre a origem do lúdico:

A palavra lúdico vem do Latim “ludos”, que significa jogo, divertimento, gracejo, escola. Este brincar também se relaciona a conduta daquele que joga, que brinca e se diverte. Por sua vez, a função educativa do jogo oportuniza a aprendizagem do indivíduo; seu saber, seu conhecimento e sua compreensão de mundo (ROLOFF, 2010, p. 01).

É importante se perceber que essas atividades não são simplesmente uma forma de “gastar tempo” nem “gastar energia”, mas sim, motivar o aluno na busca do conhecimento e promovendo novas habilidades. Desta forma, pode-se perceber que o jogo pode ser um grande facilitador da aprendizagem e, nesse sentido, a escola deve considerar a criança como sujeito criador mediante os estímulos de suas faculdades próprias para a criação produtiva, sendo que o educador deve fazer do lúdico uma arte, um instrumento para promover e facilitar a educação da criança.

E para os jovens? Não poderia ser diferente, pois essa prática pedagógica pode ser utilizada praticamente em todas as áreas de estudo, assim como para diferentes níveis de séries, inclusive o Ensino Médio, em que o grupo é formado por adolescentes, algumas vezes, desatentos, inquietos e o número de desinteresse alto por parte de alguns educandos.

O lúdico no processo de ensino e aprendizagem na disciplina de História.

É preciso propor inovações no ensino de História, desse modo, o lúdico pode ser uma das grandes ferramentas de inovação para esse ensino, cabe ao professor encontrar a melhor maneira de trabalhar com metodologias motivadoras que o aluno se envolva e seja, assim, o próprio autor de seu aprendizado. Segundo Paulo Freire: “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 46).

Nesse sentido pode-se ressaltar que o lúdico é uma das novas técnicas didáticas, ou seja, um recurso didático dinâmico que garante resultados eficazes na educação, consistindo numa prática inovadora e prazerosa. Mas, sabe-se que para trabalhar com o lúdico exige-se extremo planejamento e cuidado na execução da atividade elaborada, pois o professor fica na condição de estimulador, condutor e avaliador da atividade realizada. De acordo com os PCNs (1997):

Para isso, faz-se necessária uma proposta educacional que tenha em vista a qualidade de formação a ser oferecida a todos os estudantes. O ensino de qualidade que a sociedade demanda atualmente expressa-se aqui como possibilidade de o sistema educacional vir a pôr uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade brasileira que considere os interesses e motivações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para a formação dos cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competências, dignidade e responsabilidade na sociedade que vivem (BRASIL, 1997, p. 33).

Nesse sentido, será relatada uma experiência com a utilização da ludicidade no ensino de História, com estudantes do Ensino Médio da Escola Estadual de Educação Profissional Monsenhor Expedito da Silveira de Sousa, por meio do projeto *Mostra de Humanidades* referente ao ano de 2018 a 2019. Tal projeto integra a área das Ciências Humanas e culmina com sua apresentação na *Feira Cultural* da escola.

O principal objetivo deste evento é proporcionar momentos para a realização de discussões atuais que fomentem valores formadores de uma consciência cidadã e ampliar o espaço para o desenvolvimento da curiosidade científica, em sua dimensão histórica, social e cultural, considerando os questionamentos que surgem das pesquisas, exposições, expectativas e estudos teóricos realizados pelos estudantes, colocando em prática sua relevância de forma dinâmica e prazerosa. O projeto apresenta suas atividades de forma lúdica, o que chama a atenção e o interesse dos alunos. Nesse sentido, diante de observações e conversas com os alunos percebe-se a motivação e o interesse pelas atividades propostas. O projeto *Mostra de Humanidades* aumenta o interesse e a empolgação dos alunos pela disciplina.

O Ensino de História por meio do projeto “Mostra de Humanidades”

A Escola Estadual de Educação Profissional Monsenhor Expedito da Silveira de Sousa foi implantada no ano de 2009 no município de Camocim-CE, no bairro Jardim

das Oliveiras. Além de ofertar o Ensino Médio, essa escola oferece também cursos técnicos em diversas áreas como: Administração, Edificações, Eletromecânica, Enfermagem, Finanças e Contabilidade, todos com carga horária para três anos e em tempo integral. Os referidos cursos oferecem a oportunidade de acolher jovens estudantes, residentes em bairros localizados no entorno da escola, em sua grande maioria, oriundos de população de baixa renda.

A instituição apresenta um quadro discente de 521 alunos, provenientes tanto da zona urbana quanto da rural do município de Camocim e outras cidades circunvizinhas da região como: Granja, Barroquinha e Chaval.

A escola desenvolve em seus alunos uma percepção de seu papel enquanto agente produtivo e consciente que tem autonomia no seu processo de aprendizagem, procurando motivar e estimulando com atividades prazerosas. E nesse contexto, é desenvolvido o projeto *Mostra de Humanidades* que se iniciou em 2018 e apresentou sua segunda edição em 2019. O projeto consiste em uma competição entre as turmas da instituição, inclusive, premia com troféu as turmas vencedoras, classificadas em colocação de 1º lugar, 2º lugar e 3º lugar.

Em 2018, o projeto foi oferecido para todas as turmas da instituição (1º, 2º e 3º ano), mas no ano de 2019, o projeto foi destinado somente para as turmas de 1º e 2º ano, pois os professores, juntamente com a coordenação da instituição de ensino, decidiram que as turmas de 3º ano deveriam focar mais nos estudos para a preparação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e vestibulares, já que o projeto em si requer muito esforço e dedicação para a preparação das atividades.

O projeto trabalha com as disciplinas da área de humanas, focando principalmente a disciplina de História. O evento acontece em três etapas: I – Apresentação de resumo informativo/expandido. II – Exibição de sala temática e III – Realização de dança, conforme explica o Projeto Político Pedagógico, instrumento que reflete toda a proposta educacional da escola. Esse documento traz em detalhes suas metas, diretrizes e objetivos que devem ser valorizados durante o processo educativo na escola e estabelece uma gestão democrática elaborada por gestores, professores, funcionários, alunos e familiares.

O resumo informativo/expandido é um trabalho de cunho científico produzido com o objetivo de descrever e explicar com profundidade determinada temática. Deverá, obrigatoriamente, estruturar-se, dentro de no máximo cinco laudas, tendo: I – Introdução, II – Objetivos, III – Metodologia, IV – Fundamentação/desenvolvimento, V – Considerações finais e VI – Referências bibliográficas.

A Sala temática caracteriza-se por um espaço de exposição acerca da temática destinada a cada uma das equipes participantes da *Mostra de Humanidades*. Este espaço deverá permanecer aberto durante o período estabelecido neste regulamento a fim de permitir visitas e apreciações por parte da comunidade escolar. Deverá ser por excelência, um espaço para aquisição de conhecimentos e reflexões. A montagem das salas só poderá ser iniciada no mesmo dia de sua exibição, de forma que todas as equipes deverão estar preparadas para se apresentarem ao mesmo tempo no momento em que forem permitidas as aberturas das salas para visita pública ou dos jurados.

Já a dança caracteriza-se por uma apresentação artística autêntica, criativa e original relacionada com a temática destinada a cada uma das equipes participantes do

evento. O tempo de duração da apresentação da dança é de no máximo 25 (vinte e cinco) minutos, definido como o tempo de execução da dança somado ao tempo de montagem e desmontagem do cenário para sua realização, facultados em sua utilização para a equipe.

Danças apresentadas no projeto Mostra de Humanidades

Destacam-se as apresentações culturais como a dança por se considerar que representa a ação lúdica que sintetiza o processo de estudo do tema, os sujeitos que se quer valorizar, o cenário que coloque a turma no estudo de época e seus significados, a formação do figurino para inspirar e a plasticidade dos movimentos que permitem a ação interpretativa e promove a alegria na execução do Projeto. De acordo com as reflexões de Sirley Lauer (acesso 2020, p. 3), a partir da inserção da dança no contexto escolar, é possível perceber as questões que permeiam a educação atual, as possibilidades de criação, expressão, socialização, cooperação e aprendizagem pela dança. Esse aprendizado é possível não só nas aulas de educação física, como também, se observa na culminância desse projeto.

As temáticas trabalhadas no ano de 2019 foram: A questão indígena, a corrupção, os Direitos Humanos, a inclusão social, a 2ª Guerra Mundial, a Revolução Francesa e a Proclamação da República. Lembrando que são atividades trabalhadas de forma lúdica e competitiva, em que os alunos têm interesse e empolgação de participar. Para cada uma dessas temáticas, os envolvidos no projeto elaboraram danças e expressões artísticas para melhor apresentar o tema e suscitar o debate entre o público escolar. As fotografias abaixo servem de ilustração da ludicidade do projeto.

Figura 01: Dança Intolerância Religiosa



Fonte: Acervo da Escola Estadual de Educação Profissional Monsenhor Expedito da Silveira de Sousa.

Figura 02: Dança Lei Áurea



Fonte: Acervo da Escola Estadual de Educação Profissional Monsenhor Expedito da Silveira de Sousa.

O cinema como recurso pedagógico no ensino de História

A investigação da utilização do cinema como recurso pedagógico no ensino de história se deu a partir de uma análise bibliográfica, sendo considerada uma escolha metodológica válida. Assim, faz-se interessante ressaltar que as escolhas historiográficas estão pautadas em autores como Jean Claude Bernardet (2008); Marc Ferro (1976); Sandra Pesavento (2007), entre outros autores. Entende-se que esses autores possibilitam o entendimento da finalidade pedagógica do cinema na sala de aula.

Nesse sentido, foi realizada uma seleção de livros e artigos como fonte de pesquisa. Com base nesse processo de coleta de dados é importante relacionar os processos históricos do tema, assim, destaca-se que o momento histórico que se vive, é marcado pelas constantes mudanças tecnológicas e digitais e o cinema passa por transformações com a popularização e acesso aos filmes, que exige dos educadores mais atenção, não podendo se eximir destas transformações.

Sendo assim, problematiza-se a seguinte questão: Com o uso do cinema como recurso pedagógico, as aulas da disciplina de História, possibilitam maior aprendizagem e consciência crítica nos discentes?

De fato, a prática em sala de aula requer do professor um trabalho constante na busca de atitudes, metodologias e referenciais novos e válidos, no sentido de melhorar a relação entre o ensino e a aprendizagem e, dessa forma, entre o professor e o aluno. Por esse caminho, é necessário destacar que o cinema nas aulas de História, torna-se uma importante ferramenta metodológica que pode ser utilizada pelo professor na

problematização e contextualização dos temas propostos, possibilitando ao aluno encontrar uma nova maneira de pensar e entender os processos históricos.

No que diz respeito à efetivação da prática em sala de aula, é importante salientar a preparação prévia do professor, ou seja, este deve ter domínio em relação ao filme, bem como dos objetivos e do trabalho a ser realizado. Sobre isso William Meirelles (2004) se posiciona dizendo que:

Através do filme podemos observar nos seus personagens a distribuição dos papéis sociais os esquemas culturais que identificam os seus lugares na sociedade. As lutas, reivindicações e desafios no enredo e os diversos grupos envolvidos nessas ações. O modo como aparece representada a organização social, as hierarquias sociais. Como são percebidos e mostrados pelos cineastas: lugares, fatos, eventos, tipos sociais, relações entre campo e cidade, rico e pobre, centro e periferia, etc. (MEIRELLES, 2004, p. 81).

É importante destacar que o professor deve ter alguns cuidados ao transmitir um filme aos alunos, como atentar à censura e adequar o filme aos espectadores para verificar que estes tenham o discernimento e maturidade adequados a esta metodologia. Verificar se o estilo do filme é adequado para o espaço escolar e se seus conteúdos ou mensagens são coerentes às aulas. Filmes são uma base representativa para proporcionar uma análise da realidade e nunca devem ser vistos como representantes fiéis de fatos e acontecimentos. A respeito disso, Solange Luchetti e Hudson Amaro (2014) chamam atenção para o fato de:

O professor, ao se decidir pelo uso do filme, deverá desenvolver uma minuciosa preparação de sua aula para que os alunos não vejam essa atividade somente como um momento de diversão. Dessa forma, o primeiro passo é escolher um filme que se encaixa dentro do que está sendo discutido em sala de aula (LUCHETTI; AMARO, 2014, p. 10).

De certo que o cinema pode possibilitar ao professor trabalhar com os temas transversais, que não fazem parte do currículo oficial das instituições escolares, mas que podem ser abordados através da produção cinematográfica. Aqui se coloca o caso do tema *pluralidade cultural*, que não costuma aparecer no material didático, por exemplo, ou quando isso ocorre, aparece sob a forma de *boxes* que trazem pequenos textos com teor meramente informativo e superficial.

Portanto, acredita-se que com o uso do cinema em sala de aula, os discentes têm oportunidade de ampliar seu entendimento sobre determinados conteúdos históricos, sendo apresentados pelo professor que, além de fazer as devidas correlações com as explicações trabalhadas nos livros didáticos e materiais de apoio, também desenvolve a criticidade e a sensibilidade nos alunos.

Breves considerações

Diante das três pesquisas apresentadas, foi possível uma relativa aproximação com as metodologias de ensino inovadoras que coadunam com a utilização das chamadas Novas Linguagens no Ensino de História, como cinema, música, dança, teatro etc. Além da renovação metodológica, as pesquisas apontaram para uma renovação das formas de avaliação e de postura docente, em que o professor se despe do autoritarismo e do papel

de “sabe tudo”, que marcou o modelo de ensino tradicional, para experimentar uma nova relação de ensino-aprendizagem, mais dinâmica e prazerosa para os alunos das escolas evidenciadas.

Reforça-se, portanto, a ideia de que é preciso pesquisar o universo das escolas para desvendar sua complexidade. É necessário se debruçar sobre os documentos dos arquivos escolares, ouvir professores, gestores e alunos para que se possa compreender os desafios do ensino de História, de ontem e de hoje.

REFERÊNCIAS

- BERNARDET, Jean-Claude. **Historiografia Clássica do Cinema Brasileiro**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2008.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2010.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: 1997. p. 33.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- CAINELLI, Marlene; Flávio Batista dos Santos. **O Ensino de História Local na Formação da Consciência Histórica**: um estudo com Alunos do Ensino Fundamental. Caderno de Pesquisa: pensamento educacional, Curitiba, V.9, N. 21, p. 158-174, Jan/Abr. 2014. Disponível em <[https://interin.utp.br /index.php > article](https://interin.utp.br/index.php/article). Acessado em 11/01/2020.
- FERRO, Marc. **Filme: uma contra análise da sociedade?** In: LE GOFF, J. & NORA, Pierre (orgs). **História: Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á pratica educativa**. 25. Ed. São Paulo: Paz e terra, 1996.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**. Campinas – SP: Papyrus Editora, 2003.
- LAUAR, Sirley Jardim. **A dança na escola como elemento lúdico e suas contribuições para aprendizagem**. Disponível em: <http://www.cdof.com.br/danca10.htm>. Acessado em 11/01/2020.
- LUCHETTI, Solange Aparecida; AMARO, Hudson Siqueira. A utilização de filmes nas aulas de história. In: **Cadernos sobre os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Artigos. Volume I, 2014. p. 10. Versão Online. Cadernos PDE. Disponível em:<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>> Acesso em: 20 de mai. 2019.
- MEIRELLES, William Reis. **O cinema na história**. O uso do filme como recurso didático no ensino de história. *História & História*. Londrina, v. 10, p. 77-88, out. 2004. p. 81. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/viewFile/11966/10560>. Acesso: 22 de mai. 2019.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Autêntica. 3ª edição. 2007.
- ROLOFF, Eleana Margarete. A importância do lúdico em sala de aula. In: **X Semana de Letras**, v. 70, 2010. p. 01.
- ZABALA, Antônio. **A Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

A HORA E A VEZ DE APRENDER: UMA HISTÓRIA DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO MUNICÍPIO DE CAMOCIM

SANTOS, Joselina Fontenele dos¹²²

RIBEIRO, Rozângela Oliveira¹²³

VIANA, José Italo Bezerra¹²⁴

RESUMO: O artigo acompanha e analisa os modos pelos quais a questão da alfabetização e do letramento foi tratado enquanto política pública e elemento do currículo nas escolas da rede municipal de Camocim. A estrutura que organiza a apresentação condensada e resumida dos resultados destas pesquisas está concebida em duas partes. Na primeira, a preocupação é analisar as contribuições da implementação do Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC no âmbito da rede municipal de ensino. A segunda revisita a trajetória histórica da alfabetização das pessoas surdas no Brasil, com o objetivo de problematizar o processo de formação das ferramentas de comunicação para a prática educativas desses indivíduos no município. Ao longo de toda a narrativa depreende-se o debate que ocorre no campo da história e sua intersecção com a história da educação.

Palavras-chave: História, Educação, Alfabetização, Letramento.

¹²² Licenciada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR.

¹²³ Licenciada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR.

¹²⁴ Professor temporário do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Atuou no PARFOR-Camocim ministrando as disciplinas Metodologia do Trabalho Científico, Estágio Supervisionado III (Docência no Ensino Fundamental) e Estágio Supervisionado IV (Docência no Ensino Médio).

Aprender a ler e escrever significa romper com determinados estigmas e representa a possibilidade de conquista de mais autonomia pelo indivíduo inserido em coletividade. Se não queremos produzir e reproduzir ainda mais desigualdades na sociedade brasileira precisamos lutar e garantir a permanência de condições fundamentais de acesso à educação, elemento essencial para o desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente democrática. Todavia, a aquisição das habilidades de leitura não abrange por completo o processo de alfabetização, pois conforme a lição deixada pelo educador Paulo Freire é necessário contextualizar social e culturalmente o significado da leitura para determinados indivíduos em diferentes grupos: “não basta saber ler ‘Eva viu a uva’. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho” (FREIRE *apud* GADOTTI, 1996, p. 72).

Densa de significados, a conhecida formulação de Freire destaca que o objetivo de compreensão e apreensão crítica do mundo parte, sim, da alfabetização, mas também remete a sentidos que extrapolam o desenvolvimento mecânico das habilidades individuais de leitura e domínio dos códigos da escrita. Essa relação envolve a dimensão social de uma leitura que não é somente do mundo das letras e das palavras, mas da nossa própria experiência no mundo.

Com base em tal pressuposto, esse artigo acompanha e analisa os modos pelos quais a questão da alfabetização e do letramento foi tratado enquanto política pública e elemento do currículo nas escolas da rede municipal de Camocim. Originalmente, o texto corresponde aos trabalhos de conclusão de curso das alunas Joselina Fontenele dos Santos e Rozângela Oliveira Ribeiro, ambos submetidos aos rituais da pesquisa acadêmica que se destinaram à obtenção do título de Licenciatura em História pelo Plano Nacional de Formação de Professor da Educação Básica – PARFOR.

A estrutura que organiza a apresentação condensada e resumida dos resultados destas pesquisas está concebida em duas partes. Na primeira, a preocupação é analisar as contribuições da implementação do Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC no âmbito da rede municipal de ensino em Camocim. A autora Joselina Fontenele dos Santos demonstra como o referido programa, que consiste numa política pública do estado do Ceará de enfrentamento ao analfabetismo escolar, se destina a apoiar os municípios na formulação e implementação de políticas educacionais voltadas à garantia do direito de aprendizagem, particularmente no nível de alfabetização. Nesse sentido, o texto assinado pela referida autora acompanha os impactos do PAIC na Escola de Ensino Fundamental Francisco Ottoni Coelho entre os anos de 2012 e 2015, particularmente nas séries de segundo ano do ensino fundamental. Utilizando fontes orais como método de pesquisa, ela nos chama atenção para o fato de que a História Oral é um método e não um fim em si mesma e reconhece que o depoimento oral, construído com o auxílio do pesquisador, torna-se também uma fonte passível de submissão à análise histórica e historiográfica.

Segue-se à apresentação da parte seguinte, cuja análise empreendida por Rozângela Oliveira Ribeiro revisita a trajetória histórica da alfabetização das pessoas

surdas no Brasil, preocupada em sinalizar problematizações sobre o processo de formação das ferramentas de comunicação para a prática educativas desses indivíduos. Das considerações mais gerais, a autora passa a tratar da experiência do Centro de Educação de Jovens e Adultos João da Silva Ramos, no período compreendido entre anos de 2002 e 2018. A justificativa da autora para abordagem desse recorte temporal está amparada na regulamentação de leis sobre a educação formal de pessoas surdas, quais sejam: a Língua Brasileira de Sinais como língua oficial da comunidade surda (Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002); Decreto 5.626 (de 22 de dezembro de 2005) que regulamentou o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais; Lei Nacional da Inclusão (nº 13.146, de 6 de julho de 2015). Depreende-se ao longo de toda a narrativa o debate que ocorre no campo da história e sua intersecção com a história da educação.

Com abordagens teóricas e historiográficas distintas, as autoras se aproximam ao produzirem, cada qual ao seu modo, uma importante narrativa sobre a história das práticas educativas e das instituições educacionais no município de Camocim. O trabalho de ambas não apenas contempla a finalidade à qual se destinaram em princípio como possuem abrangência ampliada, pela clareza com que tratam temas de reconhecida relevância para a formação cidadã.

Decerto, o presente texto instigará todos e todas que atuam ou atuarão em nossas escolas e representa contribuição de grande importância aos profissionais da educação, estejam eles nos anos iniciais da educação básica ou nos cursos de pós-graduação. Avante!

Os impactos do PAIC na Escola de Ensino Fundamental Francisco Ottoni Coelho

Não parece exagero afirmar que o sistema educacional brasileiro passou por consideráveis mudanças nas últimas décadas a fim de se adequar às demandas provenientes do processo de universalização da educação. Em Camocim, tais mudanças foram percebidas a partir das ações desenvolvidas pela secretaria municipal de educação através de formação continuada para professores e gestores, acompanhamento pedagógico nas escolas junto aos coordenadores pedagógicos e diretores nas respectivas unidades de ensino, distribuição de materiais didáticos e paradidáticos para professores e alunos.

Insere-se, nesse contexto, o Programa de Alfabetização na Idade Certa–PAIC, que consiste numa política do Estado do Ceará de enfrentamento ao analfabetismo escolar, estabelecendo como prioridade a alfabetização das crianças da rede pública de ensino até o final do segundo ano do ensino fundamental, ano/série base desta investigação. O Programa estende-se aos 184 municípios cearenses e se ampara no estabelecimento de uma política de formação de professores, aliada às ações que compõem seus eixos estruturantes – educação infantil, gestão municipal, alfabetização, avaliação externa e formação do leitor (SILVA, 2015, p. 103).

Diante do exposto, a primeira parte do texto analisa as contribuições do PAIC na educação municipal de Camocim entre os anos de 2012 e 2015, especificamente sua

aplicação e desenvolvimento na E.E.F Francisco Ottoni Coelho. Para tanto, utilizamos as fontes orais como métodos de pesquisa, dando ênfase ao fato de que a história oral é um método e não um fim em si mesma (FERREIRA, 1994), afinal, o depoimento oral construído com o auxílio do pesquisador torna-se uma fonte que será submetida à análise histórica como qualquer outra. Para tanto, priorizamos a realização de entrevistas previamente agendadas com os agentes educacionais diretamente envolvidos com o programa¹²⁵. Além de nos referenciarmos em uma bibliografia que contempla a discussão da temática central, respaldamos a análise a partir de documentos como a Lei Nº 14.026, de 17 de dezembro de 2007 que cria o Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC e o Boletim do Regime de Colaboração para a garantia dos direitos de aprendizagem, uma espécie de relatório que documenta as conquistas do PAIC desde a sua criação aos dias atuais. Por intermédio do cruzamento desse material empírico e teórico vislumbramos compreender a finalidade, propostas e ações do referido programa, indagando qual o impacto do PAIC no cotidiano escolar e no desempenho dos alunos de Camocim.

O recorte de análise dessa pesquisa se refere à E.E.F Francisco Ottoni Coelho em decorrência do fato de que no ano de 2012 ela figurou no ranking das 150 piores escolas do Ceará nos resultados da Avaliação do Spaece-Alfa, cujos índices apontavam proficiência leitora de 125,5%, sendo apenas 23,9% dos alunos avaliados dentro do nível desejável. Todavia, no ano de 2015 a escola reverteu a situação e atingiu 199,7% de proficiência, sendo que 82,7% dos alunos estavam no nível desejável, o que representou um acréscimo de 58,8% em relação à quantidade de proficiência neste nível na avaliação anterior¹²⁶.

A escolha da referida instituição de ensino se justifica pela abrangência de sua atuação, uma vez que atende a população de seis bairros da cidade, um público diversificado social e economicamente. Localizada em um dos bairros mais populosos de Camocim, oferece o ensino fundamental do 2º ao 9º ano, sendo muitas vezes a única opção de escola para a população do seu entorno. Fundada em março de 1991 para atender essa grande demanda educacional da comunidade, a escola esperou cinco anos pela sua autorização para funcionamento, registrado no parecer nº 357/96 do Conselho de Educação do Ceará.

Sobre o Programa Alfabetização na Idade Certa convém destacar que o mesmo resulta das atividades desenvolvidas pelo Comitê Cearense para a Eliminação do

¹²⁵ Foram entrevistadas quatro profissionais da educação: a diretora, a coordenadora pedagógica, uma professora do 2º ano do Ensino Fundamental e a gerente do PAIC pertencentes aos quadros da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE 4.

¹²⁶ O Sistema Permanente de Avaliação do Ceará avalia as turmas de segundo ano do ensino fundamental anualmente. Os dados desta pesquisa podem ser consultados na página oficial do Spaece: www.spaece.caedufjf.net/resultados. Acesso em 12 de janeiro de 2020.

Analfabetismo Escolar¹²⁷, cujo trabalho realizou uma avaliação de amostra dos níveis de leitura, escrita e compreensão de texto de oito mil alunos da então segunda série do ensino fundamental, atual terceiro ano, em 48 municípios do estado. No ano de 2007, o governo do estado do Ceará, por meio da Secretaria de Educação do Ceará – SEDUC, assumiu a execução do PAIC tornando o programa uma política pública educacional que segundo definição do relatório de Regime de Colaboração para a Garantia do Direito à Aprendizagem correspondia a:

[...] uma política de cooperação entre estados e municípios promovida pelo governo do estado do Ceará em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef e instituições da sociedade civil com apoio do governo federal, cujo objetivo é alfabetizar todos os alunos das redes públicas de ensino do estado até os 07 anos de idade. Com essa finalidade, o PAIC apoia os municípios na formulação e implementação de políticas voltadas à garantia do direito de aprendizagem com prioridade à alfabetização (CEARÁ, 2012, p. 17).

Organizado em cinco eixos, quais sejam: Gestão Municipal da Educação; Alfabetização; Avaliação Externa; Educação Infantil; Literatura Infantil e Formação do Leitor; o PAIC propunha um leque de ações para todos os 184 municípios cearenses que assinaram o Protocolo de Intenções na ocasião de lançamento, em maio de 2007, e reafirmado em fevereiro de 2009 pelos prefeitos eleitos para o quadriênio 2009-2012. No ano 2011 o governo estadual lançou o PAIC MAIS, visando estender as ações que eram destinadas às turmas de Educação Infantil, 1º e 2º ano do ensino fundamental até o 5º ano nas escolas públicas de todos os municípios cearenses. O PAIC MAIS é a ampliação do Programa Alfabetização na Idade Certa que propõe mais ações para melhorar os resultados de aprendizagem dos alunos da rede pública até o 5º ano de escolaridade.

É relevante mencionar que a ampliação do PAIC proporcionou melhor e maior acompanhamento dos alunos cearenses na sua capacidade leitora. Os resultados de desempenho da aprendizagem foram considerados suficientes para que o governo federal resolvesse adotar o referido programa como modelo em todo o território nacional. Com isso, o foco das ações passou a ser direcionado não apenas para os alunos do 2º ano, mas para todo o ensino fundamental. Aliado a ampliação do PAIC, priorizou-se também a formação continuada docente. No caso de Camocim, isso acontece uma vez por mês sob responsabilidade da secretaria municipal de educação. Ademais, a cada início de ano a secretaria estadual realiza avaliação em todos os municípios cearenses com objetivo diagnóstico para direcionamento de ações subsequentes. Conforme Alves Moreira *et al* (2017, p. 22), “essa avaliação não contabiliza para definir o repasse do ICMS ou o Prêmio Escola Nota Dez. Tem caráter diagnóstico”.

¹²⁷ O Comitê de Cooperação Técnica e Incentivo para melhoria dos Indicadores de Aprendizagem nos municípios cearenses foi instituído em parceria com a União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME/CE, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/MEC, o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, a Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará - APRECE e a Secretaria da Educação do Estado do Ceará – SEDUC; contando também com a participação e a colaboração da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, Universidade Regional do Cariri - URCA, Universidade Estadual do Ceará - UECE, Universidade Federal do Ceará - UFC e Universidade de Fortaleza – UNIFOR.

Considerando o PAIC como uma política educacional fundamentada nos princípios de colaboração e que envolveu os diversos atores sociais governamentais e não governamentais, sociedade civil, na proposição de alternativas para os problemas educacionais do Estado do Ceará, é possível destacar que a relevância desse estudo consiste justamente em apontar o quanto a trajetória do programa revela avanços e acertos nas ações que visam erradicar o analfabetismo no estado do Ceará. Para tanto, é imprescindível conhecer as opiniões de quem trabalha diretamente com as ações desenvolvidas pelo PAIC, a fim de que possamos entender como e se o programa tem contribuído para a melhorar os índices de alfabetização.

A partir dos depoimentos dos participantes da investigação sobre o que consideram indispensável para que ocorra uma efetiva aprendizagem nos eixos da escrita e da leitura, destaca-se nas análises dos depoentes falas que tensionam os documentos oficiais, que a legislação educacional brasileira dispõe enquanto diretriz, e a realidade dos estudantes atendidos pelo programa. As respostas a seguir referem-se à questão da situação da aprendizagem dos alunos antes e depois da aplicação da metodologia do PAIC na escola Francisco Ottoni Coelho. Vejamos:

Nota-se, conforme as falas dos entrevistados, que antes do PAIC o nível de aprendizagem das crianças da escola em análise que concluíam o segundo ano era baixo. De acordo com Cruz, 60,0% das crianças saíam desse nível de escolaridade sem ser alfabetizadas (CRUZ, 2012, p. 34). Verificou-se também na fala do Respondente 3 que o referido Programa devido a sua eficácia tomou grandes proporções, endossada pela fala do Respondente 4 ao afirmar que antes do PAIC os professores tinham como suporte didático somente os Livros Didáticos do Programa Nacional do Livro Didático-PNLD. O município em parceria com o PAIC disponibiliza materiais estruturados, composto pela proposta didática para alfabetizar letrando (direcionada aos professores), kit de livro para os alunos, distribuído em quatro volumes e 20 cartazes de diferentes gêneros textuais. Esse material favorece o desenvolvimento da leitura e escrita por conter atividades direcionadas ao processo de alfabetização.

Quando perguntados sobre o aspecto da avaliação das habilidades cognitivas em Língua Portuguesa desenvolvidas pelos alunos, obtivemos como resposta.

Respondente 1: O PAIC na verdade é uma política que para o Ceará vem dando certo, uma vez que somos exemplos para todo o país, principalmente depois que foi agregado o Mais PAIC, o qual se preocupa com os alunos do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental. No início, o PAIC era apenas para o 2º ano, mas como essa política mudou a realidade do Ceará, pois muitas crianças na atualidade sabem ler e escrever, pois pode-se perceber com os dados fornecidos pelos Simulados da Secretaria Municipal da Educação de Camocim-CE. (Diretora da Unidade de Ensino).

Respondente 2: Quando fui designada para coordenar os trabalhos pedagógicos da Escola Francisco Ottoni em setembro de 2013, a Escola era apoiada¹²⁸ e tinha os piores indicadores, onde a média era 2,4 e o nível de alfabetização dos alunos que terminavam o 2º ano de 60% a 70% sem se alfabetizar. Então a Escola passou a ser apoiada pela Escola Sobralense Jose da Matta, onde o diretor na época era o Domingo Sávio, o qual fazia as visitas e no momento da visita deixava as orientações acerca da execução, por exemplo: do Plano de Aula dos educadores. (Coordenadora Pedagógica da Unidade de Ensino).

Respondente 3: Esse Programa começou para atender as necessidades das crianças do município de Sobral. Na verdade, a pesquisa iniciou lá em 2004, quando foi organizado um Comitê Cearense do Alfabetismo e foi feita sua pesquisa com 8000 mil alunos. Dessas, somente 15% conseguiram ler e apreender texto. Desses mesmos 8000 mil alunos, 45% das crianças produziam textos com duas a três linhas. Partindo daí, esse comitê entendeu que o Estado do Ceará estava precisando trabalhar mais foco na alfabetização das crianças e juntou-se a vários órgãos como UNICEF e as unidades representantes do MEC, a Universidade UFC e UVA foram procurar estratégia de como ensinar as crianças. (Gerente Municipal do PAIC).

Respondente 4: Antes de existir o Programa de Alfabetização na Idade Certa-PAIC, os professores se baseavam e tinham como norte os livros didáticos, pois eram trabalhados de acordo com o que vinha no livro. Com a implementação do PAIC passa-se a pensar em uma educação voltada para dar conta de competências e habilidades e para isso foram utilizados materiais estruturados, que são materiais extras, além do livro didático do PNLD. É um material específico para língua portuguesa. Com esse material é possível trabalhar a partir das habilidades que precisam ser desenvolvidas, como leitura e compreensão de textos narrativos e produção de diferentes tipos de textos. (Professora do 2º ano do Ensino Fundamental).

Respondente 1: O PAIC na nossa cidade de Camocim tem sido considerado como uma cartilha a ser cumprida e, com certeza, está sendo bem-feito o trabalho. Hoje em 2019 somos a segunda cidade da 4ª Crede de maior resultado de PAIC sustentando o ranking que já era nosso, então isso não faz parte só de uma Secretaria de Educação. Faz parte também da gestão da escola e dos coordenadores escolares. Mas, o grande responsável são os professores, pois é neles que se deposita toda nossa confiança sem esquecer que eles são muito bem-preparados tendo uma formação, nós trabalhamos com acompanhamento em sala, trabalhamos com a rotina diária e são subsídios que faz com que os professores sintam-se confiantes a fazer essa prática. (Diretora da Unidade de Ensino).

Respondente 2: No ano de 2013, no dia 03 de dezembro, aconteceu a prova do SPAECE então e nessa prova teve uma subida [sic], aí a gente trabalhou a 'reenturmação' e reestruturação. Esse é o processo onde a gente tenta agrupar os meninos pelo nível de leitura e escrita, como leitor com fluência e leitor de frases e de palavras, como textos narrativos e informativos. É bem verdade que tais crianças conseguem escrever cartas, bilhetes, textos narrativos. (Coordenadora Pedagógica da Unidade de Ensino).

Respondente 3: Com isso a avaliação passou a ter uma evolução significativa, porque ela não foi realizada somente pra ter um resultado final elevado, mas sim para comprovar que os alunos estavam elevando suas habilidades em língua portuguesa e matemática de acordo com a proposta curricular daquela série/ano proposta pelo Estado e o município de Camocim. (Gerente do PAIC em Camocim – CE).

Respondente 4: Hoje, a criança que termina o 2º ano e que vai para o 3º ano são avaliadas suas competências e habilidades a partir dos descritores nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, pois com o PAIC eles precisam sair lendo e escrevendo pequenos textos. Mas, é claro que, alguns ainda saem do 2º ano sem essas competências e habilidades consolidadas. Mas hoje em dia, é trabalhado com mais foco, ou seja, mais focado nessas habilidades de acordo com a proposta do Estado do Ceará. (Professora do 2º ano do Ensino Fundamental).

Perceptível nas falas dos respondentes que para compreender as dificuldades dos alunos, é necessário partir de uma avaliação pautada nas competências e habilidades dos alunos, como proposta pelo PAIC. É importante dizer da necessidade de detectar os sistemas diferenciados no modo de processar os dados numéricos, ou se o processamento é semelhante ao de um aluno normal, existindo, no caso, um atraso significativo, sendo muitas vezes caracterizado como falta de interesse. Significa que o docente deve estar atento, pois em muitas situações, a criança não aprende em decorrência de algum transtorno cognitivo.

Conforme a análise das falas dos nossos depoentes, as dificuldades de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática podem ser trabalhadas com êxito a partir de um trabalho conjunto com professores, pais, alunos e principalmente com o apoio do sistema de ensino. A fala do respondente 3 reafirma o que Silva (2009, p. 24) disse em sua investigação:

Quando a escola consegue diagnosticar os problemas que existem, todo corpo docente poderá resolver esta situação utilizando meios pedagógicos, mudando o raciocínio do professor em relação às suas obrigações, dando aos professores melhores formas de se atualizarem e também mostrar a ele a necessidade desta atualização, entre outros aspectos, podemos citar também que a escola deve dizer ao aluno porque está ali, qual a sua finalidade, que é ser a principal forma de disseminar o conhecimento pela sociedade, e também mostrar ao aluno a necessidade que ele tem em aprender todo aquele conhecimento que está ali ofertado.

Partindo deste pressuposto, salientamos que a pesquisa realizada revela que esta visão sobre a implementação do PAIC nas escolas da cidade de Camocim elevou o nível de aprendizagem nas disciplinas de Língua Portuguesa e da Matemática, mas o objetivo de alfabetização de todas as crianças exige pensar estratégias as mais variadas.

¹²⁸ O termo “escola apoiada” é uma designação direcionada às escolas que nos resultados do Spaece-Alfa ficaram entre as 150 escolas com os índices mais baixos do estado. A escola que é premiada com nota dez tem por obrigação apoiar e ajudar a elevar o índice de uma das escolas com resultados insuficientes. Essa é a condição para receber a 2ª parcela da premiação. Caso a escola apoiada não consiga atingir a meta estabelecida, a escola nota dez não recebe a 2ª parcela.

Em Camocim, os resultados do PAIC tornaram-se possíveis devido a parceria entre a CREDE, a SME e as escolas, pois conforme as declarações dos depoentes desta pesquisa, o referido município desenvolve atividades com foco na aquisição da leitura e escrita como fundamentais no processo de alfabetização dos alunos e alunas para atender, sim, às demandas das avaliações internas e externas, mas, sobretudo, para formar sujeitos capazes de fazer da leitura um exercício crítico do mundo.

A educação de surdos no CEJA João da Silva Ramos

A educação de surdos hoje é um tema bastante discutido quando falamos sobre inclusão. É uma educação que perpassa por inúmeros desafios, no que tange à formação e inclusão desses alunos, haja vista que, de acordo com o censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE são aproximadamente 10 milhões de pessoas surdas no país, o equivalente a 5% de toda a população, o que demonstra uma necessidade de se refletir acerca de como está sendo realizada a educação para essas pessoas que, por muito tempo, viveram à margem de uma educação de qualidade. Com esse intuito, esta sessão do artigo acompanha a trajetória do Centro de Educação de Jovens e Adultos João da Silva Ramos visando compreender como foi desenvolvida tal modalidade de educação na referida escola e, ainda, quais os desafios encontrados e como foram (e são) superados.

Para dar suporte às reflexões aqui expostas, foram realizadas pesquisas de campo na referida instituição escolar partindo de relatos orais de pessoas que iniciaram esse trabalho de inclusão no CEJA João da Silva Ramos e com pessoas que ainda vivenciam essa realidade. O recorte temporal é justificado pelas leis que surgem com grande intensidade sobre a educação formal do sujeito surdo regulamentando a Língua Brasileira de Sinais como língua oficial da comunidade surda (Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002) e, também, sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); regulamentado pelo Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 bem como a Lei Nacional da Inclusão nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Assim regulamentadas, pretende-se observar na prática as mudanças na vida daqueles que a partir de então tiveram acesso à garantia de seus direitos com base na legislação específica sobre esse tema.

A educação formal no Brasil iniciou-se, de fato, com a chegada da Família Real no ano de 1808, quando passaram a adotar diversas medidas para garantir os avanços que culminaram no atual sistema de educação brasileiro. Em princípio ela não era destinada a todos os indivíduos, existiam poucas escolas que eram destinadas para as famílias mais abastadas. E para as pessoas com alguma deficiência não havia nenhum tipo de ensino, sendo, portanto, segregadas do direito à educação.

Em 1855 um importante acontecimento passou a moldar o ensino das pessoas surdas, pois o professor francês Ernest Huet – surdo congênito, ex-aluno de Charles-Michel de L’Epee, fundador do Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris, famosa escola para surdos fundada no ano de 1760 em Paris –, viera ao Brasil a convite do imperador Pedro II com o propósito de criar “uma casa de abrigo e ensino para os surdos”, que viria a ser o Imperial Instituto de Surdos-Mudos (SKLIAR, 2013. p. 38). O referido instituto teve sua inauguração no dia 26 de setembro de 1857, configurando-se como o

pontapé inicial para o ensino de surdos no Brasil, data esta que até hoje comemora-se como sendo o “Dia Nacional do Surdo”, o que se chama no Brasil de “setembro azul”, pois é uma data onde a comunidade surda de todo o país relembra sua história, suas lutas, desafios e conquistas.

Inicialmente, o Imperial Instituto de Surdos-Mudos atendia somente aos meninos, os quais eram educados pela língua escrita e pela utilização da datilologia – uma comunicação de sinais feitas com os dedos – tendo como principal finalidade a “recuperação” na comunicação expressiva para convivência em sociedade. Porém, seguindo a tendência mundial pós-congresso de Milão¹²⁹, o instituto estabeleceu o oralismo puro como metodologia, não mais sobre a direção de Ernest Huet, mas sim de professores ouvintes (GIROLETTI, 2017, p. 37).

A partir de então começa a longa história de lutas pelos direitos educacionais dos sujeitos surdos que resultou, no ano de 1993, na criação da Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo – FENEIS. Ali foi definida a Língua Brasileira de Sinais, ou simplesmente LIBRAS, como língua natural legalmente reconhecida. Em decorrência desse processo, o Instituto Nacional da Educação de Surdos tornou a Língua Brasileira de Sinais disciplina escolar no ano de 2001.

No estado do Ceará a Libras começou a adentrar as escolas a partir das necessidades locais, sobretudo a partir das reivindicações da comunidade surda cearense reivindicando o cumprimento da política nacional de inclusão, tal como se observa na Resolução-0456 do Conselho Estadual de Educação, em consonância com a legislação em vigor que dispunha acerca do estabelecimento no Projeto Político Pedagógico das escolas as orientações da organização dos alunos com necessidades especiais, bem como a inclusão dos educandos surdos em salas de aula bilíngues, proporcionando o uso e interação através da Libras.

Assumindo o compromisso com uma educação que atendesse a todos, respeitando as especificidades de cada aluno, percebe-se que a partir da política nacional de inclusão as instituições encontraram respaldo para dar uma maior acessibilidade a educação ao aluno surdo. No entanto, o que se presencia na grande parte das escolas, principalmente naquelas distantes dos grandes centros, é um descaso para com esta modalidade inclusiva de educação. De todo modo, algumas escolas distantes das capitais e grandes centros urbanos demonstram cuidado e preocupação com a educação dos surdos, a exemplo do CEJA João da Silva Ramos.

O Centro de Educação de Jovens e Adultos João da Silva Ramos iniciou suas atividades escolares como CEJA recentemente, em novembro de 2018. O estabelecimento estadual foi criado pela Lei 26.143 de 09 de dezembro de 2001 e oferece ensino na modalidade semipresencial, obedecendo aos critérios da Secretaria da Educação do Estado do Ceará-SEDUC. Atende alunos a partir do sexto ano do ensino fundamental até o terceiro ano do ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, tendo como exigência mínima de idade para ingresso 15 anos completos, no caso do ensino fundamental, e 18 anos completos para o ensino médio.

¹²⁹ Trata-se do Congresso Internacional para Educação dos Surdos ocorrido em Milão, na Itália, no ano de 1880, cuja principal intenção teria sido marcar o predomínio do oralismo no sistema educacional, contrariando propostas a favor das línguas gestuais.

A escola funciona nos três turnos, manhã tarde e noite, acolhendo indivíduos que por algum motivo não conseguiram concluir seus estudos no ensino regular, provenientes das diversas classes sociais, sendo sua maioria trabalhadores que retornam à escola em busca de formação, tendo em vista a grande competitividade do mercado de trabalho, de acordo com as informações que constam no seu Projeto Político Pedagógico. Outro ponto que chama a atenção dentro do PPP do CEJA João da Silva Ramos é a ênfase dada ao Decreto Presidencial 6.571 de 17 de setembro 2008, cujo teor versa sobre o compromisso da união com a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais garantindo não só o acesso como também a permanência e meios para que se desenvolvam em suas singularidades. Com base nessas garantias, a escola tem conseguido colocar em prática o Atendimento Educacional Especializado para a educação de surdos.

A trajetória desse centro não se limita ao cumprimento das leis, pois o CEJA João da Silva Ramos assumiu a responsabilidade na busca efetiva de proporcionar uma educação de qualidade a todos, sem distinção, ganhando destaque principalmente a educação ofertada a estudantes surdos. Inicialmente a escola oferecia atendimento as pessoas com deficiência em uma única sala, mas no decorrer do processo, entendendo a dinâmica dos grupos, algumas mudanças foram implementadas, dentre elas a separação dos surdos dos alunos com outras necessidades educacionais especiais, conforme relatado pela professora Sonia Lopes:

Não lembro exatamente o ano talvez 99, 2000... por aí, mas antes eles [os alunos surdos] estavam numa sala com a professora que trabalhava com [alunos com] síndrome de Down, com deficiência mental, com deficiência auditiva, com visão subnormal, todos juntos numa sala e foi crescendo esse número. Muitas mães começaram a [nos] procurar, aí ficava difícil para trabalhar numa sala e com essas necessidades especiais assim tão diversificadas, e só para ela [a professora] sem ter um auxiliar, foi quando me perguntaram e eu atendi: disse que sim e passei a trabalhar...seis meses eu trabalhei na mesma sala com ela [a professora] e depois eu senti a necessidade de separar quem tinha deficiência auditiva pra fazer o trabalho mais direcionado para eles.

Contudo, outros desafios surgiram para a nossa depoente que passou a se questionar como desenvolver um trabalho com os alunos surdos sem que ela mesmo possuísse conhecimento e domínio de Libras:

No início como eu não tinha nada de curso, não sabia nada, eu comecei a fazer um trabalho com eles usando os meus sinais sem saber o que era a libras [...]. Comecei a perguntar para eles alguns sinais, por exemplo, o que era mãe para eles, aí cada um dizia um sinal como era mãe, como era irmão... Algumas eu trabalhava com figuras, mostrando para eles, o que cada um dizia o que era do seu jeito, como seria o sinal... e aí, com isso, eu fui vendo a grande necessidade de... já que estávamos juntos... que a gente unificasse [...]. Fui mostrando para eles que a gente tinha que socializar para eles entender o que cada um estava dizendo [...]. Depois fui fazer um curso de dois dias e meio e eu vi alguns sinais, mas ao retornar ainda fiquei muito aflita porque eu não trazia nada por escrito apenas o que eu vi lá e foi quando eu fui, depois, procurar ver alguns sinais para poder estudar [...] aí a partir daí comecei desde do alfabeto desde das coisas básicas e aí fui aprofundando a nível de [sic] alfabetização [...] quando eu comecei a ensinar eles ficaram muito felizes e começaram a se comunicar através de libras. Eles usavam, sim, alguns sinais, mas o que eu estava ensinando em libras eles já estavam se comunicando, eu vi um avanço inclusive [entre] o povo da escola. (Sonia Lopes).

A partir da observação de um relatório ao qual tive acesso feito pela própria professora depoente sobre o desenvolvimento dos educandos surdos, e também em sua fala, ficou claro a importância da alfabetização e letramento através da língua de sinais, tendo em vista que os alunos passaram a ter mais aproveitamento em sala de aula. Não contente com o avanço dos alunos e professores no uso e domínio da Libras, a escola compreendeu que era preciso expandir o conhecimento para além dos seus muros e portões. Era, então, necessário que as famílias dos alunos tivessem também contato com essa língua para melhor interação em casa e, conseqüentemente, para o fortalecimento da parceria com a escola.

Para Catarina Rosa, intérprete de libras do CEJA João da Silva Ramos, esse passo foi fundamental no exercício de compreensão do papel e lugar da família na educação dos filhos:

A questão do aprendizado de fortalece a comunidade surda e quando a gente fala em comunidade surda entra o surdo, entra a família dos surdos, entram os intérpretes, entram as pessoas que estão envolvidas e que gostam do tema, [gerando] um fortalecimento grande dessa vivência, desse conhecimento.

A partir de então, a escola, na pessoa da professora Sonia Lopes, começou a desenvolver ações educativas com a comunidade escolar no que se refere à educação de surdos no município de Camocim:

Eu ofereci para eles [os familiares] e eles aceitaram. Então, uma vez na semana eu tirava um horário e eles [os alunos] e os pais ficavam na sala de aula [...] todos os pais tinham cadernos, eu tirava xerox de todos os sinais, das atividades e passava para eles. O que era que eles [os alunos] estavam aprendendo eu passava a mesma coisa pra eles [os pais] e isso foi muito bom, ver pai aprendendo, entendendo [...] é tanto que ainda hoje eu encontro pais usando libras com os filhos. (Sonia Lopes).

Para o sucesso desse projeto de inclusão, que fez com que o CEJA João da Silva Ramos se tornasse escola referência na educação de surdos no município foi imprescindível o desenvolvimento da sensibilidade e, conseqüentemente, a colaboração

e apoio tanto de professores quanto da gestão da escola, conforme relatado pelas professoras entrevistadas nesta pesquisa:

A diretora da época ajudou muito, eles acreditavam no meu trabalho [...] me deixaram a vontade para trabalhar como eu achava que era melhor. [...] eles acreditavam que ia dá certo e deu. Os outros diretores que chegaram depois também deixaram esse espaço aberto [pois] acreditavam no meu trabalho e isso foi muito bom. (Sonia Lopes).

Só o professor não consegue fazer nada, né, então a gestão eu defendo muito, pois a gestão é muito importante nessa questão, para trabalhar a inclusão tem que começar dos 'cabeças', os coordenadores, aí vem os professores e os alunos, né, toda comunidade escolar. (Catarina Rosa).

Diante desses relatos de experiência, vemos como as propostas de ensino variam e se modificam ao longo dos tempos, criando novos caminhos e adotando novas práticas, fazendo com que as escolas e o sistema escolar se adaptem ao surgimento de novas e diferentes demandas no que concerne ao seu alunado e ao modo de ver e conceber o ensino, pois já não é mais admissível pensar em um ensino que não dialogue com a diversidade, apesar das adversidades, presente nas escolas.

Torna-se cada dia mais necessário a adoção de práticas educativas que compreendam a inclusão como condição fundamental para todas as pessoas inseridas na sala de aula, deixando de lado modelos escolares pensados de forma homogênea. É fato que a escola precisa de apoio técnico e financeiro para passar por tais processos de adaptação. No contexto desta pesquisa, o CEJA João da Silva Ramos não apenas mudou suas práticas como também ressignificou seu lugar e sua função na comunidade, passando a ocupar papel de destaque na formação e construção social desse novo alunado, que por anos foram excluídos e segregados dos direitos a uma educação justa e igualitária.

Ao percorrermos, ainda que brevemente, a história da educação de surdos foi possível perceber grandes avanços, não obstante a persistência de práticas segregacionistas, excludentes e mesmo de maus tratos em relação às pessoas surdas. Evidente que a mudança de postura não se deu passivamente, da noite para o dia. É urgente reconhecer todo histórico de lutas e reivindicações das próprias pessoas surdas para fazer valer direitos fundamentais, como educação. O uso e difusão de Libras, reconhecida enquanto língua materna, tem garantido um crescente espaço na sociedade, historicamente negado aos surdos.

Em Camocim, esse espaço de acessibilidade, de inclusão e interação encontra abrigo no CEJA João da Silva Ramos. Acreditamos que ainda há muito a ser feito e estudado em relação a comunidade de pessoas surdas, sua cultura e sua língua própria, para que possamos desenvolver de fato uma educação de qualidade, quem sabe uma educação bilíngue no município. Todavia, compreende-se que os primeiros passos foram dados e que os mesmos estão fazendo muita diferença no referido município.

Nenhum direito a menos, nenhum passo atrás!

REFERÊNCIAS

- ALVES MOREIRA, Maria Efigênia et al. **Os Impactos do Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC, na Alfabetização das Crianças de Jaguaribe – CE.** Conexões - Ciência e Tecnologia, [S.l.], v. 11, n. 4, p. 55-61, dec. 2017. ISSN 2176-0144. Disponível em: <<http://conexoes.ifce.edu.br/index.php/conexoes/article/view/1001>>. Acesso em 12 de janeiro de 2020. DOI:<https://doi.org/10.21439/conexoes.v11i4.1001>.
- CEARÁ, Secretaria da Educação. **Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC: Histórico, objetivos e eixos do programa**, 2012. Disponível em www.idadecerta.seduc.ce.gov.br. Acesso em 19 de abril de 2019.
- CRUZ, Magna do Carmo Silva. **Tecendo a alfabetização no chão da escola seriada e ciclada: a fabricação das práticas de alfabetização e a aprendizagem da escrita e da leitura pelas crianças.** Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Educação Programa de Pós-graduação em Educação (Curso de Doutorado). Recife/PE, 2012.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.) [et al.]. **Entrevistas: abordagens e usos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- GADOTTI, Moacir (Org.). **Paulo Freire - uma bibliografia.** São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- GIROLETTI, Marisa Fátima Padilha. **Aquisição da língua de sinais para surdos como L1.** Idaiá: UNIASSELVI, 2017.
- SILVA, E. **A importância do gestor educacional na instituição escolar.** Revista Conteúdo, Capivari, v.1, n.2, jul./dez. 2009.
- SILVA, Roberta da. **Reflexões sobre os desafios da gestão municipal das ações de formação continuada de professores do Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC: um estudo de caso com um município do interior cearense.** Olh@ares, Guarulhos, v. 3, n.2, p. 102-118, nov. 2015. p. 103.
- SKLIAR, Carlos (org.) **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 2013.

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA LOCAL EM PACUJÁ-CE NA PERSPECTIVA DO PARFOR-UVA

MELO, Francisco Dênis¹³⁰

RESUMO: A História Local visa o estudo, a interpretação e análise do cotidiano de grupos sociais presentes em localidades na perspectiva de construção do conhecimento do passado, do presente e das memórias locais, procurando rompendo uma história mais tradicional das localidades, articulando assim pedagogicamente a história do cotidiano ao espaço local e este ao nacional, construindo desse modo a inserção do estudante na comunidade da qual ele faz parte, objetivando repensar e recriar sua própria historicidade e identidade.

Palavras-chave: História. Memória. Pacujá-CE.

¹³⁰Professor do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: melofranciscodenismelo@yahoo.com.br

A História humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas.
Ferreira Gullar

O PARFOR¹³¹ tem sido um instrumento importante para enfrentar a defasagem educacional no contexto da formação docente no Brasil, abrindo espaço para que em diferentes cidades pelo interior do país, a reflexão e a prática educativa transformem a vida das pessoas envolvidas com a educação, reverberando assim na vida de docentes e discentes que assim, terão mais condições de lidar com conhecimentos mais sistematizados e críticos, especialmente na área de História, mas não só, já que em Pacujá-CE¹³², o curso de História divide atenção com o curso de Matemática.

Na cidade de Pacujá a formação em História adota a mesma estrutura curricular do Curso de História regular da Universidade Estadual Vale do Acaraú, responsável por sua coordenação, assumindo as disciplinas do PARFOR, os mesmos professores que trabalham no curso em questão. A disciplina de História e Historiografia Local, tem carga horária de 60 horas, sendo optativa. Sua ementa estabelece:

O estudo, interpretação e análise do cotidiano de grupos sociais presentes em localidades na perspectiva de construção do conhecimento do passado, do presente e das memórias locais, rompendo uma história mais tradicional das localidades, articulando assim pedagogicamente a história do cotidiano ao espaço local e este ao nacional, construindo desse modo a inserção do estudante na comunidade da qual ele faz parte, objetivando criar e recriar sua própria historicidade e identidade (PPP História-UVA, 2016, p.202).

Questão premente no ensino de História Local é a consideração do *local* como disposição conceitual, portanto teórica, mas também metodológica. Nesse sentido, a preocupação com práticas sociais do cotidiano e sua relação com o passado, passando pelos passes e impasses das memórias. Pensar a questão do *local* é também relativizar a posição de determinados sujeitos em seus locais, sendo assim, repensar a história mais tradicional e seu viés de cariz Positivista, rompendo certas narrativas lineares geralmente alimentadas na seara das famílias reconhecidas como tradicionais, na esteira da produção de memorialistas que, mesmo tendo importância para a construção e configuração da História, faz do seu local, ou seja, de sua posição social e cultural, o lugar de legitimidade da História da cidade em questão. Nesse sentido, entendemos que:

¹³¹O PARFOR, na modalidade presencial é um Programa emergencial instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e implantado em regime de colaboração entre a Capes, os estados, municípios o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior – IES. Vale destacar que o PARFOR tem a peculiaridade de ser um tipo de formação em que o curso funciona geralmente no local de residência dos estudantes que recebem os professores em seus locais de moradia ou relativamente perto de onde moram, no raio de abrangência do município em questão.

¹³²O município de Pacujá-CE possui cerca de 6.000 habitantes (IBGE, 2010), está localizado a 309 km de Fortaleza, na microrregião Noroeste do Ceará. Historicamente esse território está ligado a uma Fazenda de nome Belmonte. Conquistou sua independência da cidade de São Benedito, no ano de 1957, sendo elevada à categoria de município pela Lei Estadual nº 3692, de 17 de julho de 1957.

A localidade às vezes não passa de uma circunscrição projetada por uma autoridade, em razão de princípios que vão desde a história a critérios puramente técnicos. Em outros casos, ela exprime a proximidade, o encontro diário, em outro ainda, a existência de um conjunto de especificidades sociais, culturais, bem partilhadas... (BOURDIN, 2001, p. 25)

As reflexões de Bourdin acima apontam de certo modo para os caminhos propostos pela ementa da disciplina de História e Historiografia Local, porque entendem a prática local como uma dimensão plural que está para além da determinação geográfica ou estatística, que também o compõe, especialmente numa dimensão mais administrativa, mas também apontando o local como parte significativa do encontro diário, a proximidade, o compartilhamento de sociabilidades, culturas e bens. Bourdin dimensiona a importância do que ele chama de *local herdado*, pensando essa questão da seguinte forma:

O passado pesa de maneira determinante sobre o presente, portanto, a genealogia constitui o instrumento maior de compreensão do social.

[...]

Nestas condições, o que é a expressão mais direta da herança do passado é sempre de ordem local, fundador sem ser natural.

É preciso então responder a três perguntas:

- Como este local herdado age sobre as realidades presentes?
- Como transformou e se transforma?
- Que atitude adotar com relação a ele? (BOURDIN, 2001, p. 41-42)

A força do *local herdado* está presente em várias narrativas relativas às histórias de muitas cidades. De maneira geral não se fala nessa dimensão conceitual, de modo que talvez possamos pensar aqui em *passado herdado*, sendo que outros substantivos e adjetivos imperam nesse tipo de explicação, como *fundador*, *criador*, *instituidor*, etc., tomando o lugar da suposta proeminência da fundação de muitas de nossas cidades. Em Pacujá, não é diferente, quando se fala em educação na cidade, mais recentemente, é o nome da senhora Liduína Ribeiro Macedo que aparece, professora, bastante conhecida por ter sido diretora da escola Plácido Aderaldo Castelo e do Ginásio Corialono. E quando se fala no campo sindical, é o nome do sindicalista Genésio Joaquim Cordeiro, ligado à Igreja Católica, com militância nas CEB's – Comunidades Eclesiais de Base¹³³, da Comunidade de Sanharão, responsável por organizar projetos sociais especialmente a partir da palha da carnaúba, ao mesmo tempo em que a comunidade ia ocupando terras e plantando milho e feijão... O senhor Francisco Osmar e Silva e dona Raimunda Nonata

¹³³“As comunidades eclesiais de base (CEBs) são organismos da Igreja Católica que se caracterizam por: (a) celebração dominical realizada por leigos ou leigas; (b) ampla participação na tomada de decisões, geralmente por meio de assembléias; e (c) ligação entre a reflexão bíblica e a ação na sociedade. O período de preparação do Concílio Vaticano II (c. 1960) favoreceu as iniciativas que buscavam uma estrutura eclesial mais adequada ao diálogo com o mundo moderno do que a paróquia, organismo medieval no qual todas as funções religiosas recaíam sobre o padre. Nesse contexto, as “pequenas comunidades” pareciam ser o meio mais favorável à participação leiga na Igreja e à sua influência na sociedade urbana e industrial. Em 1968 a II Conferência dos Bispos da América Latina, reunida em Medellín Colômbia, propôs a Comunidade Eclesial de Base (CEB) como seu principal instrumento pastoral, ligando a forma comunitária à opção preferencial pelos pobres. Formulou-se então a Teologia da Libertação que, retomando experiências ensaiadas desde os anos 1950-1960 na Ação Católica, no Movimento de Educação de Base e em outros setores renovadores da Igreja, inclusive em denominações protestantes, fundamentava uma ação pastoral comprometida com as causas populares”. Ver: fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comunidades-ecclesiais-de-base-cebs. Acesso em 30 de abril de 2020, às 09:44h.

Alves, a Nonatinha, ex-prefeita, abrem espaço na cidade para de certo modo se entender o campo político mais recentemente.

Todos, de maneira geral, são chamados a reparar lacunas, ligar temporalidades, estabelecer e afirmar certa identidade pacujaense. Todas as pessoas mencionadas, com exceção da senhora Nonatinha, foram entrevistadas a partir de uma gravação de vídeo realizada pela turma de História de Pacujá, entre os dias 22 e 23 de março de 2019, como atividade da disciplina de História e Historiografia Local. Com relação ao oral e o audiovisual, sabemos que “Muitos profissionais da área utilizam gravador e câmera como recurso para coletar narrativas de agentes sociais sobre suas experiências em diferentes universos – movimentos sociais, bairro e localidade, práticas profissionais, trajetórias de migração, etc”. (SILVA, 2003, p. 73)

A escolha dos entrevistados foi feita pelos estudantes. Cada escolha refletiu uma determinada visão da história da cidade, pluralizando narrativas e efetivando lugares simbólicos. Podemos dizer com certa segurança que estudantes moradores do centro da cidade, visualizaram com mais facilidade a importância do nome da senhora Liduína Ribeiro Macedo, educadora. Morar um pouco afastado do centro fez com que alguns deles olhassem a cidade sob outro ângulo, por isso, certamente, a sugestão do nome do senhor Genésio Joaquim Cordeiro, sindicalista. De todo modo, ambas as visões apontam para o fato de que “o local é sempre tratado como um objeto real, que se impõe a nós [...], por sua necessidade antropológica ou cognitiva, por sua duração. (BOURDIN, 2001, p. 50)”.

Essa questão que chamamos aqui de *passado herdado*, em relação ao conceito de *local herdado*, fica claro quando verificamos a narrativa da tradição sobre as origens de Pacujá, em que lemos muito claramente a tentativa de efetivação daqueles que teriam sido os fundadores ou benfeitores da cidade:

A palavra de Pacujá é de origem Tupi e significa “Fruto da Pacova”, uma variedade de banana, e também significa “folha de enrolar”. O terreno para construção de Pacujá foi doado por **Dona Maria Rodrigues Nepomuceno**, conhecida como “**Maria dos Tinguins**”, tendo sido construído primeiramente a casa de pedra, onde atualmente funciona a capela São Vicente de Paulo, da **Família Rodrigues Nepomuceno**, existe seus descendentes representados pela **família Côtí**. **Padre Vicente Jorge é considerado o fundador da Vila**, onde foi o primeiro vigário, vinha de Sobral e ficava na casa de pedra. As primeiras casas construídas em Pacujá pertenciam a José Rodrigues e era chamada de **Fazenda Belmont**. Os primeiros professores foram a Sra. Alta Melo, Maria Liberotina Guimarães Ramos e mestre Levinho. Tendo sido **o grande lutador pela emancipação de Pacujá Francisco Júlio Filizola**. A população de Pacujá tem uma vasta miscigenação, com mistura das raças, indígenas, negra e branca. (Biblioteca.ibge.gov.br-ceara-pacuja. Acesso em 28 de abril de 2020, às 14:53, grifo nosso).

A passagem acima é muito significativa e esclarece alguns pontos importantes levantados anteriormente por Bourdin, quando o mesmo enfatiza questões como o peso do passado sobre o presente, e a força da genealogia como instrumento de entendimento do social. Padre Vicente Jorge, com atuação importante em Sobral, é considerado o fundador da vila. Por outro lado, “tendo sido o grande lutador pela emancipação de Pacujá Francisco Júlio Filizola”. Não deixa de ter importância para essa narrativa relativa a força

do *passado herdado*, as famílias Rodrigues Nepomuceno, por exemplo, representadas no presente pela Família Côtí, reforçando o lugar da genealogia nessa relação.

O objetivo principal da disciplina foi tentar compreender a constituição das narrativas locais sobre a existência da cidade, e nessa perspectiva, refletir sobre como o *local herdado*, para nós, o *passado herdado*, continuava a agir sobre o presente de Pacujá. Desse modo foi preciso refletir sobre o lugar da história local na construção educativa das escolas na cidade. Não há praticamente nenhuma produção sobre a história local no âmbito escolar. Os alunos do curso também não conheciam de maneira sistematizada a história da cidade, a não ser narrativas que resvalavam do terreno oficial e tinham uma dimensão muito mais de memória do que de História, na medida em que muitos deles contavam e recontavam sobre pessoas, lugares e acontecimentos da cidade ou do campo, levando em conta o que ouviram de pessoas mais velhas. Nesse sentido, uma possível narrativa heroica, como vimos acima sobre as origens de Pacujá, de certa forma passa ao largo das visões de mundo dos estudantes em sala, pelo menos com relação as ditas origens mais remotas do lugar.

O programa da disciplina, em sua primeira parte, apontava para a necessidade de discussão teórica e metodológica sobre a História Local. Essa discussão levou em conta que

Em um país que abriga dentro de si a possibilidade de se pensar tantos espaços internos, não apenas devido às suas impressionantes diversidades geográficas e naturais, como também em virtude da multiplicação de alternativas culturais, o “local” como foco de atenção para o historiador tem se mostrado um âmbito muito rico para a prática e as escolhas historiográficas (BARROS, 2013, p. 168).

O local é um espaço estratégico de acesso a variadas formas de se viver e pensar o mundo. Sua multiplicidade justifica a princípio, o foco do historiador nessa perspectiva de conhecimento e de aprendizagem, porque, afinal de contas, “toda história é local”. Leon Tolstói, romancista russo, traduziu esse postulado de outra forma, uma forma válida ainda hoje: “Se queres ser universal, cante sua aldeia”. Nessa perspectiva podemos compartilhar mais algumas reflexões de José Barros:

O lugar não é mais apenas um mero local, mas um mundo que coloca em jogo as suas próprias regras. Pode-se mesmo dizer que todos os lugares são pequenos mundos [...] um lugar precisa ser nomeado, pressentido por alguém dotado de uma singularidade. O lugar é o local que adquiriu visibilidade para alguém, porque investido de certos significados (BARROS, 2017, p. 170-171).

O lugar, o local, assomam na vida das pessoas enquanto prática, enquanto modo de vida e de relação com temporalidades e espacialidades. Todos os lugares são de fato pequenos mundos, e enquanto tais, não cabem em definições a priori. O lugar precisa entrar e estar no universo da comunicação, precisa, nesse sentido, ser nomeado, notado, atado à vida prática das pessoas. Ganha significados, geralmente existe em consonância com sentidos outros, como símbolos e signos locais, narrativas, imagens, lendas, mitos. Lugar também é pressentimento, sendo, portanto, também imaginário, sutileza, dimensão onírica entre a cidade real e a cidade ideal.

Numa determinada passagem da entrevista do senhor Genésio Joaquim Cordeiro, sindicalista, de palavra acesa e raciocínio perspicaz, quando procurou responder ao seguinte questionamento: “Qual a sua relação com a Igreja Católica?”, o mesmo nos respondeu da seguinte forma: “[...] a palestra dele [fazendo referência aos padres de maneira geral] a homilia, é dentro da sua formação, trazendo o Evangelho, o Velho Testamento para o Novo Testamento, falando do ontem que aconteceu, pra nós viver o hoje[...]”(Genésio Joaquim Cordeiro, 54 anos, 2019):

O fato do senhor Genésio chamar o discurso dos padres de *palestra*, denota certo entendimento da palavra como algo investido de autoridade, de poder. Seria uma espécie de conversa séria, apta a ser ouvida com atenção. A fala do senhor Genésio, no entanto, carrega ainda a força e a dimensão sensível do entendimento do saber e do tempo como possibilidades de relação constante, ou seja, o passado (Velho Testamento), que é passado, mas que não passou por sua dimensão sagrada, entra em relação com o presente (Novo Testamento), servindo assim ao tempo vivido, as experiências do hoje.

Figura 1 – Senhor Genésio Joaquim Cordeiro, em sala de aula durante gravação do vídeo.



Fonte: Acervo do Autor.

Aprendemos um pouquinho com o senhor Genésio, ouvindo suas experiências de vida, suas lutas e considerações sobre o mundo. A segurança de sua fala nos pareceu representar a clareza de sua vida e de seus gestos calmos. Sua militância na Igreja Católica em sua perspectiva mais social, ficou claro também por outro símbolo: o crucifixo que trazia no peito. Entendemos assim que

A possibilidade de utilizar a história para finalidades sociais e pessoais construtivas desse tipo vem da natureza intrínseca da abordagem oral. Ela trata de vidas individuais – e todas as vidas são interessantes. E baseia-se na fala, e não na habilidade da escrita, muito mais exigente e restritiva (THOMPSON, 1998, p. 41).

A experiência de escuta durante as gravações com moradores idosos da cidade de Pacujá encontrou ressonância em todos os estudantes. O fato de sair da sala para gravar com a senhora Liduína, com o senhor Osmar ou com o senhor Damião Joaquim da Costa, por exemplo, andando pelas ruas da cidade, observado e parando, já foi relevante, porque a cidade e sua dinâmica foram vista fora do trânsito comum do cotidiano geralmente apressado. Nas palavras de praticamente todos os entrevistados, ainda que nenhum deles tivesse conhecimento mais sistemático sobre a prática da História, encontramos considerações sobre a finalidade social em suas falas, como tentativa de explicar as mudanças ocorridas na cidade e na vida de muitas pessoas. Quando foi perguntada a senhora Liduína Ribeiro Macedo, se ela havia nascido em Pacujá, como era a cidade de sua infância, e em que rua da cidade havia nascido, depois de responder que havia nascido em Pacujá, ela continuou da seguinte forma:

Lembro da história no nosso município [...] Nessa época as coisas eram muito difíceis, principalmente a educação que a gente estudava, e eu fiz minha Carta do ABC levando uma cadeira na cabeça para a casa da professora, porque lá não tinha cadeira suficiente [...] (Liduína Ribeiro Macedo, 69 anos, 2019)

Dona Liduína trata de um período da educação em que as crianças eram educadas em casa, geralmente na casa das próprias professoras, em face da não participação do Estado na construção de uma política educacional e pedagógica para a infância. Foi somente durante o Estado Novo (1937-1945), com Getúlio Vargas, que se estabeleceu responsabilidade sobre a infância, com a criação do Ministério da Educação e Saúde, “Porém, as propostas do Estado de modo geral para atendimento à infância estavam baseadas no estabelecimento de convênios com entidades filantrópicas e particulares, na manutenção do atendimento indireto[...]” (NASCIMENTO, 2015, p. 164). Quando faz referência a Carta do ABC, ela está citando uma das mais importantes e conhecidas formas de alfabetização posta em prática no Brasil. Sabemos que

De modo geral é possível dizer que as cartas de abc eram constituídas por abecedário maiúsculo e minúsculo; os silabários compostos com segmentos de uma, duas ou três letras e, por fim, as palavras soltas cujos segmentos silábicos apareciam separados por hífen [...] (CORRÊA, 2020, p. 23)

Essas cartas de ABC continuaram sendo editadas até os anos 50 do século XX, em alguns casos, indo além desse tempo, como relata dona Liduína em seu processo de alfabetização.

Figura 2 – Dona Liduína Ribeiro Macedo em sua casa durante gravação do vídeo



Fonte: Acervo do Autor.

Em outro momento da entrevista, dona Liduina faz referência a mais uma perspectiva da narrativa local sobre a educação, sempre enfatizando que não estava “contando a nossa história”, ou seja, a História da cidade, relatando o seguinte:

Após passar a emancipação política nos anos 58, 59, foram criadas as Escolas Isoladas [...] O governo dava contrato para uma pessoa que tivesse mais um pouco de cultura, ou porque as nossas origens também, origem da família Alves, Rodrigues e Lopes... São umas pessoas aculturadas e por isso quem vem das raízes de Pacujá [...] eles se sobressaem [...] (Liduina Ribeiro Macedo, 69 anos, 2019).

Interessante perceber que ao mesmo tempo em que dona Liduina conta a história educacional de Pacujá depois da metade do século XX, ela conta também de certa forma a história da educação no Brasil. Sua referência às chamadas Escolas Isoladas, diz muito nesse sentido. Quando cita esse tipo de escola, estava fazendo referência direta a um tipo de educação que foi importante durante certo período na história da educação no Brasil, especialmente a partir da metade do século XX. Esse tipo de escola, geralmente localizada em cidades do interior brasileiro, tinha como objetivo primordial, tentar minorar o problema do analfabetismo, “a essa organização escolar, as escolas primárias, eram chamadas também de primeiras letras, essas classes denominadas de escolas isoladas ou avulsas e unidocentes”. (SAVIANE, 2005, p. 24). A unidocência representava um tipo de docência que também poderia ser chamada de polivalente, multidisciplinar, que

tem sido caracterizado/a como um/a profissional que trabalha ensinando as várias matérias de ensino (ciências, literatura, arte, história, língua portuguesa, geografia, matemática, educação física dentre outras) que compõe o currículo escolar dos anos iniciais do ensino fundamental (CAIXETA, 2017, p.104) .

A realidade da unidocência foi elementar, no sentido da formação inicial, na vida de muitas gerações de brasileiros ao longo de tempo das primeiras décadas do século XX. Esse tipo de educação, portanto, visava a formação integral das crianças, na medida em que se dava a partir da aprendizagem das chamadas disciplinas básicas do currículo

escolar, tais como ciências, literatura, história, língua portuguesa, etc. Posteriormente os chamados grupos escolares, também chamadas de escolas graduadas, com uma proposta de ensino seriado, vieram substituir as escolas isoladas.

O diálogo estabelecido entre os estudantes de História e alguns moradores da cidade e distritos do município de Pacujá, abriu espaços para o conhecimento e para o reconhecimento de parte significativa da vida dessas pessoas, ultrapassando assim o simples “ouvir dizer” relativo à importância para a história da cidade, de cada um deles. Partilhamos memórias e afetos nessa tarefa. Sabemos que a memória é, basicamente, chão que todo nós pisamos. Tecido urdido ao longo da vida, com costuras e falhas, remendos, pontos e nós. Espaços de subjetividades, esquecimentos, idas e vindas, correlações e relações constantes. Nesse sentido, “O debate sobre a dimensão individual e social da memória é separado por uma linha tênue, isto é, não existe uma fronteira demarcada de onde é objetividade e onde é subjetividade.” (MESQUITA, 2001, p. 19)¹³⁴ Percorrendo os imensos *apostos* do palácio da memória, alcançamos muitos espaços diferentes, alguns mais claros, outros mais escuros. Entendendo a memória como uma conexão entre as pessoas e o mundo, entre vida e convivência. O que foi relevante para nós foi constatar que “o caminho trilhado pela memória é permeado de emoções, pois ao se revisitar um acontecimento, o indivíduo também relembra os sentimentos experimentados naquela ocasião” (MESQUITA, 2001, p. 131). E isso ficou claro nas palavras do senhor Genésio Cordeiro e dona Liduina Ribeiro. O fio dessas narrativas se desenrolou pela cidade e campo, palmilhando tempos e espaços, sentimentos, perdas, panegíricos, afetos e certas esperanças...

Quando o historiador britânico Raphael Samuel em importante artigo para o entendimento da relação entre história local e história oral, nos diz que “Um mero rabisco pode acender a imaginação de um historiador”(SAMUEL, 1988, p. 219), a força da epígrafe do poeta maranhense Ferreira Gullar, que abriu este trabalho vem à baila, porque suas palavras podem ser entendidas como uma espécie de radiografia do que foi a História durante muito tempo, uma História preocupada em louvar os chamados heróis nacionais e assim traçar a narrativa efetiva de uma visão elitista dos acontecimentos. Pensar que a História acontece entre plantas, galinhas, nos subúrbios, entre namoros, nas escolas, nos espaços dos prostíbulos, por exemplo, é relativizar o discurso que aponta para a fixidez dos lugares oficiais, pondo no lugar a fluidez, o movimento, a incompletude. Numa passagem da entrevista do senhor Genésio, fazendo referência ao convite que recebeu para narrar suas experiências, disse: “[...] porque eu acredito que não é qualquer repartição nem em qualquer momento que a gente possa ter voz [...] Se o que eu falei foi experiência, pra mim vai continuar diretamente essa vida [...]” (Genésio Joaquim Cordeiro, 54 anos, 2019)¹³⁵. A *repartição* a que o senhor Genésio se refere, é propriamente a Universidade, representada ali, naquele momento, pelos estudantes e, mais do que isso, pelos questionamentos feitos, pelas perguntas e dúvidas. Essa repartição é lugar da voz, da

134

¹³⁵Genésio Joaquim Cordeiro, 54 anos. Agricultor, membro da Associação de Moradores, residente em Sanharão. Entrevista gravada em vídeo, na sala de aula do PARFOR, no dia 23 de março de 2019, no horário da tarde, em Pacujá-CE

palavra, do encontro entre vozes, da troca de experiências, experiências que no fundo justificam a própria existência, porque são as experiências que influenciam “diretamente essa vida”, essa vida que no fundo é a vida de cada um de nós...

REFERÊNCIAS

- BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001
- BARROS, José D’Assunção. **A expansão da história**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2013.
- BARROS, José D’Assunção. **História, espaço, geografia**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2017
- CAIXETA, Sara da Silva. **Unidocência**: uma análise do trabalho pedagógico de professores dos anos iniciais do ensino fundamental. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, 2017.
- CORRÊA, Carlos Humberto Alves. SILVA, Lilian Lopes Martins da. **Cartas de ABC e cartilhas escolares**. Alfabetização nas escolas amazonenses (1850-1900). Acesso no dia 30 de abril de 2020, às 20:24h.
- MESQUITA, Andréa Pacheco. **O banquete mnemônico**. JUNIOR, Antonio Germano Magalhães (Orgs.) VASCONCELOS, José Gerardo. **Memórias no plural**. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará –UFC. Fortaleza: Editora Gráfica LCR, 2001
- NASCIMENTO, Edaniele Cristine Machado do. **Processo histórico da educação infantil no Brasil: Educação ou assistência?** V Seminário Internacional sobre profissionalização docente. Cátedra UNESCO.PUCPR, 26 a 29/10/2015
- SILVA, Marcos A. da. História. **O prazer em ensino e pesquisa**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003
- SAMUEL, Raphael. **História local e história oral**. Rev. Bras. de Hist. São Paulo, v. 9, nº 19, pp. 219-243, set.89/fev.90
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. História oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998
- SAVIANE, Demerval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados Uberlândia, MG: EDUFU, 2005

ROÇADO AGROECOLÓGICO: PLANTIO COM SUSTENTABILIDADE EM SOLO PACUJAENSE NO CEARÁ

LOPES, Cristiano Borges¹³⁶

MELO, Francisco Dênis¹³⁷

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar o pioneirismo regional da comunidade de agricultores rurais de Zipú, com o roçado agroecológico, sob organização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Agricultores e Agricultoras Familiares na cidade de Pacujá/CE, ao mesmo tempo em que reflete sobre as relações entre História e Ecologia e História e Alimentação.

Palavras-Chave: Ecologia. História. Pacujá-CE.

¹³⁶ Aluno do Curso de História. Primeira Licenciatura UVA/PARFOR/PACUJÁ.

¹³⁷ Professor do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: melofranciscodenismelo@yahoo.com.br.

Introdução

Cada dia a natureza produz o suficiente para nossa carência. Se cada um tomasse o que lhe fosse necessário, não havia pobreza no mundo e ninguém morreria de fome.
Mahatma Gandhi

Um dos grandes desafios dos chamados roçados agroecológicos, é produzir o necessário para que não haja pobreza no mundo vivido, ou seja, nas comunidades, especialmente as interioranas, por esse imenso Brasil, como lemos acima nas palavras de Gandhi. Por outro lado, como a História tem tratado da questão fundamental que precede as reflexões de Gandhi, ou seja, o que os historiadores têm pensado com relação a natureza? Sabemos que:

A crise ambiental do mundo globalizado do século XXI revela a ilusão e as contradições ecodestrutivas da racionalidade moderna que, no limite colocam em risco a própria vida no planeta Terra. A consciência da dimensão global da crise ambiental impôs um desafio de vida ou morte para as gerações do século XXI, um desafio que nos obriga a pensar e agir de modo radicalmente diferente (CAROLA, 2018, p. 174).

As reflexões de Carola nos dão as pistas necessárias para nos atermos a essa discussão, na medida em que apontam questões urgentes: a possibilidade do fim da vida humana na Terra em vista da depredação do planeta. Nesse sentido, é que, ainda segundo Carola, “A gravidade e amplitude do problema acabaram motivando um novo campo de estudo. Surgiu então a História ambiental” (CAROLA, 2018, p. 175), Campo novo em plena efervescência, mas ainda em formação, podemos dizer assim, ainda que sua base venha desde a década de 1970, tem como objetivo “Aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados” (WOSTER, 1991, p. 198).

Portanto, este artigo tem como objetivo fazer uma apresentação do pioneirismo regional da comunidade de agricultores de Zipu, com relação ao roçado agroecológico, sob organização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Agricultores e Agricultoras Familiares na cidade de Pacujá/CE, organização fundada no dia 06 de maio de 1973, localizada à Rua Francisco Eugênio de Oliveira.

A experiência de Pacujá-CE

Pacujá é uma cidade relativamente jovem, distante 309 quilômetros de Fortaleza, tendo sido emancipada da cidade de São Benedito, na Serra da Ibiapaba, em 1957. A implementação do plantio sustentável e ecológico, nasceu de uma parceria dos moradores com o sindicato dos agricultores rurais, em meados de 2017, quando começaram a desenvolver o projeto do Roçado Agroecológico, que tem uma grande significância para os envolvidos, que se beneficiam com o sucesso da organização, produção e divisão de sementes. A união que este empreendimento coletivo provoca na comunidade e a

conscientização sobre a importância da preservação ambiental é outro fator positivo do projeto. Pacujá é um município com renda per capita muito baixa, e isso influencia de maneira clara na vida simples da população¹³⁸.

Um fato importante para nossa reflexão, que tem relação direta com o roçado agroecológico, é a alimentação. Comer, as “artes de nutrir”, nas palavras de Michel de Certeau, é prática orgânica, mas é também, e fundamentalmente, uma ação cultural, sendo “suporte de uma prática elementar [...] repetida no tempo e no espaço, com raízes na urdidura das relações com os outros e consigo mesmo, marcada pelo ‘romance familiar’ e pela história de cada um” (CERTEAU, GIARD, MAYOL, 1997, p. 218). Por isso mesmo:

Os hábitos alimentares constituem um domínio em que a tradição e a inovação têm a mesma importância, em que o presente e o passado se entrelaçam para satisfazer a necessidade do momento, trazer alegria de instante e convir às circunstâncias (CERTEAU, GIARD, MAYOL, 1997, p. 212).

O roçado agroecológico, localizado na comunidade do Zipu, zona rural de Pacujá, tem três anos de existência, e consiste basicamente no plantio sem queimadas, ou, seja no processo de preparo da terra é realizado o corte das árvores e a criação de *camaleões*¹³⁹, reaproveitando os galhos e sem o uso de agrotóxico. Isso significa a quebra de uma tradição secular na forma de produzir alimentos, marcada pelo uso recorrente da coivara¹⁴⁰, também conhecida como “cultivo de corte e queima”¹⁴¹, e ao mesmo tempo preservando a biodiversidade.

Mas a agricultura agroecológica ainda está longe de ser algo bem-visto pelos produtores mais abastados. A grande recusa para com o roçado ecológico se deve ao fato do retorno da colheita não ser imediato, de certa forma na contramão da agricultura considerada tradicional. Apesar disso, com o passar dos anos, a prática vem sendo adotada por pequenos e médios produtores rurais em vários lugares do Brasil a partir de sistemas organizado de trabalhadores rurais. Sobre a agroecologia, trata-se de:

¹³⁸Em 2017, o salário médio mensal era de 1.3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 8.6%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 161 de 184 e 78 de 184, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 5423 de 5570 e 3876 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 52.8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 106 de 184 dentre as cidades do estado e na posição 838 de 5570 dentre as cidades do Brasil. Fonte: cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pacuja/panorama. Acesso em 29/04/2020, às 08:50h.

¹³⁹Camaleões são construídos manualmente ou mecanicamente, com altura aproximada de 0,30 m e base de 0,50 a 0,90 m, utilizando galhos e outros materiais naturais de até 20 cm. Ver: Apostila Culturas Alimentares. Embrapa. Amazônia Ocidental. Manaus-Amazônia, 2006.

¹⁴⁰O termo ‘coivara’, de origem indígena, significa empilhar e tornar a queimar troncos e galhos não consumidos em uma primeira queima, para assim fertilizar a terra para o plantio.

¹⁴¹“Essa forma itinerante de agricultura, usada há milênios, baseia-se na abertura de clareiras na floresta para serem cultivadas por períodos mais curtos do que aqueles destinados ao descanso e à regeneração da terra. O sistema de coivara é encontrado hoje em diversas regiões do mundo, inclusive no Brasil, na Amazônia e em áreas de mata atlântica. Para muitos especialistas, trata-se de uma estratégia de manejo de recursos na qual os campos cultivados são usados em rodízio, com o objetivo de explorar o capital energético e nutritivo acumulado no conjunto solo-vegetação das florestas. Outro aspecto que marca esse método de cultivo é que o fator limitante mais significativo de sua prática é quase sempre a mão de obra, e não a disponibilidade de terras”. Ver: Coivara: cultivo itinerante na floresta tropical. Article in Ciência Hoje · October 2012. Acesso: 28/04/2020, às 09:38h.

Uma ciência surgida na década de 1970, como forma de estabelecer uma base teórica para esses diferentes movimentos de agricultura não convencional. É uma ciência que busca o entendimento do funcionamento de agro ecossistemas complexos, bem como das diferentes interações presentes nestes, tendo como princípio a conservação e a ampliação da biodiversidade dos sistemas agrícolas como base para produzir auto regulação e, conseqüentemente, sustentabilidade (ASSIS, 2006, p. 77).

A questão gira em torno da sustentabilidade e da conservação da biodiversidade, na perspectiva do entendimento de que é preciso interagir de forma harmônica e responsável com o meio ambiente. De certo modo, busca-se a superação do estado de coisas em que, “[...] ‘civilização humana’ era uma expressão virtualmente sinônima de conquista da natureza. O mundo vegetal foi fonte de alimento e de combustível” (THOMAS, 1988, p. 31). Nesse sentido, o desafio proposto é conviver, interagir com o mundo natural.

Para melhor compreender essas novas ideias, procuramos conhecer um pouco sobre o pensamento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Agricultores e Agricultoras Familiares de Pacujá, ouvindo a presidente Maria Aparecida, sobre o roçado agroecológico, conforme nos disse: “A colheita não dá no primeiro ano de roçado agroecológico, se vocês forem ver nas redes sociais as experiências comprovadas” (Maria Aparecida de Almeida Cândido, 39 anos, 2018). O tempo de colheita é realmente o ponto mais delicado dessa nova forma de lidar com a terra. Quando os agricultores da região usavam a coivara como técnica, a colheita era mais rápida, mas em compensação era comum a reclamação de baixa fertilidade da terra ano após ano. Com o roçado agroecológico, o tempo da colheita tem que ser repensado. Demora mais para colher, mas em compensação a terra permanece fértil por muito mais tempo.

Para tanto, o projeto conta com o apoio de vários colaboradores, como os da Cáritas Brasileira:

A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural (<http://caritas.org.br>. Acesso em: 29 de abril de 2019, às 23h.).

O roçado agroecológico conta ainda com o apoio decisivo da Rede de Intercâmbio de Sementes - RIS. Na localidade de Zipu, o sindicato tem a sua Casa das Sementes, que coordena o roçado agroecológico, e que está sob a coordenação do agricultor Marcos Antônio da Silva. A Rede:

Tem por objetivo o fortalecimento das organizações comunitárias através de intercâmbios de sementes e saberes entre os agricultores e agricultoras. Tem ainda como missão, contribuir para que as políticas públicas possam ser formuladas e implementadas a partir de experiências concretas no semi-árido (A experiência da Rede de Intercâmbio de Sementes – RIS – Zona Norte do Ceará: Semeando soluções, colhendo cidadania <<http://agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=578>>. Acesso em: 29 abril. 2019 às 17h.).

O Projeto Paulo Freire também apoia a iniciativa do roçado agroecológico. O programa estimula o fortalecimento de capacidades individuais e coletivas, principalmente no que se refere ao desenvolvimento sustentável e de renda para as famílias extremamente pobres. Núcleos familiares chefiados por mulheres, comunidades indígenas, quilombolas e de pescadores artesanais estão entre as prioridades do projeto. A projeção é de que o programa atenda diretamente 228 mil pessoas – 39,57% da população do Ceará (IBGE 2017) (Projeto Paulo Freire: Governo do Ceará investe R\$ 37,9 milhões em cooperativas e produtores rurais. Disponível em: <http://www.fetraece.org.br/noticias_detalhes.php?cod_noticia=353#.XMbuZ-hKjIU>. Acesso em: 29 de abril. 2019)

Percebe-se assim, que forma-se uma rede de ação a partir de instituições que têm em sua forma de agir, o trabalho coletivo e comprometido com uma visão humana e social ligada a um novo uso e implemento das atividades agrícolas. As três instituições elencadas acima, primam por uma ideia de trabalho comunitário, coletivo e fraterno. A intenção é estabelecer, como já frisamos, a unidade perdida entre a humanidade e a natureza, questão desafiadora, mas atual.

Figura 1 - Preparação de Roçado Agroecológico, vendo-se um “camaleão”.



Fonte: Cristiano Borges Lopes.

Através desse projeto inovador, a comunidade ligada ao Roçado Agroecológico vem obtendo praticamente grandes avanços socioculturais, tendo como uma das principais conquistas o incentivo do trabalho em coletividade. Nas palavras de Maria Aparecida:

Hoje se a gente não tem uma opinião sobre tudo que vem acontecendo no nosso país, não somente fora, mas como na nossa base, nós precisamos ter esses momentos de construção, não somente o trabalho braçal, mas como um todo, nas reuniões é de suma importância a participação de todo o coletivo (Maria Aparecida de Almeida Cândido, 39 anos, 2018).

Maria Aparecida deixa muito claro em sua fala que o trabalho coletivo é uma saída importante para vencer as dificuldades não só de lidar com a natureza, mas também para se manter saudável e fazer com que a terra permaneça fértil por mais tempo. O trabalho coletivo é o mote dessa empreitada e desafio sempre constante.

Figura 2 - Maria Aparecida de Almeida Cândido.



Fonte: Cristiano Borges Lopes.

Considerações finais

Entre os historiadores ligados a História Ambiental, é consenso que essa vertente historiográfica apresenta algumas questões importantes, como entender a formação geológica da Terra em todos os seus aspectos, espécies, gêneros, bem como a forma como a espécie humana começou a se apropriar da natureza a partir de suas práticas de extensão de seu corpo, na criação de instrumentos de trabalho, por exemplo e, por outro lado, como o pensamento humano foi constituindo o mundo a partir de sua imaginação, mito, razão, afeto, sensibilidade.

Essas questões sucintamente elencadas, de certo modo estão presentes entre os agricultores de Pacujá, especialmente entre aqueles que trabalham no roçado agroecológico, na medida que, o que está em jogo não é apenas produzir, mas também conviver, criar modos de relação, e isso envolve imaginação, rito, festa, que fica muito claro, por exemplo, durante as colheitas.

É sobre a vida humana e a vida ambiental que esses agricultores refletem em suas práticas cotidianas na comunidade de Zipu. É sobre partilha e coletividade que falam quando de forma apaixonada mostram os resultados de suas práticas e escolhas. Refletir sobre essas questões no curso de História é também uma tarefa que nos alimenta e projeta mais uma perspectiva de entendimento da história da cidade de Pacujá.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Renato Linhares de. **Desenvolvimento rural sustentável no Brasil**: Perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. In: Econ. Aplic., 10 (1), 75-89, 2006. Cáritas Brasileira: <http://caritas.org.br>. Acesso em: 29 de abril de 2019.
- CAROLA, Carlos Renato. **Meio ambiente**. In. PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) Novos temas nas aulas de história. São Paulo: Editora Contexto, 2018.
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1994.

- ADAMS, C. A. N.; MURRIETA, R. S. S.; NEVES, W. A.; FILHO, A. A. R.; JUNIOR, N. N. P. **Coivara:** cultivo itinerante na floresta tropical. In: *Ciência Hoje*. October 2012.
- RAMOS, Fábio Pestana. Alimentação. In: PINSKY, Carla Bassanazi (Org.) **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.
- THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- WOSTER, Donald. **Para fazer história ambiental**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, Estudos Históricos, v. n.8, 1991.

APONTAMENTOS SOBRE A DISCIPLINA “INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS” NO PARFOR PACUJÁ (2018)

SALES, Telma Bessa¹⁴²

RESUMO: Destaca a reflexão sobre o significado e conceitos de História ao longo do tempo e os sentidos e importância do Curso de História para jovens da cidade de Pacujá. Por meio da disciplina “Introdução aos Estudos Históricos”, o objetivo foi entender História a partir da realidade em que se vive, relacionando os fatos e as ações dos homens e mulheres no tempo; busca ainda incentivar para a compreensão de uma história em construção e que todos somos construtores desta história. A metodologia seguiu com aulas dialogadas, análises de textos, além de uma aula prática de visita e conhecimento da experiência do Roçado Ecológico, e diálogo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR de Pacujá. As reflexões a partir da visita e dos textos debatidos em aulas aponta a educação como uma forma de intervir na sociedade e de transformar o mundo.

Palavras-chave: História. Roçado ecológico. Reflexão.

¹⁴² Professora do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú. UVA. E-mail: telmabessa@hotmail.com

Inicialmente apresentaremos uma narrativa do professor Agenor Soares a respeito da experiência do PARFOR - Plano Nacional de Formação para Professores da Educação Básica – PARFOR¹⁴³. Este professor de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, em Sobral, foi coordenador do PARFOR no ano de 2012. Ao participar de um documentário sobre instrumentos didáticos no PARFOR, o professor Agenor Soares assinala:

Nós apontamos uma grade curricular e fomos com a nossa experiência teórica para desenvolver com os alunos que já tinham uma prática. E refletimos: o que é formar alunos de História, quais são as discussões que esse professor deve levar às chamadas pequenas cidades (Ubajara, Cruz, Morrinhos), qual é a função desse professor em sala de aula? O material que eles consomem e podem pensar no cotidiano deles. O PARFOR é um programa que verdadeiramente acredito, que penso estar fazendo uma grande diferença na vida desses professores e obviamente na vida desses alunos¹⁴⁴.

Nesta perspectiva, as experiências no PARFOR vêm revelando uma aprendizagem e troca de experiências com os alunos que se colocam de forma dedicada para cumprirem as disciplinas e estágios, além de conseguirem finalizar com a monografia ou artigo científico uma graduação que não foi realizada anteriormente.

Optamos por trazer essas narrativas para enriquecer o pensamento sobre o que é o PARFOR e como se deu a construção do seu espaço. Em Pacujá, o coordenador é o professor de História, Raimundo Nero, e o curso existe há um ano.

Destacamos agora as impressões que tivemos ao conhecer o grupo jovem, entusiasta e dinâmico que encontramos na cidade de Pacujá para a disciplina *Introdução aos Estudos Históricos* - IEH do PARFOR, em setembro de 2018. Na turma não havia professores de História, nem educadores que trabalhassem em creches, professores de Português ou algo relacionado ao ambiente escolar. O corpo de estudantes de Pacujá compõe uma heterogeneidade de homens e mulheres que são mães, pais, jovens que desenvolvem ações na área da saúde, comércio, agricultura, área doméstica, contábil, entre outros.

Diante desta realidade, tornam-se muito estimulantes as perguntas e questões curiosas oriundas de pessoas que são parte de um universo aquém das reflexões que fazemos com nossos pares no cotidiano acadêmico dentro da Universidade. Deparamo-nos com olhos brilhantes e atenção dirigida a todo comentário, todo relato de experiência, revelando toda a vontade de aprender, de construir conhecimento, de viver esse novo curso que se chama História.

¹⁴³ O PARFOR, na modalidade presencial é um Programa emergencial instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e implantado em regime de colaboração entre a Capes, os estados, municípios o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior – IES.

¹⁴⁴ Documentário de Telma Bessa sobre a cidade de Morrinhos CE – 2012. Disponível em: <<https://youtu.be/3ebh9CTprpw>>, acesso 20 de março de 2020.

Sendo assim, indagamos: como entender essa força motivadora que impulsiona estes jovens a se reunirem todas as sextas-feiras e sábados, durante quatro anos, para uma formação específica em História? Podemos nos aventurar e sugerir que o curso de História vem sendo muito procurado hoje, pois muitos gostam de História pela influência de um professor no Ensino Médio, ou ainda, pelo interesse em leituras e filmes históricos; ou mesmo, a possibilidade de ser professor de História, ou entender o que acontece no mundo hoje e entender como era no passado.

Todas as possibilidades mencionadas estavam presentes nas narrativas dos estudantes que expuseram suas percepções sobre o que seria o curso. Além disso, havia um elemento: a existência da formação de uma turma neste curso que foi o único com maior número de pessoas inscritas. Ou seja, por falta de opção, a única alternativa fora estudar História.

Por que fazemos destaque a composição do grupo e qual o interesse deste no curso de História? Porque isto seria o ponto de partida para um diálogo; de se estabelecer uma parceria no aspecto do compromisso com leituras de textos específicos sobre o que é História. Imediatamente pensamos na clássica pergunta: O que é História e para que serve? E ao lado destas, outras indagações: como envolver a turma para se apaixonar pelos estudos de História? Quais as metodologias e reflexões que poderiam interessar a estes jovens? Assim, houve definição de temáticas a serem discutidas em sala com o apoio de vários estudiosos de diferentes vertentes teóricas e, ainda, o desafio de relacionar estas reflexões com a história nossa de cada dia.

Como professores de história relembramos a professora Selva Guimarães e seus ensinamentos:

[...] o professor de história não opera no vazio. Os saberes históricos, os valores culturais e políticos são transmitidos a sujeitos que trazem consigo um conjunto de crenças, significados, valores, atitudes e comportamentos adquiridos de outros espaços educativos. Isso implica a necessidade de nós professores incorporarmos no processo de ensino e aprendizagem outras fontes de saber histórico, tais como o cinema, a TV, os quadrinhos, a literatura, a imprensa, as múltiplas vozes dos cidadãos e os acontecimentos cotidianos (GUIMARÃES, 1982, p. 90).

Entender História a partir da realidade em que se vive, relacionar os fatos e as ações dos homens e mulheres no tempo é um desafio colocado para se pensar numa história aberta, inacabada e prospectiva. E, principalmente, incentivar para a compreensão de uma história em construção e que todos somos construtores desta história.

Uma história que é mais próxima, que contribui na formação do pensamento crítico relacionando o meio em que se vive, os fatos históricos no tempo e ter um viés prospectivo, enfim, com a vitalidade da ciência histórica sermos capazes de propor transformações.

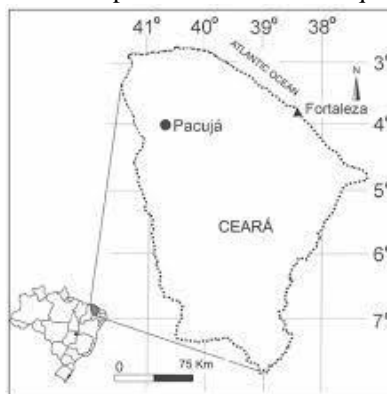
Considerando esta amplitude da reflexão histórica, desenvolvemos uma atividade extra sala de aula, levando em conta acontecimentos cotidianos e uma experiência coletiva que, segundo os próprios alunos, tem um importante significado em suas vidas. Uma ação conjunta dos que trabalham na terra e que de forma efetiva transformou o meio social em que vivem.

Uma experiência coletiva: roçado ecológico

Como parte das reflexões em torno da disciplina de *Introdução aos Estudos Históricos*, visitamos a cidade de Pacujá em 2018. Este município possui um potencial patrimonial muito importante, pois foram achados alguns elementos da geodiversidade, como a primeira ocorrência de fósseis da Fauna de Ediacara no Nordeste do Brasil, com idades estimadas de pelo menos 560 milhões de anos. No ano de 2013 foi reaberto o Museu de Pacujá com um acervo paleontológico de fósseis mais antigos do estado cearense¹⁴⁵.

O município de Pacujá possui cerca de 6000 habitantes (IBGE, 2010), está localizado a 309 km de Fortaleza, na microrregião Noroeste do Ceará. Historicamente esse território está ligado a uma fazenda de nome Belmonte, que não existe atualmente, mas era localizada onde hoje se encontra a Igreja Matriz e seu entorno. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, passou a ser denominado de distrito de Pacujá, pertencente ao município de Sobral. A História econômica do município é pautada no cultivo da agricultura de subsistência e baseada, principalmente, na pecuária e culturas de milho e feijão, além de outras atividades de menor abrangência, como o artesanato de palha de Carnaúba e Couro. Segue imagem retirado do trabalho de Adelmo Silva Braga:

IMAGEM 1- Mapa do Ceará. Em destaque Pacujá.



Fonte: Adelmo Silva Braga.

Além da importância museológica, o município adota uma experiência coletiva que é contada pelos alunos com orgulho e elogios, que tem a ver com o trabalho dos agricultores e sua relação com a terra. Assim, um dia de aula fomos diretamente conhecer esta experiência coletiva que é o roçado ecológico.

¹⁴⁵Estudo realizado por Francisco Rony Gomes Barroso. *Fauna de Ediacara na Bacia do Jaibaras, Noroeste do Ceará: A primeira ocorrência no nordeste do Brasil*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geociências, Universidade Federal de Pernambuco. SILVA, Adelmo Braga da. Serrinha: Valor Patrimonial, Musealização e Conservação. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO / Centro de Ciências Humanas e Sociais.

O Roçado Ecológico¹⁴⁶ consiste basicamente no plantio sem queimadas, ou seja, no processo de preparo da terra é realizado o corte das árvores e a criação de camaleões (aceiros), reaproveitando os galhos e sem o uso de agrotóxico. Tal prática, significa a quebra de uma tradição secular na forma de produzir alimentos, ao mesmo tempo em que preserva a biodiversidade.

No blog “Caatinga Cearense”⁷, podemos conhecer uma experiência do município de Forquilha, distante 17km de Sobral, em que é afirmado:

A forma de plantio convencional colabora para o aumento do desmatamento, pois com o uso do fogo o agricultor degrada suas terras que produzem por apenas dois anos, sendo necessário que novas terras sejam desmatadas para a reutilização de novos plantios. O roçado ecológico vem para fixar o plantio dos agricultores utilizando técnicas que possibilitem o uso da terra de forma sustentável. Técnicas como o enfileiramento dos garranchos e a manutenção de 200 árvores por hectare garantem o ciclo de nutrientes no solo o que garante todos os anos a possibilidade de novos plantios¹⁴⁷.

Segue imagem:

IMAGEM 2. Roçado ecológico. 2018. Pacujá-CE.



Fonte: blog Caatinga Cearense.

Durante a preparação para visitar o roçado ecológico, percebemos que os estudantes conheciam bem os agricultores e o processo de organização destes no Sindicato de Trabalhadores Rurais – STR de Pacujá. A visita foi importante, pois houve um diálogo estimulante entre os estudantes e agricultores com demonstração prática do plantio no roçado para compreender esta experiência. Através deste projeto inovador, a comunidade vem obtendo grandes avanços socioculturais, tendo como uma das principais conquistas o incentivo do trabalho em coletividade.

Cristiano Borges, estudante da turma, divulgou esta análise de Maria Aparecida, Presidente do Sindicato Rural de Pacujá:

¹⁴⁶ Prof. João Ambrósio de Araújo Filho - Instituto Nacional do Semiárido. Roçado ecológico é um sistema de produção agrossilvipastoril porque, durante o inverno, ele é um meio de produção de grãos e no verão é um banco de proteínas. Os animais só entram em uma estação do ano, a primeira estação é agrícola, a segunda é pastoril. Então, por isso, agrossilvipastoril. Esse modelo também é muito adequado para o Semiárido, principalmente em áreas de solos que têm certo potencial agrícola.

¹⁴⁷ <http://caatingacearense.blogspot.com/2009/10/implantacao-de-rocado-ecologico-no.html>

Hoje se a gente não tem uma opinião sobre tudo que vem acontecendo no nosso país, não somente fora, mas como na nossa base, nós precisamos ter esses momentos de construção, não somente o trabalho braçal, mas como um todo, nas reuniões é de suma importância a participação de todo o coletivo¹⁴⁸.

IMAGEM 3- Visita ao roçado ecológico. 2018. Pacujá-CE.



Fonte: Arquivo da Turma de História Pacujá.

Conforme observamos na imagem 3, os momentos de diálogo expressam a riqueza de troca de experiências entre os alunos, professora da disciplina e os agricultores. Uma experiência transformadora que revelou o saber de muitos alunos que desenvolvem ou desenvolveram práticas de plantio diferentes.

Foram discutidos assuntos como os problemas enfrentados na colheita; as dificuldades no escoamento da plantação; o baixo preço do produto por ter que passar na mão do atravessador; o que seria o roçado ecológico e quais as diferenças para o roçado tradicional; enfim, o conflito de gerações, pois nem sempre os pais dos alunos concordam com esta prática de plantio, o universo comum da realidade vivida, ali compartilhado de forma dialógica, que deixou todos à vontade para contarem suas experiências.

Mais uma vez reforçamos o valor da educação histórica e o olhar voltado para a realidade em que vivemos, o que nos instiga para pesquisas e estudos transformadores incluindo a História local. Discutir aspectos sobre a formação do futuro historiador e os projetos desenvolvidos com a comunidade tornam-se fundamentais. O estudo da história local torna viável a presença e protagonismo de novos personagens para o campo da História.

Alguns personagens que, quando muito, eram secundários ou que tradicionalmente eram totalmente “negligenciados” pela história tradicional, poderão ser incluídos no processo histórico, como as mulheres, as crianças, os trabalhadores, os escravos, os indígenas, entre outros. Incluindo estas pautas, se demonstra o interesse na busca por estimular os alunos a produzirem as suas próprias histórias e dar visibilidade às vozes de “novos” personagens na narrativa historiográfica, fazendo com que cada vez mais a escola e a história façam sentido, principalmente no momento atual, marcado pela

globalização, flexibilização do trabalho, perda dos direitos trabalhistas e, ao mesmo tempo, o avanço da intolerância e desigualdade social.

Fazendo uma análise e indo além da superficialidade nas práticas educacionais e pedagógicas, importa valorizarmos a compreensão de que a educação é uma forma de intervir na sociedade, de transformar o mundo. Mais ainda: sabemos que não há neutralidade e buscamos uma educação libertária, onde há o assumir de sujeito histórico transformando a realidade, acreditando na qualidade da educação e na construção da história de forma coletiva, lembrando da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Nesta dimensão, a aula teórica e prática, e a análise do local, tornam-se de fato, um aspecto instigante e desafiador. Lembramos que uma das principais finalidades da formação de professores, quer contínua ou inicial, é desenvolver nos alunos o espírito crítico, intelectual, de forma que sejam capazes de tornarem-se cidadãos ativos na sociedade em que vivem.

Aulas dinâmicas e participativas com reflexões que cruzam teoria e prática, a utilização de novas metodologias, de linguagens e documentos diversos, são desejos que o professor possui no seu trabalho cotidiano. Sabemos que para se chegar a uma prática inovadora é necessário dedicação e aprendizado constante. A formação é permanente. A capacitação profissional deve ser preocupação não só na faculdade, mas em toda a vida escolar.

Teoria e prática caminham juntas; e o arcabouço teórico, as discussões plurais de vertentes e diferentes análises, constituem argumentos no processo formativo e analítico dos fatos históricos. Pensamos que as histórias destes jovens de Pacujá poderiam ser correlacionadas com fatos e conjunturas históricas que implicam a sua compreensão para se conhecer os rincões e localidades do nosso país que são levadas em consideração somente nas estatísticas de um ano eleitoral, como o ano de 2018.

No ano de 2018 vimos no Brasil (fruto dos processos de mobilização desde os anos de 2015 e 2016) momentos de grande efervescência política, com diversas manifestações que tomaram as ruas, com representantes tanto de partidos e agrupamentos sociais ditos de direita, quanto considerados da esquerda. Ambos reivindicavam ardorosamente, nos seus respectivos campos de atuação político-ideológica, a saída ou a permanência da presidente Dilma Rousseff e do Partido dos Trabalhadores – PT do governo.

Esta conjuntura também está presente na sala de aula; e em locais como Pacujá, se reverbera no cotidiano de trabalho, estudo e relações na própria comunidade. Não por acaso, um dos estudantes já estava em processo de preparação para ser candidato a vereador no pleito seguinte, e fomos informados pelos alunos que a cidade vivia inquietações políticas devido a prisão de lideranças por corrupção.

Enfim, a luta política descentralizada pode ser matéria de estudo, pesquisa e debates dentro e fora da sala de aula, isto nos impulsiona a cada vez mais afirmarmos nossa opção na prática educacional além dos muros acadêmicos.

Nesta perspectiva, o professor tem a concepção que uma história crítica é construída coletivamente, na formação dentro e fora da escola, uma educação interdisciplinar, libertadora e com intervenção social. Este professor entende que a

interdisciplinaridade é um processo de trocas de conteúdos entre professor – aluno, e que “no projeto interdisciplinar, não se ensina, nem se aprende: vive-se, exerce-se” (FAZENDA, 1991, p. 94).

Com uma prática que não gera o isolamento, mas uma ação coletiva nas lutas políticas cotidianas, o professor vive uma luta incessante pela valorização de sua profissão (inclusive nos dias atuais). Vale considerar a situação das classes trabalhadoras desde o governo Temer, em que vimos serem aprovados projetos de lei de flexibilização e perda de direitos trabalhistas conquistados.

Nesta perspectiva, buscamos um diálogo com esta turma de Pacujá, conhecer e deixar-se conhecer de forma simultânea às discussões para se refletir e debater conceitos do que é História, além da compreensão de que ela é a ciência que estuda o passado; da mesma forma, discutir e entender o termo polissêmico da palavra História desde os gregos; quem constrói e quem são os agentes e protagonistas destas Histórias; o que são fatos históricos. Considerando esta dimensão, não há nada mais pessoal e verdadeiro do que a história de alguém. A afirmativa poderia parecer completamente correta se não fossem algumas indagações, dentre as quais: quem está transmitindo esta história? Qual a intenção ao se transmitir esta história? De que lugar social esta história está sendo transmitida? Para quem esta história está sendo transmitida?

Considerações finais

Precisamos de um tempo para estabelecermos uma relação de diálogo e confiança para assim adentrarmos às discussões de conceitos, teorias, disputas e escrita da História.

Assim, uma oportunidade ímpar de aprendizagem, crescimento pessoal, acadêmico e profissional. Como nos lembra FAUSTO (1998) que a pesquisa e estudo em História envolve uma relação de prazer e suor. Escrever história envolve certa paixão.

Portanto, foram esses sentimentos que nos conduziram ao que há de melhor, na trama do viver: ser gente, conhecer gente e gostar de gente. E assim foi na turma de Pacujá.

REFERÊNCIAS

- BARROSO, Francisco Rony Gomes. **Fauna de Ediacara na Bacia do Jaibaras, Noroeste do Ceará: A primeira ocorrência no nordeste do Brasil.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geociências, Universidade Federal de Pernambuco.
- CAIMI, Flávia Eloisa. **Por que os alunos (não) aprendem História?** Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. Vol. 11. Núm. 21. julho. 2006.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: um projeto em parceria.** São Paulo: Loyola, 1991. Cf. Ídem. Coleção Educar. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.** Campinas: Papyrus, 1994.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de Ensino de História: experiências, reflexões e aprendizado.** São Paulo: Papyrus, 2003. Revista Estudos Históricos, n. 01, Rio de Janeiro, 1988 p. 162-66.
- SILVA, Adelmo Braga da. Serrinha: **Valor Patrimonial, Musealização e Conservação.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO / Centro de Ciências Humanas e Sociais.

**“MINHA NOSSA SENHORA APARECIDA”: FÉ E DEVOÇÃO À NOSSA
SENHORA APARECIDA NO MUNICÍPIO DE PACUJÁ-CE.**

MORAIS, Maria Luíza Marques de¹⁴⁹
SANTOS, Edílberto Florêncio dos¹⁵⁰

RESUMO: A devoção a Nossa Senhora da Conceição Aparecida, ou Nossa Senhora Aparecida como é chamada entre os fiéis, se iniciou no Brasil ainda no século XVIII, passando por diferentes momentos ao longo da História do país. No presente artigo, buscaremos discutir as manifestações da fé e as práticas de devoção a Nossa Senhora Aparecida entre os fiéis no município de Pacujá-CE, através dos relatos dos devotos e suas promessas, procurando apreender as diferentes maneiras pelas quais os fiéis expressam essa devoção, bem como a relação com a religiosidade, as sociabilidades e a cultura religiosa local.

Palavras-Chave: Devoção. Nossa Senhora Aparecida. Pacujá-CE.

¹⁴⁹ Graduanda em História primeira licenciatura pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA/Plano de Formação de Professores da Educação Básica- PARFOR. E-mail: marialuizamarquesdemorais@gmail.com

¹⁵⁰ Mestre em História pela Universidade Estadual do Ceará-UECE. Professor Efetivo da Rede Municipal de Educação de Sobral. Professor Substituto do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. E-mail: edilberto2330@gmail.com

Considerações iniciais

“Valha-me Nossa Senhora, / Mãe de Deus de Nazaré!
A vaca mansa dá leite, / a braba dá quando quer. A
mansa dá sossegada, / a braba levanta o pé. Já fui
barco, fui navio, / mas hoje sou escaler. Já fui menino,
fui homem, / só me falta ser mulher. Valha-me Nossa
Senhora, / Mãe de Deus de Nazaré.” (SUASSUNA,
2004: 158)

O personagem João Grilo na peça “O Auto da Compadecida”, do escritor e dramaturgo brasileiro Ariano Suassuna, ao se encontrar no momento de seu julgamento celeste, e estando em vias de ser condenado ao inferno, usa dos versos populares citados na epígrafe deste texto para clamar pela intercessão de Nossa Senhora diante da condenação eterna. A busca pelo auxílio dos santos e santas, como no caso da devoção a “Mãe de Deus de Nazaré”, tema da peça de Suassuna e assunto deste artigo, evidencia a expressão da religiosidade popular, marcada por práticas de fé e devoção caracterizadas por laços de maior proximidade entre o santo devocional e o fiel em busca de auxílio.

A devoção a Nossa Senhora da Conceição Aparecida, ou Nossa Senhora Aparecida, como é chamada entre os fiéis, se iniciou no Brasil ainda no século XVIII, sendo a mesma designação de Maria, tornada a padroeira do país, tendo o dia 12 de outubro destinado a seu culto, erigido a feriado nacional desde o ano de 1980.

O culto a imagem da Virgem Maria, antes de se organizar em torno de um dos maiores centros de peregrinação do mundo, se inicia de forma domiciliar, como ainda hoje se mantem muitas das práticas de devoção aos santos. Assim, o culto a Nossa Senhora Aparecida tem início primeiramente na residência de Filipe Pedroso, um dos três pescadores que em outubro de 1717 faz emergir a pequena estátua da Santa das águas do Rio Paraíba do Sul, em São Paulo. Hoje, os fiéis se encontram com a imagem da Santa no Santuário de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, construído na década de 1980, tido como o maior santuário no mundo dedicado a devoção mariana na atualidade.

Instigados pela história da padroeira do Brasil e procurando perceber as interpelações entre História e religião, bem como as interconexões entre a realidade local e a nacional, buscaremos neste artigo discutir as manifestações da fé e as práticas de devoção a Nossa Senhora Aparecida entre os fiéis no município de Pacujá-CE. Para isto, procuramos apreender como propõe o historiador Francisco Régis Lopes Ramos as diferentes maneiras pelas quais “os devotos conjugam o verbo acreditar”, bem como a relação com a religiosidade, as sociabilidades e a cultura religiosa local. (RAMOS, 2011: 15)

Mediante relatos coletados durante nossa pesquisa, foi possível perceber que entre os praticantes da religião Católica existentes no município de Pacujá, cidade do interior cearense, um grande número destes são devotos e devotas de Nossa Senhora Aparecida, fazendo promessas e relatando já terem recebido graças por seu intermédio, o que os torna, assim, imensamente gratos por sua intercessão junto a Deus, de acordo com sua fé.

Todavia, cabe pontuar que ao se lançar neste campo de estudo, o historiador deve estar atento a construção de compreensões múltiplas e polissêmicas sobre a religião,

fugindo tão somente das definições dogmáticas, não abrangendo as diversas práticas e expressões de fé presentes na vida dos sujeitos, ou as considerando inferiores daquelas tomadas como oficiais. Nesse sentido, conforme aponta a historiadora Eliane Moura da Silva:

a história cultural das práticas religiosas deve, portanto, procurar entender a formação da categoria generalizante “a religião” como um código cultural com sentidos variados, investigando mediações, empréstimos, cruzamentos, difusões, hibridações e mestiçagens. Os objetos intelectuais de pesquisa não são, dessa forma, estruturas essencializantes de um espírito humano com conteúdo universal em formas diferenciadas. Ao contrário, são produtos históricos em relações específicas que se comunicam através de processos de generalizações. (SILVA, 2013: 124)

De acordo com o professor e historiador italiano das religiões, Nicola Gasbarro, devemos ter em consideração que além de um sistema rígido de fé e preceitos que orientam as práticas dos fiéis, muitas dessas práticas devocionais e expressões de fé costumam extrapolar o sistema imposto, de modo que:

a religião é compreensível historicamente antes pela análise da prática e do exercício do culto do que pela estrutura do dogma e/ou pelo sistema de crenças. [...] Ao privilegiar as regras rituais e as ações inclusivas e performativas da vida social, ela pode dar conta também da construção histórica do sistema de crenças como lugar das compatibilidades simbólicas das diferenças culturais. (GASBARRO, 2006: 71)

Desta maneira, as práticas de devoção dos fiéis podem ser compreendidas como elementos forjados dentro do tecido social, ao mesmo tempo que também o constituem, haja vista que tais práticas participam da definição identitária dos sujeitos e das coletividades nas quais estão inseridos e onde sua devoção se expressa, (re)ligando o indivíduo e o grupo social em que está inserido.

Uma Santa brasileira: a história da devoção a Nossa Senhora Aparecida no Brasil.

A tradição católica apregoa que a Virgem Santa, mãe de Jesus Cristo, apareceu em diversas localidades e países ao longo da história do cristianismo. Contudo, a aparição de uma imagem de Maria no início do século XVIII traz um novo elemento às práticas de devoção mariana, pois apresenta sua figura com a tonalidade de cor da pele distinta. Deste modo, é importante perceber que Nossa Senhora apareceu no Brasil por meio de uma imagem negra, em uma época em que os processos de escravização no país estavam no seu período mais intenso.

Maria foi proclamada Nossa Senhora da Conceição Aparecida pelo Papa Pio XI, em 16 de julho de 1930. No entanto, a devoção a Santa tem como data alusiva o dia 12 de outubro, data que marcou a proclamação de feriado nacional e a consagração do Santuário Nacional de Aparecida pelo Papa João Paulo II, em 1980.

Todavia, como coloca Ramos, um santo ou santa se faz na presença dos seus devotos, sendo “no movimento das crenças compartilhadas que um santo ganha atributos e atribuições, passando a existir de fato e de direito”. (RAMOS, 2011: 14-15) Assim, a história da devoção a padroeira do Brasil, remonta a um milagre ocorrido na segunda quinzena de outubro de 1717, quando os pescadores Domingos Garcia, João Alves e Filipe Pedroso lançam-se a pescaria no rio Paraíba do Sul, tendo como missão conseguir os peixes que seriam ofertados ao conde de Assumar, Pedro Miguel de Almeida Portugal e Vasconcelos, governante da capitania de São Paulo e Minas de Ouro, que estava em visita a cidade de Guaratinguetá.

Segundo a história que se propagou, os pescadores rezam pedindo a intercessão da Virgem Maria para o êxito da pescaria, e após algumas tentativas frustradas, acabam puxando em suas redes o corpo de uma imagem de Nossa Senhora do fundo do rio Paraíba do sul. Logo em seguida, com as redes sendo jogadas ao rio novamente, acabam por encontrar a cabeça da imagem. Conta o relato que a partir daquele momento a pescaria fora tão abundante que a pequena embarcação dos três pescadores ameaçou afundar com o peso e o volume dos peixes capturados.

Esta foi a primeira intercessão atribuída à Santa. A partir de então, a devoção foi crescendo entre o povo da região do rio Paraíba do Sul, território entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, onde foram registrados relatos de milagres por aqueles que rezavam em intercessão da imagem encontrada pelos pescadores. Com o passar do tempo, já não eram somente os ribeirinhos que rezavam a Aparecida, mas também muitas outras pessoas das vizinhanças expressavam sua fé a imagem emersa do rio.

As famílias constroem um oratório no Porto de Itaguaçu, que com o passar do tempo se tornou pequeno diante dos fiéis que recorriam ao local. A imagem permanece lá durante 15 anos, até que devido ao grande aumento dos milagres atribuídos a ela, em 1743 foi construído uma capela pelo vigário de Guaratinguetá, ficando a tida capela aberta à visitação pública em 26 de julho de 1745.

Com o contínuo aumento de fiéis que vinham fazer e pagar suas promessas, viu-se a necessidade da construção de uma basílica. Assim, em 1834, foi iniciada a construção de uma igreja maior, a atual Basílica Velha, sendo solenemente inaugurada e benzida em 8 de dezembro de 1888. Este é substituído oficialmente em 1982 pelo atual Santuário de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, no interior do Estado de São Paulo, considerado o quarto maior santuário do mundo e tido como o maior santuário no mundo dedicado a devoção mariana, podendo abrigar até 45.000 fiéis.¹⁵¹

Contudo, segundo o historiador José Leandro Peters, somente em fins do século XIX e no avançar do XX é que a imagem de Aparecida ganha projeções de uma Nossa Senhora brasileira, ganhando projeção nacional. Ainda de acordo com ele, é somente no início do novecentos que a cor da imagem se transforma em sua maior virtude, passando a ser vista como “a cambiante das cinco raças, representante de um povo mestiço e cordial.” (PETERS, 2012: 87-88)

¹⁵¹ De acordo com dados do site do Santuário de Nossa Senhora Aparecida. Disponível em: <https://www.a12.com/santuاريو/santuاريو-em-numeros>

Assim, o historiador aponta os entrecruzamentos entre a história de devoção a Santa e alguns acontecimentos da História do país. Segundo ele, uma primeira tentativa se consolida nos relatos que buscam promover uma ligação entre a independência do Brasil e Nossa Senhora Aparecida. Por meio de alguns documentos se objetivou comprovar a passagem de D. Pedro I pela capela em devoção à imagem antes do ato de instituição da independência do Estado brasileiro, onde o então príncipe regente teria pedido à Santa Maria proteção para o Brasil.

Já no final da década de 1880, a imagem de Nossa Senhora da Conceição, aparecida nas águas brasileiras, passa a ser ligada ao governo Imperial. De acordo com os relatos, a imagem teria recebido em 1884 como ex-voto da princesa Isabel uma coroa, com a qual, inclusive, a imagem teria sido coroada rainha em 1904. De modo que, dentro de uma tradição popular juntamente com a coroa, a Santa de tez negra “torna-se a sucessora de Isabel por reconhecimento ao trabalho desenvolvido junto dos desamparados socialmente”, inclusive na condição de “libertadora dos escravos”. (PETERS, 2012: 88)

Todavia, é no período republicano que a Santa brasileira é elevada à condição de “rainha do povo brasileiro”. Assim, o processo de nacionalização do culto a Virgem de Aparecida no Brasil se configura a partir da constituição do regime republicano no Brasil, tendo em vista que desde o seu surgimento no século XVIII esteve mais ligado à região onde a imagem foi encontrada. De modo que:

inspirada no imaginário francês, a Primeira República brasileira também desejou representar-se pela imagem da mulher. O uso da alegoria feminina baseava-se em um sistema de interpretação do mundo e buscava preencher o vazio deixado pela saída de cena, com o fim do Império, da figura central do Imperador D. Pedro II. (SOUZA, 2013: 10)

Este momento histórico é marcado pelo processo de Romanização, que centraliza a Igreja Católica em torno de Roma, e que se adensa a partir de meados XIX. No Brasil a romanização ganha firmeza com a Proclamação da República, e a separação entre Igreja e Estado. “Na passagem entre os séculos XIX e XX, a Igreja procurou se adequar às novas relações, preocupada em preencher os espaços perdidos com a República”. (SILVA JR., 2015: 15-16)

Visto como a devoção a Nossa Senhora Aparecida se constitui em nosso país, de um momento no século XVIII até sua elevação a condição de padroeira e “rainha do Brasil” no século XX, vamos agora perceber como as práticas de fé e devoção a Santa se expressam no município de Pacujá.

As práticas de fé e devoção à Nossa Senhora Aparecida em Pacujá

O município de Pacujá está localizado no Ceará, na microrregião de Sobral, mais especificamente na mesorregião do Noroeste cearense. Conforme dados do IBGE de 2010, o seu território conta com uma extensão de 76,100 km², tendo uma população estimada de 5.986 habitantes. O município, como toda a região, muito embora seu nome

remonte a cultura indígena,¹⁵² tem seu processo de ocupação e colonização marcado pela presença da Igreja Católica, presente na construção de uma capela em devoção a São Vicente de Paulo, na fazenda da família Rodrigues Nepomuceno. Aos serviços da capela recorria Padre Vicente Jorge, seu primeiro vigário e considerado pela memória oficial da cidade como “fundador da Vila”.¹⁵³

Assim, ainda segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, atualmente cerca de 82% dos pacujaenses se denominam como cristãos católicos, o que equivale a 5.257 pessoas. E, no entanto, mesmo o padroeiro de Pacujá sendo São João Batista, é possível perceber que entre os católicos do município muitos trazem a devoção a Nossa Senhora Aparecida, de modo que, por meio de nossa pesquisa tivemos conhecimento de testemunhos sobre as práticas de devoção de fiéis que relatam ter passado por momentos de grande dificuldade, como problemas de saúde e outras dificuldades, e que dentro de sua fé recorreram a intercessão da Santa junto a Deus, e se viram validos de seu auxílio.

Alguns testemunhos colhidos entre os fiéis da cidade de Pacujá dão conta de algumas graças alcançadas por interseção de Nossa Senhora Aparecida junto a Deus, e podem ser apontadas no trabalho como exemplos das práticas de fé e devoção a Santa, e de expressão da cultura religiosa local. Essa é uma relação que se constrói a partir do pedido, mas que culmina na gratidão pelas graças alcançadas, e no cumprimento das rogativas que prometeram no momento de necessidade, dando continuidade, assim, a relação de fidelidade e devoção aos santos.

As práticas devocionais aos santos se constituem em elementos importantes dentro do ciclo da vida do indivíduo, e das comunidades, naquilo que a antropóloga Alba Zaluar chama de momentos de “passagem”:

no parto, no batismo, no casamento, na doença e na morte –, ocasiões em que a pessoa atravessava um período de transição de um estado socialmente definido para outro, durante o qual deixava de operar o controle da sociedade. Ao estabelecer essas fases “liminares” como áreas sob o controle dos santos, tentava-se ordenar a experiência dentro delas. (ZALUAR, 1983: 91)

Um destes casos envolve um pacujaense, devoto de Nossa Senhora, mas que estava distante de sua terra natal na ocasião. O devoto Domingos Marques de Carvalho¹⁵⁴ conhecido por muitos como Domingos João, residente da comunidade de Cheia de Graça, residia no estado do Rio de Janeiro na década de 1990, para onde havia viajado em busca de trabalho. Neste período, o mesmo relata que passou mal acometido por uma insistente dor na garganta, e que ao procurar auxílio médico, foi diagnosticado com dois tumores na laringe, necessitando assim passar por cirurgia para retirada dos tumores o mais rápido possível.

¹⁵² A palavra de Pacujá é de origem Tupi e significa “Fruto da Pacova”, uma variedade de banana, e também significa “folha de enrolar”.

¹⁵³ Dados do município. Origem. Site da Prefeitura Municipal de Pacujá. Disponível em: <https://www.pacuja.ce.gov.br/omunicipio.php>

¹⁵⁴ Entrevista realizada com Domingos Marques de Carvalho, conhecido como Domingos João, por Maria Luíza Marque de Moraes, no dia 21/09/2019.

Domingos conta que ao receber o diagnóstico entra em desespero, pois estava longe da família que havia ficado morando no Ceará, e no momento de agonia sem saber o que fazer ajoelha-se em plena rua e roga em voz alta:

Minha Nossa Senhora Aparecida, intercede a Deus para que apareça um meio para que eu seja curado daqui pra 24 horas. Que vou para o Santuário em Aparecida, de pés descalço de dentro do ônibus até atravessar a passarela, assisto a missa e só vou me calçar depois de tirar uma foto.¹⁵⁵

O devoto conta que recebeu a graça pedida, começando a se sentir enjoado e com ânsia de vômito. Logo em seguida, ele conta que começa a expelir de sua garganta uma grande quantidade de secreção, sentindo assim que a cura que ele havia implorado a Deus e a Nossa Senhora Aparecida havia sido concedida.

No outro dia, Domingos relata que volta ao médico e recebe o diagnóstico de que inacreditavelmente estava totalmente curado dos tumores em sua laringe. O devoto então, se organiza e paga sua promessa exatamente como havia anunciado na hora de sua aflição, contando por fim, que durante todos os anos enquanto residiu no Rio de Janeiro sempre foi fazer os agradecimentos a “Mãe” na sua Casa em Aparecida, no estado de São Paulo.

Um outro caso envolve a devota Maria Aparecida Cândido, que mora em Zipú, zona rural de Pacujá. Relatou Antônia Patrícia Cândido¹⁵⁶ que sua mãe em novembro de 2017, logo depois de passar por uma gestação molar,¹⁵⁷ havia sido diagnosticada com um problema no útero, necessitando ficar em tratamento médico para acompanhamento da enfermidade. Constatando que o problema de Maria Aparecida era muito sério, sua irmã Maria do Socorro Cândido, “se pega” com Nossa Senhora Aparecida para que interceda junto a Deus pela cura da enferma, prometendo que após a cura, quando Aparecida fosse ao Rio de Janeiro, onde Maria do Socorro residia, levaria a irmã para conhecer o Santuário de Nossa Senhora Aparecida em São Paulo.

Assim, em janeiro de 2019 já totalmente recuperada de sua enfermidade, Maria Aparecida viajou a região sudeste do país para pagar sua promessa, indo conhecer a “casa da mãe”, como é carinhosamente chamada a Basílica de Nossa Senhora Aparecida por seus devotos.

Os dois casos citados de graças alcançadas por intermédio de Nossa Senhora Aparecida colocam um ponto interessante dentro dos processos populares de devoção aos santos e santas, que é a importância do contato com sua representação imagética. Deste modo, este contato com o divino seria mediado por estes homens e mulheres, que são vistos como “seres individuais, dotados de liberdade, vontade, qualidades próprias e uma biografia”, e que após a morte habitam o céu, estando junto de Deus e, por isso, tem poderes de auxiliar os vivos em suas privações.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ Entrevista concedida por Antônia Patrícia Cândido a Maria Luíza Marques de Moraes, no dia 18/09/2019.

¹⁵⁷ Gravidez molar, é uma patologia que podem levar à interrupção da gestação, causando aborto. Além disso a doença pode evoluir para tumor trofoblástico gestacional, uma forma maligna que, pode colocar a vida da mãe em risco.

Portanto, como coloca Thiago Rodrigues Tavares, dentro da concepção desta religiosidade popular os santos “também estão presentes na terra através de suas imagens, que equivalem à própria pessoa do santo”:

Por isso a relação pessoal entre o fiel e a imagem do santo, com ela se conversa, se enfeita, acendem-se velas e são agradecidos os milagres alcançados. A imagem sai à rua, participa de procissões, recebe e faz visitas. A imagem do santo tem um lugar de evidência no culto popular. (TAVARES, 2013: 37)

Assim, fica evidente nos relatos citados a necessidade dos fiéis devotos, a partir de suas promessas, em visitar a imagem da Santa Aparecida em São Paulo, representante do milagre inicial da aparição da Virgem Mãe de Cristo no Brasil.

Em um outro relato, a devota Célia Maria de Oliveira¹⁵⁸, moradora do bairro denominado Casas Populares em Pacujá, conta que foi acometida de um acidente vascular cerebral muito grave, que acabou gerando um quadro de depressão. Seu estado de saúde era tão preocupante que ela chegou a ouvir de pessoas próximas que jamais voltaria a andar. “O que muitos me diziam era: é muito difícil de você andar de novo Célia. Mas a fé que eu tenho em Nossa Senhora Aparecida é maior e eu sabia que ela intercederia por mim e eu voltaria a andar e sair daquela maldita depressão”.¹⁵⁹

Assim, a devota narra que em seu momento de dificuldade “se pegou” com a Santa, prometendo que quando voltasse a andar e se recuperasse da depressão, ficaria “enquanto vida tiver” celebrando o tríduo em honra a Nossa Senhora Aparecida. Após sua recuperação, em agradecimento a graça obtida, ela celebra o tríduo a Nossa Senhora Aparecida todos os anos na calçada de sua casa. Contudo, ela nos diz que tem o sonho de poder construir uma capelinha em honra a Santa:

Eu tenho muita fé em Deus Luíza, que um dia consigo construir a capelinha simples mais com um valor simbólico muito grande para mim. Pois em todos os momentos difíceis da minha vida ela sempre esteve comigo com orações e com medalhinhas que sempre uso, como no dia do AVC eu estava com uma oração presa na palma da minha mão, como apertei tanto a oração que ela se rasgou presa na palma da minha mão. Tenho a certeza que ela sempre está ao meu lado.¹⁶⁰

As práticas de devoção podem se expressar de diversas maneiras, onde o “pagamento das promessas” possa ter desde uma dimensão individual, como na confecção e entrega de ex-votos, a realização de uma reza ou penitências, trajar-se de modo especial em uma determinada ocasião, o pagamento de espórtulas (esmolas), bem como aquelas que tem um caráter mais coletivo, como as romarias, a realização ou participação das festas em honra ao santo ou santa, como os tríduos, novenários e procissões. Assim, a devoção pessoal se alia as práticas de outros fiéis, fortalecendo as sociabilidades e os laços entre os membros de uma dada comunidade

Nem só por questões de saúde os fiéis recorrem ao intermédio dos santos e santas. Muitas vezes o socorro se relaciona a projetos pessoais, profissionais ou de estudos.

¹⁵⁸ Entrevista realizada com Célia Maria de Oliveira por Maria Luíza Marques de Moraes no dia 22/09/2019.

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ IBIDEM.

Evidenciando o quão ligada a questões do cotidiano e das vidas das famílias as práticas de devoção estão imbricadas. Do mesmo modo, as práticas de devolução tendem a se inserir no âmbito doméstico sendo perpetuada ao longo das gerações de um grupo familiar.

Esse é o caso do relato que nos foi concedido por Antônia Marques de Araújo,¹⁶¹ que reside na comunidade de Cheia de Graça, na zona rural de Pacujá. A devota conta que sempre buscou auxílio da padroeira do Brasil em seus momentos de necessidade, assim, em certa ocasião, ela se viu aflita com a tentativa de seu filho Domingos Marques Filho, em ter aprovação nos exames para obtenção de sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Segunda ela, “por ter pouca leitura”, seu filho já havia reprovado os testes algumas vezes, chegando em casa muito triste com as reprovações.

A devota conta que ao ver seu filho cada dia mais perturbado e triste, se “apegou” a “mãe de Deus”, para que a Santa pudesse interceder a Deus para que Domingos conseguisse passar na sua próxima tentativa no exame de habilitação. E que após a concessão da graça, eles iriam colocar uma fita vermelha na imagem de Nossa Senhora Aparecida que a família tem na parede da sala de sua casa. Antônia expõe que foi atendida em sua prece e que seu filho retornou muito feliz após o exame, contando de sua aprovação. Finalmente habilitado, Domingos vai à uma loja da cidade e compra a fita para pagar a promessa que sua mãe havia feito junto a Santa.

O depoimento de Antônia nos remete à prática de construção de espaços domésticos de devoção, os oratórios, locais onde “as pessoas realizam a forma mais simples de culto aos santos que é a oferta de um dom. Esse dom pode ser uma coisa – enfeites ou velas – ou um dom simbólico como a oração” (TAVARES, 2013: 38). No caso relatado, a fita, representação do dom ofertado pela graça obtida, simboliza materialmente o laço de devoção e compromisso entre o fiel e o Santo intermediador entre a divindade e os homens e mulheres, em uma relação mais direta e pessoal, diferente daquela vista nas romarias e festas, que tem caráter público.

Considerações Finais

A devoção a Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, traz consigo muitas histórias de graças alcançadas, com uma devoção que se inicia ainda no século XVIII, quando os relatos contam da aparição de sua imagem nas águas do rio Paraíba do Sul, em São Paulo, tendo uma historicidade que dialoga com diferentes momentos da história do país.

Procuramos com este texto refletir sobre as práticas de fé e devoção a Santa Conceição Aparecida, a partir de suas representações na realidade do município de Pacujá, no interior cearense nos dias de hoje. Os diferentes relatos ajudam a problematizar as relações de continuidade, ruptura e ressignificações destas práticas do catolicismo popular, em diferentes momentos e espaços, pondo em diálogo as práticas locais de promessas a uma das santas com maior devoção em nosso país, cujo culto é introduzido

¹⁶¹ Entrevista realizada com Antônia Marques de Araújo por Maria Luíza Marques de Moraes no dia 21/09/2019

com a chegada dos portugueses, mas ganha contornos nacionais com sua designação brasileira.

São relatos que aproximam temporalidades e lugares, como no caso das promessas que levam os fiéis até o Santuário de Aparecida em São Paulo, mas que também unem famílias e grupos comunitários em torno de práticas de religiosidade, que algumas vezes extrapolam os dogmas e preceitos religiosos oficiais, produzindo sociabilidades e (re)construindo a cultura religiosa local.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Andréa M. F. de Queiroz. **Pintando uma imagem: Nossa Senhora Aparecida -1931 - Igreja e Estado na construção de um símbolo nacional**. Dourados: Ed. UFGD, 2013.
- Município de Pacujá: Disponível em: <www.cidade-brasil.com.br>. Acesso em: 09 set. 2019.
- GASBARRO, Nicola. **Missões: a civilização cristã em ação**. In: MONTERO, Paula (org.). *Deus na Aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006.
- PETERS, José Leandro. **Nossa Senhora Aparecida no discurso da Igreja Católica no Brasil (1854-1904)**. Junho. 2012. 159 f. Dissertação mestrado em História. Universidade de Juiz de Fora. Juiz de Fora 2012.
- _____. **Aparecida na memória da Igreja: uma análise da constituição do mito de Nossa Senhora Aparecida no início do século XX**. *Sacrilegens, Juiz de Fora*, v. 9, n.1, p. 87-96, jan-jun/2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2012/04/9-1-7.pdf8>>.
- MANZOTTI, Reginaldo. **Apresenta Nossa senhora Aparecida**. Bom Sucesso- RJ. 1 ed. Petra editora. 2015. 64 p.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Papel Passado: cartas entre os devotos e o Padre Cícero**. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.
- SALES, Lilian Maria Pinto. **Aparições de Nossa Senhora: mensagens e peregrinações na contemporaneidade**. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo: 2008.
- SILVA, Eliane Moura da. **Entre Religião, Cultura e História: a Escola Italiana das Religiões**. In: MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). **Religiões e Religiosidades em (con)textos: Conferência e mesa do Simpósio Sudeste da ABHR / Simpósio Internacional da ABHR: diversidades e (in)tolerâncias religiosas**. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.
- SILVA JR, Agenor Soares e. **Cidades Sagradas - da “Roma cearense” à “Jerusalém sertaneja”**: A Igreja Católica e o desenvolvimento urbano no Ceará (1870-1920) Sobral e Juazeiro do Norte. Sobral: Edições ECOA, 2015.
- SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. **Construção da memória e devoção na escolha de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil**. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013. Disponível em: <<https://www.academica.org/000-010/314>>.
- SUASSUNA, Ariano. **O Auto da Compadecida**. Rio de Janeiro: Agir, 2004. p. 158
- TAVARES, Thiago Rodrigues. A religião vivida: expressões populares de religiosidade. *Sacrilegens, Juiz de Fora*, v. 10, n.2, p. 35-47, jul-dez/2013. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2014/07/10-2-4.pdf>>.
- ZALUAR, Alba. “Promessas e Milagres dos Santos”. In: **Os homens de deus**. Um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior*

